

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FRANCISCO EDNARDO PINHO DOS SANTOS

RESTRICÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICAS:
UM ESTUDO FUNCIONALISTA SOBRE INADEQUAÇÕES NA CONSTRUÇÃO
DO ENUNCIADO EM REDAÇÕES ESCOLARES

FORTALEZA
2010

FRANCISCO EDNARDO PINHO DOS SANTOS

RESTRICÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICAS:
UM ESTUDO FUNCIONALISTA SOBRE INADEQUAÇÕES NA CONSTRUÇÃO
DO ENUNCIADO EM REDAÇÕES ESCOLARES

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Descrição e Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira

FORTALEZA
2010

"*Lecturis salutem*"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

S235r

Santos, Francisco Ednardo Pinho dos.

Restrições à atribuição de funções semânticas e sintáticas
[manuscrito] : um estudo funcionalista sobre inadequações na
construção do enunciado em redações escolares / por Francisco
Ednardo Pinho dos Santos. – 2010.

120f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Fortaleza(CE),06/05/2010.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Teixeira Nogueira.

Inclui bibliografia.

1-FUNCIONALISMO (LINGUÍSTICA).2-LÍNGUA PORTUGUESA –
SEMÂNTICA.3-LÍNGUA PORTUGUESA – SINTAXE.4- LÍNGUA PORTUGUESA
– COMPOSIÇÃO E EXERCÍCIOS.5-PROSA ESCOLAR BRASILEIRA –
FORTALEZA(CE).6-ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO – FORTALEZA(CE) –
LINGUAGEM.I- Nogueira, Márcia Teixeira, orientador.II-Universidade Federal do
Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística.III-Título.

CDD(22ª ed.) 469.8007128131

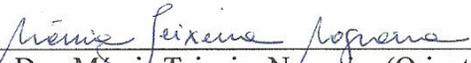
FRANCISCO EDNARDO PINHO DOS SANTOS

RESTRICÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICAS:
UM ESTUDO FUNCIONALISTA SOBRE INADEQUAÇÕES NA CONSTRUÇÃO
DO ENUNCIADO EM REDAÇÕES ESCOLARES

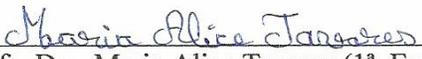
Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em 06/05/2010.

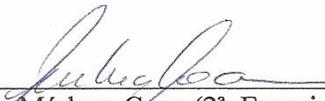
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Marcia Teixeira Nogueira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC



Profa. Dra. Maria Alice Tavares (1ª. Examinadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN



Profa. Dra. Márluce Coan (2ª. Examinadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

AGRADECIMENTOS

À Josselma, que passou de namorada a noiva e daí a esposa enquanto eu escrevia esta dissertação.

À Elineuda e ao Francisco, meus pais; à Érica e ao Edivaldo, irmãos.

À Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, pela orientação.

À Profa. Dra. Márluce Coan, por ter acompanhado esta pesquisa e com ela contribuído em diferentes momentos.

Ao Lucas e ao Alber, porque me ensinaram tanto sobre língua, linguagem, linguística que é impossível esta dissertação não lhes dever muito.

À Jeane, pela amizade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento desta pesquisa.

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir*

Chico Buarque, "Roda viva"

RESUMO

Esta pesquisa investiga alguns aspectos da difícil questão dos fatores pelos quais se pode considerar um enunciado inadequado à situação de interação em que é usado e à gramática da língua, conforme concepção funcionalista de gramática como sistema sensível às pressões do uso. Propõe uma tipologia que engloba os tipos de inadequação encontrados no *corpus* de análise, correlacionados a um quadro em que a inadequação seja vista como não-satisfação de uma demanda funcional. A hipótese básica, considerando que demandas internas e externas ao sistema competem entre si pela expressão morfossintática (DUBOIS, 1985), é a de que essa competição entre motivações pragmáticas, semânticas e morfossintáticas pode não se resolver satisfatoriamente em algumas situações de uso da língua, produzindo-se construções inadequadas quanto a algum tipo de motivação. A análise serve-se do instrumental teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que, ao compreender a gramática como parte de um modelo de interação verbal, permite dar conta dos fatores cognitivos, interacionais e textuais que têm impacto nos aspectos gramaticais da predicação. Trabalhamos com um *corpus* constituído principalmente por um conjunto de enunciados considerados inadequados, retirados de um banco de redações escolares de estudantes do Ensino Médio da rede pública em Fortaleza, coletado por nós.

PALAVRAS-CHAVE: Competição de motivações. Inadequações. Funções sintáticas. Funções semânticas.

ABSTRACT

This research analyzes some aspects of the question of the factors through which it can be considered that a sentence is inadequate concerning the interaction event in which it is used and the grammar of the specific language, according to a functionalist view of language as a system flexible when faced with usage pressure. It proposes a typology contemplating the types of inadequate usages found in the corpus, related to a frame in which the inadequate usage is seen as the non-satisfaction of a functional demand. Considering that pragmatic and semantic motivations compete for the morphosyntactic expression (DUBOIS, 1987), the basic hypothesis is that competing motivations can be left unsolved so that an inadequate construction is produced. The analysis is based on the theory of Functional-Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). This theory comprehends the grammar as part of a wider model of verbal interaction, so that it can account of the cognitive, interactive and textual factors which have an impact on the grammatical aspects of the predication. The corpus takes a set of presumably inadequate sentences collected from a bank of high school students' texts.

KEY-WORDS: Competing motivations. Inadequacies. Syntactic functions. Semantic Functions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primitivos, operações e níveis de representação na GDF -----	29
Figura 2: Funções semânticas conforme o tipo de EC -----	38
Figura 3: Funções gramaticais na GDF e na GF -----	51
Figura 4: Implementação dinâmica da GDF -----	58
Figura 5: Tipos de inadequação conforme sua natureza e motivação -----	91

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	11
2 A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL -----	18
2.1 Introdução -----	18
2.2 A gramática como parte de uma teoria da interação verbal -----	19
2.3 Operações e níveis de representação -----	24
2.4 A unidade básica de análise -----	31
3 ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICAS -----	35
3.1 Introdução -----	35
3.2 Funções semânticas -----	36
3.3 Funções sintáticas -----	44
4 IMPLEMENTAÇÃO DINÂMICA DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL, COMPETIÇÃO DE MOTIVAÇÕES E O TRATAMENTO DAS RESTRIÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES GRAMATICAIIS ----	53
4.1 Introdução -----	53
4.2 A estrutura gramatical como resultado da competição de motivações -----	54
4.3 A GDF e o tratamento das inadequações pelo princípio da competição de motivações -----	58
5 ESTUDO DAS RESTRIÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES GRAMATICAIIS AOS TERMOS DO ENUNCIADO EM REDAÇÕES ESCOLARES – METODOLOGIA -----	60
6 ESTUDO DAS RESTRIÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES GRAMATICAIIS AOS TERMOS DO ENUNCIADO EM REDAÇÕES ESCOLARES – ANÁLISE -----	65
6.1 Introdução -----	65
6.2 Desvios de natureza semântica -----	66
6.3 Desvios de natureza morfossintática -----	71
6.3.1 Desvios pragmaticamente motivados -----	71
6.3.2 Desvios semanticamente motivados -----	75
6.3.3 Desvios estruturalmente motivados -----	79
6.4 Desvios não atribuíveis à competição de motivações -----	83
6.4.1 Ausência de núcleo predicador -----	83
6.4.2 Restrições de seleção -----	88
6.5 Síntese -----	91

7 O TRATAMENTO LINGUÍSTICO DAS INADEQUAÇÕES E AS NOÇÕES DE “CERTO” E “ERRADO” -----	92
7.1 Introdução -----	92
7.2 O certo e o errado, a adequação e a aceitabilidade -----	92
7.3 Síntese -----	98
8 CONCLUSÃO -----	99
9 REFERÊNCIAS -----	103
10 APÊNDICE -----	107
11 ANEXOS -----	108

INTRODUÇÃO

Para além dos padrões de correção prescritos pelas gramáticas tradicionais, é possível verificar, nos usos da língua, construções desviantes em relação aos padrões relativamente fixos da gramática. Os estudos sobre os processos de constituição dos enunciados, tácita ou declaradamente, visam à explicitação dos fatores que regulam a coocorrência de unidades linguísticas na frase, bem como, por vezes, à detecção de motivações subjacentes às configurações estruturais observadas. Assim é que a investigação linguística de orientação funcionalista procura descrever os enunciados e explicar por que eles têm a forma que têm, como e por que cumprem propósitos comunicativos dados, se os cumprem de fato. Complementarmente, então, parece-nos que se impõe a necessidade de estudar especificamente os fatores pelos quais determinadas construções são consideradas inaceitáveis ou pouco aceitáveis. Essa questão foi tratada pelos antigos hindus e não escapou aos modistas da Idade Média (ROBBINS, 2004). É, portanto, preocupação ancestral nos estudos da linguagem, mantendo-se até nossos dias, que a têm conhecido sob formas distintas, conforme a escola ou tendência a acercar-se do problema. Ora privilegiam-se os aspectos estritamente formais, ora os semântico-formais, ora os semântico-discursivos.

Como exemplo de tratamento dos aspectos formais da questão, podemos observar o espaço dedicado a essa discussão em Chomsky ([1965] 1975). Nos estudos linguísticos modernos, foi mesmo o gerativismo chomskyano que, em suas investigações sobre os fatores de *gramaticalidade*, trouxe à tona também a discussão sobre a *aceitabilidade*, distinguindo os dois conceitos. A mesma posição de que a gramaticalidade é um dos fatores que concorrem para a aceitabilidade é encontrada, por exemplo, em autores de postura teórica bem distinta, como Beaugrande e Dressler ([1981] 1994).

Admitindo que a descrição gramatical deve inserir-se em um mais amplo modelo de interação verbal (DIK, 1997a; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e que a gramática não pode nem deve ser descrita sem referência a parâmetros sociais, cognitivos e interacionais (GIVÓN, 1995), parece-nos oportuno e necessário submeter a questão das restrições na construção dos enunciados a um tratamento funcionalista.

Nessa abordagem, não há lugar para uma sintaxe autônoma, para uma gramática vista apenas como um conjunto de regularidades estruturais. Entende-se que demandas comunicativas, associadas ou não a processos cognitivos, surgidas em situações reais de uso da língua, estão sempre a exercer pressão para que a língua dê conta de diferentes necessidades expressivas, entendendo-se expressão como bem mais que transmissão de informações. Tratando-se de situações recorrentes na vida social, tem-se que há uma rotinização e fixação de novos padrões gramaticais. A gramática, assim, é uma entidade, em certo sentido, motivada.

Entendemos que a produção de um enunciado segue um curso que vai da pragmática à morfossintaxe e à fonologia. Nesse sentido, os níveis de organização mais altos impõem restrições à forma dos níveis mais baixos e às possibilidades combinatórias entre as unidades desse nível. Partindo então de uma distinção comum nos estudos de orientação funcionalista, notadamente na Gramática Funcional de Dik (1997a), entre as funções pragmáticas, semânticas e sintáticas no enunciado, procuramos verificar em que medida demandas funcionais de ordem pragmática têm impacto na atribuição de funções semânticas e sintáticas, bem como demandas de ordem semântica têm impacto na atribuição de funções sintáticas. Situando-se as funções pragmáticas num nível de organização mais alto, entendemos que elas sofrem menos restrições que as semânticas e sintáticas. Por isso, concentramo-nos nessas últimas. Verificamos, então, se as referidas restrições comprometem a aceitabilidade do enunciado, tornando-o, de algum modo, e em algum grau, inadequado para o evento comunicativo em que foi usado.

Nesse sentido, um trabalho pioneiro na discussão dos fatores estruturais, semânticos e discursivos envolvidos na função sintática de sujeito no português do Brasil é Pontes (1986). Nele, a autora investiga as correlações possíveis entre sujeito

(função sintática), agente (função semântica) e tópico (função pragmática). Além da teorização à luz da Linguística, a autora realiza testes com falantes nativos do português e com estudantes de graduação em Letras. Tais testes visavam à verificação de como os falantes identificavam sujeitos em orações/frases não-prototípicas.

Já estudos descritivos como Camacho (1996; 1999; 2002) e Lucena (2004) têm procurado investigar a orientação de perspectiva como motivação à atribuição de funções sintáticas. Camacho (1996; 1999) discute a relação entre funções semânticas e funções sintáticas, investigando, em *corpus* do português falado, como as primeiras podem determinar as últimas. O autor, seguindo Dik, entende haver uma hierarquia de funções semânticas segundo a qual termos com determinadas funções semânticas são candidatos mais prováveis à função de sujeito e, secundariamente, à de objeto. São duas as principais conclusões do trabalho. A primeira é que a referida hierarquia deve ser correlacionada a outras hierarquias, considerando as noções de empatia (proposta por DELANCEY, 1981), pessoalidade e animacidade (propostas por SILVERSTEIN, 1976), relativas à saliência cognitiva de um termo sob uma perspectiva ego-antropocêntrica, de acordo com a qual a saliência vai de termos que envolvem a primeira pessoa do discurso, passando, nessa ordem, para os que envolvem a segunda pessoa, o traço *humano* até os termos que tenham o traço *inanimado*. A segunda é que, trabalhando a Gramática Funcional com uma concepção de voz restrita à oposição ativa/passiva, muitos fenômenos sintático-semântico-discursivos não são explicados a contento. Como alternativa, apresenta-se, por exemplo, o tratamento da categoria de voz proposto por Givón, que é teoria de base para Camacho (2000; 2002).

Optando pelo esteio teórico de Givón, Camacho (2000; 2002) apresenta três fatores envolvidos na promoção de um argumento a tópico/sujeito da sentença: (i) topicalidade, isto é, atribuição da função pragmática de tópico a um argumento não-agente; (ii) impessoalidade, ou seja, a demissão do agente na configuração sintática; e (iii) detransitividade, a diminuição da transitividade da sentença passiva em relação à ativa.

Trabalhos funcionalistas como os citados acima geralmente utilizam *corpora* variados de língua oral e escrita, de modo que, via de regra, não se coloca, nesses

estudos, a questão de se dada construção é ou não aceitável. Assume-se que os dados encontrados são ocorrências normais, gramaticalmente bem formadas e cumpridoras dos propósitos comunicativos que as originaram. Observações esparsas, ainda que esclarecedoras, encontram-se em Camacho (2000; 2002). Nesses trabalhos, o autor atribui ao domínio funcional da transitividade a inaceitabilidade de orações passivas em que o objeto (sintático) é representado por termo que refere parte inalienável do agente, como é o caso de *lavar-se*, *levantar o braço* e *tomar banho*. Observações semelhantes, sem o mesmo aparato teórico-metodológico, encontram-se já em Pontes (1986).

Também Neves (2006) discute, ainda que brevemente, algumas possíveis restrições na construção da predicação, conforme a Tipologia de Estados de Coisas de Dik (1997a). Assim, conforme a autora, há predicados que não admitem forma pronominal (ocorrendo um pronome como "se" com o verbo "cortar", por exemplo, o clítico será interpretado como argumento do verbo, não se admitindo para o verbo a forma pronominal); há ainda predicados que não admitem modalização imperativa, que são aqueles cujo sujeito não pode ser agente; e há predicados que não admitem a ocorrência da função semântica de instrumento, aqueles em que não se verifica, pelo menos, a presença de agente, de modo que predicções de estado, por exemplo, não coocorrem com instrumental.

Verificamos, pois, ausência de tratamento consistente e sistemático, sob uma perspectiva funcionalista, dos fatores que, na construção da predicação, podem comprometer a aceitabilidade dos enunciados, mesmo considerando-se um contrato de cooperação pressuposto na interação verbal, de modo que se impõe, como dissemos, a necessidade de submeter a tratamento funcionalista a questão dos fatores envolvidos nas restrições à construção do enunciado, que são, na verdade, restrições à implementação de funções gramaticais a seus termos, associada essa restrição a inadequações em algum grau.

Esse estudo deve primeiramente ter clareza teórico-metodológica quanto ao modo como essas restrições se manifestam, de que modo são observáveis. Acreditamos que os desvios são não apenas uma possibilidade teórica, mas que eles ocorrem de fato, e que, mesmo que à primeira vista pareçam singulares, muitos deles podem ser

subsumidos de princípios mais gerais, de sorte que são previsíveis de alguma forma, condicionados a determinados fatores cognitivos, discursivos, semânticos ou estruturais.

Trataremos como inadequação a não-satisfação de alguma demanda funcional. Não estamos interessados em dicotomizar a questão, elencando parâmetros pelos quais um enunciado ou é adequado ou é inadequado. Tal não nos parece condizente com a concepção de língua e gramática que adotamos.

Partimos da premissa de que motivações pragmáticas, semânticas e morfossintáticas competem entre si pela expressão morfossintática. Nossa hipótese básica, então, é a de que a competição de motivações pode não se resolver satisfatoriamente em algumas situações de uso da língua, resultando em construções inadequadas quanto a algum tipo de motivação, o que não implica necessariamente que o enunciado seja inadequado como um todo.

Nosso objetivo, nesse sentido, é o de chegar a uma tipologia que englobe os tipos de inadequação encontrados no *corpus* de análise, correlacionados a um quadro em que a inadequação seja vista como não-satisfação de uma demanda funcional, “preterida” esta, de algum modo, em favor de alguma outra, relevante para o evento comunicativo. Esse objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos, aqui apresentados em correlação com a respectiva hipótese específica:

- ◆ Examinar a influência de aspectos discursivos, como a preservação da continuidade tópica, na restrição à atribuição de funções sintáticas e semânticas. Parece-nos que a pressão do discurso para se atribuir uma função pragmática a um constituinte determinado constitui motivação discursiva para a ocorrência de estruturas sintáticas em que o termo a que se atribui determinada função pragmática passa a exercer função sintática ou semântica incompatível com a estrutura de predicado.
- ◆ Identificar traços de subcategorização semântica de itens lexicais associados a inadequações na atribuição de funções sintáticas e semânticas. Partimos da hipótese de que propriedades semânticas podem ser indevidamente codificadas

na estrutura morfossintática, perturbando a atribuição de funções semânticas e sintáticas da oração. Entendemos como codificação indevida aquela que não deveria ocorrer, relativa a traços de significado que, conforme Lehmann (2005), devem ser deixadas para inferência do usuário.

- ◆ Analisar inadequações quanto à atribuição de funções semânticas e sintáticas, explicando-as por meio de parâmetros formais como a manutenção de paralelismo estrutural. A hipótese é a de que a presença de determinada estrutura sintática no contexto precedente imediato ou o uso de estrutura que será repetida a seguir constitui motivação estrutural para a atribuição de função sintática a termo que viola as restrições de seleção da estrutura de predicado e/ou a cadeia tópica em curso.

Para tanto, trabalhamos com um *corpus* constituído por um conjunto de enunciados considerados inadequados, devidamente contextualizados. Os enunciados foram buscados em um conjunto de redações escolares que coletamos junto a estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola da rede pública de ensino em Fortaleza, bem como em bancos de redações disponíveis na internet.

Acreditamos que o estudo das inadequações devidas à competição de motivações é relevante na medida em que, conforme DuBois (1985), é condição fundamental para o desenvolvimento de uma teoria da gramática e do discurso o estudo da competição e convergência de motivações internas e externas ao sistema linguístico.

A pesquisa se justifica, assim, não apenas pela contribuição na descrição e análise do português em uso, mas pela possibilidade de aplicação dos resultados ao ensino de língua e à correção de textos escolares, pois a tipologia aqui proposta e a discussão aqui começada podem constituir base para a compreensão de problemas de textos escolares não contemplados nem pelo normativismo da tradição gramatical escolar nem pelo estudo de fenômenos de âmbito textual, bastante difundidos entre as recentes propostas de ensino de língua materna.

O trabalho organiza-se como segue. No capítulo 2, apresentamos sumariamente alguns dos principais conceitos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional, seguindo de perto Hengeveld; Mackenzie (2008). No capítulo 3, discutimos os principais fatores envolvidos na atribuição das funções semânticas e sintáticas aos constituintes do enunciado. Com isso, teremos a aparelhagem teórica para compreender em que medida um enunciado pode ser desviante em relação a algum dos fatores discutidos. No capítulo 4, aprofundamos a discussão a respeito da Gramática Discursivo-Funcional e buscamos em outras propostas funcionalistas, notadamente no princípio da competição de motivações formulado em DuBois (1985), amparo para nossas hipóteses e decisões teórico-metodológicas. No capítulo 5, detalhamos a metodologia seguida nesta pesquisa. No capítulo 6, apresentamos a discussão das ocorrências, os resultados a que chegamos e as questões de interesse teórico que o trabalho com os dados suscitou. No capítulo 7, retomamos as ocorrências descritas em 6 e procuramos discutir a questão da inadequação sob a perspectiva da descrição linguística, deixando claro que a concepção de inadequação seguida não é compatível com pruridos prescritivistas. Por fim, em 8, apresentamos nossas conclusões.

A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

2.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos sucintamente a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e procuramos mostrar como ela pode lidar com inadequações na construção do enunciado, relativas à atribuição de funções gramaticais. Essa proposta apresenta-se como sucessora da Gramática Funcional (GF), sistematizada, sobretudo, em Dik (1997a, 1997b). Conforme Hengeveld; Mackenzie (2008, p xi), inicialmente a GDF propunha-se reformular alguns aspectos da GF; entretanto, tais foram as modificações que hoje a GDF caracteriza-se como teoria autônoma, não se fazendo necessário conhecer a GF para se compreender a GDF e trabalhar com ela. Em todo caso, parece-nos que alguns pontos da exposição de Dik (1997a) permanecem válidos e pertinentes para nossa pesquisa. Como se trata de fato de duas propostas teóricas alternativas, teremos de optar por uma delas sempre que houver divergência evidente e irreconciliável, e, nesse caso, por uma questão de coerência, optaremos pelo tratamento sugerido pelo GDF. O mesmo posicionamento será adotado quando do diálogo com outros aportes teóricos em que buscamos categorias de análise e possíveis soluções para os fenômenos estudados. Assim, procedemos inicialmente a uma apresentação da teoria, que se apresenta como parte de um modelo global de interação verbal (seção 2.2). Em seguida, tratamos de características básicas da teoria, como os níveis de representação e as operações gramaticais (seção 2.3), bem como os relativos à unidade básica de análise (seção 2.4).

2.2 A gramática como parte de uma teoria da interação verbal

Tanto a Gramática Funcional (DIK, 1997a, p. 1) quanto a Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 1) apresentam-se como parte de um mais amplo modelo de interação verbal. Isso significa assumir, desde o início, que os fenômenos gramaticais só podem ser entendidos se considerados diversos aspectos reguladores da interação verbal, para além da estrutura linguística.

Nesse sentido, a preocupação fundamental da abordagem funcionalista é, conforme Dik (1997a, p. 1), verificar como procede o usuário de uma língua natural. Assim, a inserção da descrição linguística num mais amplo modelo de interação verbal deve levar em conta falante e ouvinte e compreender a expressão linguística como mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte. Conforme o autor, ambos os participantes de um evento comunicativo possuem informação pragmática em todos os momentos da interação. A informação pragmática é definida como um conjunto de conhecimentos, crenças, opiniões, preconceitos e mesmo uma teoria sobre a informação pragmática do interlocutor. Naturalmente, ela está sempre sendo reformulada, durante o evento de interação. A função primária da interação verbal é, então, entendida como a modificação que o falante efetua na informação pragmática do ouvinte.

Dessa forma, uma gramática funcional deve, por um lado, ser capaz de especificar todas as expressões linguísticas de uma língua por meio de um sistema de regras, pelo que deve pautar-se por alguns padrões de adequação descritiva. Por outro lado, uma teoria gramatical, dentro do paradigma funcionalista, em sua tarefa de prover uma descrição gramatical atrelada ao discurso, deve reconhecer como padrões de adequação legítimos os de ordem pragmática, psicológica e tipológica.

Uma teoria gramatical é pragmaticamente adequada quando os princípios evocados por ela podem ser relacionados aos princípios que governam a interação verbal, isto é, dá-se importância às propriedades gramaticais que podem ser relevantes

para explicar a maneira como as expressões linguísticas são usadas. O grau de adequação pragmática da teoria será tanto maior quanto mais a descrição da expressão linguística considerar que as unidades linguísticas são usadas por falantes com o objetivo de efetuar modificações na informação pragmática do ouvinte.

A teoria será, ainda, psicologicamente adequada se levar em consideração os processos psicológicos envolvidos na produção e interpretação das expressões linguísticas. A solução encontrada por Dik (1997a, p. 57) é a de um modelo semiproductivo (*quasi-productive*), em que se simula a construção de unidades linguísticas de diferentes níveis de complexidade sempre a partir de unidades mais simples, pressupondo-se que a ordem postulada pela descrição gramatical mantém certo paralelismo com a sequência de passos levados a cabo por um usuário da língua na produção das unidades linguísticas, embora não simule de modo cabal todo o real processo de produção linguística (DIK, 1997, p. 57). A GDF mantém esse compromisso, porém ressalta que ela não é um modelo da produção linguística, mas sim um modelo gramatical cuja arquitetura procura levar em conta evidências psicolinguísticas relativas a como ocorre a produção linguística (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

Por fim, a teoria da GF resulta tipologicamente adequada na medida em que for capaz de prover gramáticas para línguas particulares, dando conta das diferenças e semelhanças entre elas. A teoria deve ser, de certo modo, neutra com relação a línguas específicas, interessando-se por princípios que tenham validade translinguística. Cabe frisar que a GDF não pressupõe a existência de noções pragmáticas e semânticas universais (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 12). Não se trata, pois, de construir uma gramática com validade para todas as línguas, mas sim de uma teoria cujos expedientes descritivos e cuja formalização sejam suficientemente abrangentes para poder aplicar-se a qualquer língua. Assim se podem evidenciar as semelhanças e diferenças entre as línguas, sendo as variações entre elas tratadas por meio de hierarquias tipológicas.

Para dar conta dos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos envolvidos na produção e interpretação dos enunciados das línguas, a Gramática Funcional trabalha

essencialmente com um modelo de descrição da oração que parte de combinações básicas de elementos lexicais, sucessivamente especificadas com informação semântica e pragmática.

Embora Dik (1997a, p. 56) reconhecesse que no uso real da língua por vezes se observe um processamento em paralelo dos diferentes níveis, chamando-nos a atenção, inclusive, para o fato de que as escolhas realizadas em nível pragmático determinam e restringem as opções em nível sintático, por exemplo, sua proposta é essencialmente o que se tem chamado *modelo ascendente*, em que se parte do léxico para se chegar ao enunciado, quer dizer, das unidades menores para as maiores.

O questionamento dessa opção teórico-metodológica, que culmina com a proposição de um novo modelo de descrição e análise das línguas naturais, a GDF, sustenta-se basicamente nos próprios princípios de adequação explanatória preconizados e autoimpostos pela GF.

Observou-se, por exemplo, que a GF não lograva adequação psicológica, para o que poderia ser necessário elaborar um modelo do falante, ou um modelo da produção linguística, isto é, uma proposta de descrição gramatical que simulasse, na medida do possível, todos os procedimentos levados a cabo pelo falante na produção de unidades linguísticas (BAKKER; SIEWIERSKA, 2004). Hengeveld (2004b) e Hengeveld; Mackenzie (2008), porém, concebem que se pode ganhar em adequação psicológica sem necessariamente se elaborar um modelo do falante, que não seria, afinal de contas, um objetivo da teoria e da descrição gramatical. A Gramática Discursivo-Funcional, assim, apresenta-se como um modelo que representa fatos linguísticos, isto é, “intenções” e “conceptualizações” na medida em que são codificados linguisticamente (HENGEVELD, 2004b, p. 366). A adequação psicológica é obtida, pelo menos em um grau maior do que na GF dikiana, na opção por um modelo descendente (*top-down*).

Assim, conforme Hengeveld (2004b), a estrutura linguística é descrita de modo a refletir ou simular a produção linguística, sem, no entanto, representar o processo em si. Baseado em resultados de pesquisas da Psicolinguística, afirma o autor que, se o processo de comunicação inicia-se com intenções pré-gramaticais e termina com a

articulação efetiva das expressões, cabe postular que a descrição gramatical, para tornar-se mais efetiva, deve partir dessas intenções comunicativas. O que em Dik (1997a) era apenas concessão passa a ser parte essencial do novo modelo.

Nessa busca de alcançar adequação psicológica e de empreender uma descrição gramatical compatível com um modelo de interação verbal, postula a GDF que esse modelo compreende quatro componentes, o Componente Conceitual, o Componente Contextual, o Componente Gramatical e o Componente de Saída. A GDF é uma proposta de tratamento do Componente Gramatical desse modelo.

Em linhas gerais, vejamos em que consiste cada um dos Componentes.

No Componente Conceitual, ocorrem as intenções comunicativas e conceptualizações que demandarão *formulação* no Componente Gramatical. A formulação, de que trataremos na próxima seção, é um processo de seleção das categorias linguísticas gramaticalmente relevantes em uma dada língua.

Como é próprio de uma teoria funcionalista, concebe a GDF que o conhecimento das unidades gramaticais é instrumental em relação às funções interacionais da linguagem, sendo estas primárias em relação a outras funções da linguagem, como a de instrumento do pensar, por exemplo. Assim, as intenções comunicativas situadas no Componente Conceitual constituem a força-motriz por trás das representações gramaticais, tanto sob uma perspectiva sincrônica quanto sob um olhar diacrônico, pois se entende que o repertório gramatical ora disponível aos falantes de uma língua é resultado de processos históricos pelos quais formas que se mostraram eficazes ao longo dos tempos foram se sedimentando, num processo de contínua adaptação às demandas comunicativas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 27).

Enfatizam Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 11) que o Componente Conceitual, embora não-gramatical, não é também não-linguístico. As conceptualizações que nele ocorrem são constrangidas pelas especificidades da língua do falante, o que significa que esse Componente trabalha com alternativas disponibilizadas pelo sistema linguístico em questão. Assim, se, em português, uma intenção comunicativa pode

realizar-se por meio de um ato diretivo como “Abra a porta” ou por meio de uma pergunta como “Você poderia abrir a porta?”, é com essas alternativas que trabalhará o Componente Conceitual, e é nele que se dará a opção por uma delas. Essa decisão não é propriamente gramatical. Caberá ao Componente Gramatical inventariar os meios linguísticos que realizarão o *ato discursivo*¹, de forma que esses meios linguísticos sejam eficientes para o propósito comunicativo em causa.

A intenção comunicativa que se desenvolve no Componente Conceitual é sempre situada socioculturalmente, visa sempre, como vimos em Dik, à modificação de algo, notadamente da informação pragmática do destinatário. Faz-se necessário, dessa forma, considerar, no modelo de interação verbal, um componente que dê conta, dentre outras coisas, da informação disponível na situação de interação imediata.

No Componente Contextual, armazenam-se informações que, de algum modo, podem influenciar a formulação dos atos discursivos, que são a unidade de análise básica da GDF. Não interessa, deve ficar claro, toda a informação disponível na situação de interação e/ou no texto, mas apenas aquela que pode ser codificada morfossintática ou fonologicamente na língua em questão de maneira sistemática. Assim, se a língua dispõe de categorias gramaticais que expressam a hierarquia social dos participantes de um evento comunicativo, caberá ao Componente Contextual fornecer essa informação. O Componente Contextual é também alimentado pelos atos discursivos precedentes ao que se realiza no que concerne à disponibilização de referentes para o discurso.

No Componente de Saída, dá-se a conversão da informação fonológica, proveniente da última etapa de codificação ocorrida no Componente Gramatical, em sinais acústicos, gráficos ou visuais. Aqui, acompanhando na verdade uma tradição linguística que perpassou todo o século XX, a GDF assume que esse tipo de informação situa-se fora da gramática.

No Componente Gramatical, dão-se as operações gramaticais de formulação e codificação, que resultam em quatro níveis de representação gramatical. Trataremos disso nas duas seções seguintes.

¹ O conceito de *ato discursivo* será discutido na seção 2.4.

2.3 Operações e níveis de representação

No Componente Gramatical, interessa distinguir os níveis de representação e as operações de que resultam esses níveis. São duas as operações fundamentais, a *formulação* e a *codificação*. Dissemos acima que as intenções comunicativas demandam formulação no Componente Gramatical. Trata-se de determinar que categorias pragmáticas e semânticas da língua em questão serão mobilizadas para levar a cabo o propósito comunicativo.

Consiste o processo de formulação em três etapas. Em primeiro lugar, temos a seleção de esquemas que “definem as combinações possíveis de elementos nos Níveis Interpessoal e Representacional” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 19). Esses esquemas especificam a hierarquia dos elementos e são preenchidos por lexemas tanto no Nível Interpessoal quanto no Nível Representacional. Interjeições são exemplos de lexemas introduzidos no Nível Interpessoal, isto é, que cumprem demandas específicas do Nível Interpessoal. Já os lexemas com conteúdo semântico são introduzidos no Nível Representacional. Essa seleção dos lexemas constitui a segunda etapa da formulação. A terceira etapa é a seleção de operadores, que representam as distinções gramaticais requeridas pela língua naquele nível. Assim, no Nível Interpessoal pode dar-se a seleção de operadores de evidencialidade e de alguns tipos de modalidade, por exemplo, enquanto no Nível Representacional ocorre a seleção de operadores de tempo e aspecto, por exemplo.

Para ficarmos em um exemplo de como se dá a formulação, notemos que, por mais diversas que sejam as intenções comunicativas, o falante sempre terá de conferir a sua fala uma determinada ilocução, e são limitados, em cada língua, os moldes ilocucionários disponíveis. A formulação, assim, é a etapa em que se seleciona, digamos, ou a ilocução interrogativa, ou a proibitiva, ou a declarativa, de acordo com as alternativas disponíveis. Seleciona-se um esquema ilocucionário, que prevê ou uma ilocução abstrata, a ser expressa fonologicamente, ou uma ilocução expressa por meio

de itens lexicais. Operadores ilocucionários podem ser aqueles de realce ou de mitigação da força ilocucionária.

A concepção de que a formulação consiste numa série de operações relevantes para a gramática assenta-se na distinção entre, de um lado, conceptualizações, e, de outro, representações semântico-pragmáticas. As primeiras ocorrem no Componente Conceitual do modelo; as últimas, no Componente Gramatical. Conforme Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 39), não fazer essa distinção equivaleria a considerar que a produção linguística passa diretamente da intenção comunicativa para a codificação formal. Sem se admitirem as operações de formulação, a gramática se assemelharia a um guia de frases (como os usados por estrangeiros que não conhecem a língua do país visitado) que ensina o usuário a pedir uma cerveja ou a reclamar de baratas num quarto de hotel, sem fornecer a ele qualquer conhecimento da gramática da língua (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 39).

Asseveram os autores, porém, que a atividade linguística requer que se selecionem, dos eventos e objetos do mundo, bem como dos propósitos do falante no evento de interação, aspectos codificáveis de maneira sistemática na língua do falante.

A GDF, dessa forma, trabalha segundo uma abordagem *formalmente orientada* ‘*da-função-para-a-forma*’ (*form-oriented* ‘*function-to-form*’). Isso significa, para os autores, que não se trata de uma simples abordagem *da-função-para-a-forma*, em que não haveria necessidade dos níveis de formulação, e a produção linguística seria compreendida como uma passagem direta das intenções cognitivas (da função) para a codificação (para a forma). A GDF distingue-se dessas abordagens justamente por conceber a gramática como o tratamento das distinções pragmáticas e semânticas que são sistematicamente refletidas na codificação morfossintática ou fonológica. A GDF entende que a gramática, ainda sob um enfoque funcionalista, é uma busca do *êmico* por trás do *ético*. Naturalmente, essa abordagem distingue-se também do simples formalismo por não estar interessada em puras regularidades estruturais. Interessa à proposta correlacionar padrões formais como variações na ordem dos constituintes, expedientes morfológicos e padrões prosódicos, de um lado, a categorias semânticas e pragmáticas, de outro.

Parece-nos que boa parte das inovações da GDF em relação à GF e mesmo a outras propostas funcionalistas pode ser atribuída a essa abordagem *form-oriented* ‘*function-to-form*’, muito embora os próprios autores, ao tratarem das propriedades básicas da teoria, não a elenquem ao lado de características como a ordenação descendente do modelo, a inclusão das representações morfossintáticas e fonológicas na estrutura subjacente das unidades linguísticas sob análise e a relação do Componente Gramatical com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída. Praticamente toda introdução à GDF começa pela menção dessas três características, a que se acrescenta, por vezes, a asserção de que a unidade básica de análise da GDF é o ato discursivo (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 1; HATTNER; HENGEVELD, 2007, p. 7; HENGEVELD; MACKENZIE, 2005, p. 9). A referida abordagem, contudo, não pode ser diretamente subsumida dessas propriedades básicas. Veremos adiante que importantes divergências da GDF em relação à GF quanto à tipologia de funções semânticas, por exemplo, é, a nosso ver, muito mais devida à abordagem *form-oriented* ‘*function-to-form*’ do que a uma das propriedades básicas do modelo acima referidas.

Essa abordagem, pois, implica a distinção entre operações de *formulação* e de *codificação*, sendo que a primeira resulta nos níveis Interpessoal e Representacional, que dão conta, respectivamente, das categorias pragmáticas e semânticas. Frise-se que, de acordo com a GDF, nem todo ato discursivo demanda representação semântica, podendo algumas representações pragmáticas ser diretamente mapeadas em unidades morfossintáticas e/ou fonológicas. Esse é o *princípio da profundidade máxima* (*maximal depth*), segundo o qual as representações devem procurar seus correlatos de níveis inferiores o mais profundamente possível. Isso significa que as representações não precisam necessariamente passar por todos os níveis, mas devem ir direto aos níveis que efetivamente contribuirão com informação relevante. Se não há conteúdo semântico no ato discursivo, se não há especificações morfossintáticas a se lhe aplicarem, a representação interpessoal pode ir direto ao Nível Fonológico, sem etapas supérfluas. Do mesmo modo, algumas unidades semânticas não exigem representação morfossintática, algumas representações pragmáticas exigem apenas representação semântica e fonológica, ou apenas morfossintática e fonológica, e assim por diante.

Pode-se dizer que a GDF propõe quatro análises distintas para uma mesma unidade linguística. No Nível Interpessoal, a unidade linguística é analisada enquanto *movimento* (*Move*, no original em inglês), definido como “a maior unidade de interação relevante para a análise gramatical”² (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50), caracterizado em termos essencialmente interacionais como a unidade que “ou é ou abre a possibilidade de uma reação”³ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 50). O movimento é formado por um ou mais de um ato discursivo, que é a unidade básica de análise da GDF, caracterizado por conter uma Ilocução, podendo haver, ainda, Participantes do ato de fala (Falante e Ouvinte) e um Conteúdo Comunicado. O Conteúdo Comunicado representa o que o falante deseja evocar com relação ao mundo extralinguístico, distinguindo-se então *subatos de referência* e de *atribuição*.

Conforme os autores, a *referência* é um ato do falante e distingue-se claramente da *designação*. A designação é categorial, diz respeito ao conteúdo semântico de uma unidade lexical, é uma propriedade dos itens lexicais designar entidades ontológicas. Ela é fenômeno que diz respeito ao Nível Representacional. A referência, por outro lado, não é uma propriedade do item lexical, até porque não há eventos no mundo que se refiram por si sós ou que por si sós reclamem referência. É o falante que decide fazer referência a eles como objetos do discurso. Assim, pode-se evocar, no Nível Interpessoal, uma mesma entidade ontológica atributivamente ou referencialmente. Dessa forma, de acordo com Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 129), na frase “Eu vi um leão”, a unidade “um leão” constitui uma representação semântica (a ser introduzida no Nível Representacional) de um subato de referência. Já em “Este animal é um leão”, temos um subato de atribuição que será, no Nível Representacional, representado pela mesma unidade semântica. Na primeira frase, a unidade “um leão” é usada para fazer referência a uma entidade, introduz-se um objeto de discurso. Já na segunda frase, “um leão” não introduz objeto de discurso, não instaura referente, apenas atribui uma propriedade a “este animal”.

O Conteúdo Comunicado é a parte do Ato Discursivo que terá contraparte no Nível Representacional, no qual se analisa a unidade linguística em termos semânticos.

² Cf. o original: “the largest unit of interaction relevant to grammatical analysis”.

³ Cf. o original: “it either is, or opens the possibility of, a reaction”.

Os primitivos desse Nível são Lexemas associados a categorias semânticas, que se combinam conforme a gramática da língua, dando-se aí a atribuição de funções semânticas a determinadas categorias.

No Nível Morfossintático, tem início a operação de Codificação. Como vimos, representações pragmáticas podem ser diretamente submetidas à operação de Codificação. Assim, distinções relativas ao estatuto social dos Participantes, por exemplo, se codificadas pela gramática da língua, passam diretamente do Nível Interpessoal para o Nível Morfossintático, que expressará essas categorias pragmáticas por meio de morfemas, por exemplo. Não entram em jogo, aí, quaisquer categorias semânticas.

Pode ser necessária, porém, e na maioria dos casos o é, uma codificação morfossintática, após o que se dará a codificação fonológica, e pode dar-se o caso de haver apenas codificação fonológica. No caso das interjeições, por exemplo, também se dá o caso de um lexema como “bolas” (usado em uma frase como, por exemplo, “Ora, bolas!”) ser introduzido diretamente no Nível Interpessoal, com a respectiva Ilocução, passando para o Nível Fonológico, não havendo aí informação semântica nem morfossintática.

No caso das representações que passam do Nível Interpessoal para o Representacional, também algumas podem demandar codificação morfossintática e fonológica, nessa ordem, bem como algumas podem requerer apenas codificação fonológica.

Assim, conforme os autores, a pragmática governa a semântica, a morfossintaxe e a fonologia; a semântica governa a morfossintaxe e a fonologia; e a morfossintaxe governa a fonologia (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 12). Essas operações podem ser descritas como de mapeamento, isto é, informações do Nível Interpessoal são mapeadas em informações do Nível Representacional, que, por sua vez, são mapeadas em unidades morfossintáticas e fonológicas. Não se postula a existência de correspondências biunívocas entre os níveis.

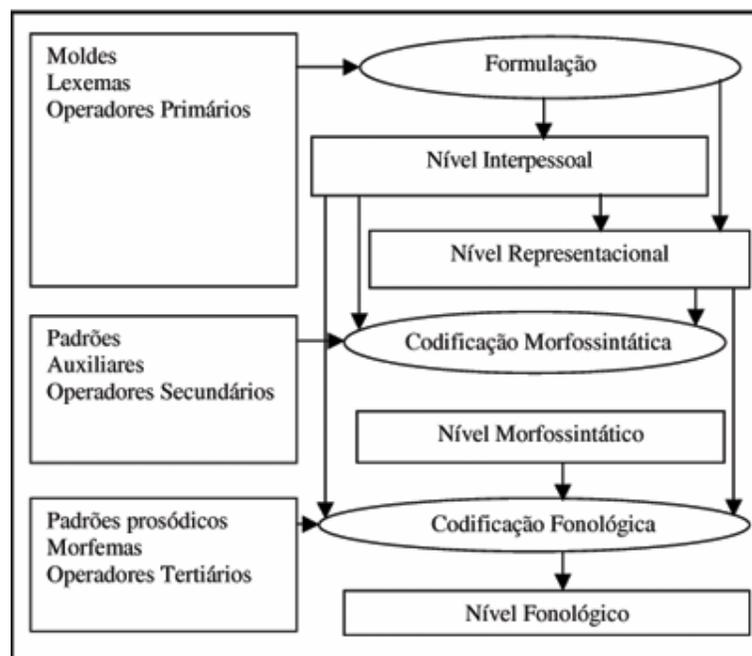


Figura 1: primitivos, operações e níveis de representação na GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2009, p. 182)

Na figura 1, temos um esquema geral da Gramática Discursivo-Funcional. Conforme Hengeveld; Mackenzie (2008), nos quadros à esquerda, temos os primitivos básicos com que se constroem as unidades linguísticas, as elipses representam as operações que resultam nos níveis de representação linguísticas, representados pelos retângulos. Vemos duas setas partindo da Formulação. As setas verticais descendentes indicam o modo como opera a gramática. Assim, notemos que partem da operação de formulação duas setas, indicando a origem dos Níveis Interpessoal e Representacional. Do Nível Interpessoal, partem três setas, indicando que a representação pragmática pode demandar representação semântica, no Nível Representacional, ou pode saltar essa etapa e demandar diretamente representação estrutural, no Nível Morfossintático; pode, ainda, saltar essas duas etapas, requerendo apenas representação no Nível Fonológico. Já do Nível Representacional partem duas setas, indicando que as unidades desse nível podem requerer representação morfossintática ou buscar diretamente a representação fonológica. Por fim, do Nível Morfossintático parte uma seta em direção ao Nível Fonológico, indicando que as unidades do primeiro devem receber representações fonológicas.

Como dissemos, a GDF submete cada unidade linguística a quatro análises distintas. No entanto, a análise em termos interpessoais, representacionais, morfossintáticos e fonológicos não esgota a descrição gramatical. É preciso, de algum modo, integrar essas sucessivas análises, verificar como a informação procedente de um nível é trabalhada nos demais níveis. Nesse sentido, é particularmente relevante a noção de *alinhamento*. Para a teoria, temos diferentes tipos de alinhamento, conforme a informação subjacente à estrutura morfossintática. No capítulo 4, discutiremos vários aspectos do alinhamento semântico e do morfossintático relevantes para nossa pesquisa.

A concepção subjacente à noção de alinhamento é a de que as línguas diferem quanto ao tipo de informação que codificam estruturalmente. Algumas vezes, são as categorias pragmáticas a determinarem, em linhas gerais, a estrutura morfossintática; outras vezes, essa estrutura mapeia funções e categorias semânticas. Também pode dar-se o caso de certos aspectos da morfossintaxe de uma língua serem afuncionais, o que significa que não é possível correlacioná-los a noções semânticas e pragmáticas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 40).

Nesta pesquisa, discutimos alguns casos de violação de padrões morfossintáticos relativos à seleção de preposição específica para introduzir complementos verbais e nominais. Intervêm nessa seleção ora aspectos funcionais, quando a preposição, de algum modo, codifica função semântica, por exemplo; ora aspectos afuncionais, quando a preposição é selecionada apenas por haver um padrão morfossintático, como na seleção da preposição “de” como introdutora do complemento de “gostar” e “precisar”, por exemplo. Nesse caso, a preposição é afuncional, trata-se de uma exigência formal da língua.

2.4 A unidade básica de análise

Boa parte dos modelos de descrição sintático-semântica desenvolvidos nas últimas décadas, quer sob perspectiva formalista, quer sob inspiração funcionalista, foi centrada na semântica lexical (HARDER, 2004, p. 199).

Tal se aplica à Gramática Funcional, que, para descrever a oração, postula a existência de um Fundo compreendendo todos os termos e predicados de uma língua. Para a teoria, termos são itens com potencial referencial, ao passo que os predicados designam propriedades das entidades referidas pelos termos ou relações entre elas. Uma e outros podem ser básicos ou derivados. Termos e predicados básicos constituem o léxico da língua. Nesse particular, a concepção dikiana de léxico não é muito diferente da tradicional. Pertencem ao léxico, de acordo com Dik (1997a, p. 59), todos os elementos que apresentam traços semânticos ou formais imprevisíveis, isto é, que não possam ser captados por alguma regra gramatical. Já aqueles que são formados a partir da aplicação de alguma regra gramatical produtiva a algum termo ou predicado básico serão chamados *termos* ou *predicados derivados*.

Os predicados associam-se a estruturas de predicado (*predicate frames*), a partir das quais se constituem as predicções. Uma estrutura de predicado é uma especificação semântica e morfossintática da grade argumental do predicado, isto é, de quantos (valência lógica) e quais (valência semântica e morfossintática) termos devem ser aplicados a ele.

A descrição da predicção parte de uma unidade linguística denominada *predicção nuclear*, da qual se diz que designa um Estado de Coisas (EC), concebido como “algo que pode ocorrer em algum mundo possível” (DIK, 1997a, p. 51), de onde se conclui que não se trata de uma realidade extramental, mas de uma concepção do falante sobre um evento real ou imaginário. O EC designado pela predicção nuclear pode ser qualificado através de operadores gramaticais e satélites lexicais de nível um. Satélites são itens que, diferentemente dos termos ou argumentos, não são implicados

na grade valencial da estrutura de predicado. Uma distinção relevante nesse nível pode ser a de *aspecto*; já uma qualificação adverbial com referência a *modo* seria um satélite. Tem-se, assim, uma *predicação central*, definida como um Estado de Coisas qualificado.

No segundo nível, incidem sobre a predicação central operadores e satélites de nível dois, que localizam no tempo e no espaço o Estado de Coisas qualificado, formando, desse modo, uma *predicação estendida*, finalizando-se, assim, a descrição dos aspectos representacionais da gramática. Trata-se sempre de um mesmo Estado de Coisas, mas, chegando-se a esse nível, tem-se acerca do referido EC coordenadas espaciais e temporais mais acuradas.

Nos níveis subsequentes, tem-se a especificação da atitude subjetiva do falante frente ao conteúdo representacional. Assim, a GF postula a ação de operadores e satélites de nível três, relativos à atitude do falante, à modalidade imprimida a essa nova camada da estrutura oracional subjacente, a *proposição*, concebida como um “fato possível”. Por fim, aplicam-se à proposição operadores ilocucionários, pelo que se obtém um *ato de fala*, e se completa a *estrutura oracional subjacente*.

De acordo com Dik (1997a, p. 80), essa forma de descrever a oração contribui para a adequação tipológica da teoria na medida em que, por exemplo, a ordem em que predicado e argumentos são representados nessa estrutura não tem relação direta com a ordem em que podem ocorrer nos enunciados reais da língua. Assim, enunciados que, em línguas diferentes, têm ordenação linear diferente, mas alguma equivalência semântica, podem ser descritos de maneira uniforme.

Não obstante, essa maneira de conceber a representação subjacente da oração é questionada pela GDF primeiramente por tratar as funções pragmáticas como “apêndices” de uma estrutura semântica e sintaticamente já especificada (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.). Diante disso, como vimos, a GDF propõe que a gramática se organize a partir da intenção comunicativa, formulada em termos pragmáticos no Nível Interpessoal do Componente Gramatical, e só então especificada com as categorias gramaticais dos Níveis Representacional e Morfossintático.

A GDF, assim, toma o ato discursivo como sua unidade básica de análise. Não quer isso dizer, de modo algum, que a Gramática Discursivo-Funcional se proponha ser um modelo de análise do discurso. Ela é, na verdade, uma teoria gramatical que toma as unidades linguísticas considerando sua função comunicativa.

Tendo como unidade de análise básica o ato discursivo, a GDF entende que cada ato discursivo é formado por um ou mais subatos de atribuição (*ascription*) e de referência. No Nível Interpessoal, a cada subato, considerado parte de um *esquema de conteúdo*, pode ser atribuída uma função pragmática. Passando-se à representação semântica da unidade linguística em questão, ocorre a inserção de itens lexicais na unidade correlata ao esquema de conteúdo e a atribuição de funções semânticas a eles no Nível Representacional. Por fim, no Nível Morfossintático, pode haver atribuição de função sintática a um ou mais termos, conforme a noção de função sintática seja relevante na língua em questão. No capítulo 3, apresentaremos detalhes sobre o processo de atribuição de funções gramaticais.

A noção de predicação, assim, insere-se numa vasta rede de níveis de representação e de operações gramaticais. Esquemáticamente, o esquema de predicação é a contraparte representacional de parte de um esquema de conteúdo, que, por sua vez, é parte de um esquema interpessoal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 310).

Resulta daí que a atribuição de funções gramaticais não se restringe ao âmbito da predicação, tal como concebida pela GDF. Apenas as funções semânticas são, de algum modo, implicadas no esquema de predicação. Já as funções sintáticas devem ser implementadas no Nível Morfossintático, onde já não se pode falar de predicação.

Cabe lembrar, ainda, que os atos discursivos frequentemente se combinam com outros atos discursivos nas unidades denominadas *movimentos*. Cada movimento é formado por um ou mais de um ato discursivo. Distinguem-se, assim, o ato discursivo nuclear e o ato discursivo subsidiário, que desempenha uma *função retórica* em relação ao primeiro. Os atos discursivos subsidiários podem desempenhar uma vasta gama de funções retóricas. Destacaremos aqui, a título de exemplo, duas delas.

Em “Maria, ela é uma boa companheira”, temos um movimento em que “Ela é uma boa companheira” é o ato discursivo nuclear e “Maria” é um ato discursivo subsidiário com função retórica de Orientação. Já em “Ela é uma boa companheira, a Maria”, o ato discursivo subsidiário tem a função retórica de Clarificação. Termos como esses são tratados pela GF de Dik como constituintes extraoracionais.

ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES SEMÂNTICAS E SINTÁTICAS

3.1 Introdução

Neste capítulo, tratamos de alguns dos fatores envolvidos na atribuição de funções semânticas (seção 3.2) e sintáticas (seção 3.3), e, com isso, esperamos deixar claro que exatamente a desconsideração desses fatores pode resultar num enunciado com baixo grau de aceitabilidade.

A procura por análises integradas de pragmática, semântica e morfossintaxe¹ é uma característica básica do funcionalismo. Uma das maneiras mais aparentemente simples de realizar essa integração é a busca de correlações, de mapeamentos entre os níveis de análise. O pressuposto é que propriedades morfossintáticas existem para expressar propriedades semânticas e/ou pragmáticas, e essa expressão tende a ocorrer de forma sistemática, de tal modo que uma propriedade morfossintática específica (uma ordenação de constituintes ou um morfema gramatical, por exemplo) seja sempre (ou quase sempre) interpretada como a expressão de uma propriedade semântica ou pragmática específica (uma noção semântica como a de Agente ou pragmática como a de Tópico).

Muito frequentemente, as propriedades cujo mapeamento se investiga são as denominadas *funções*, conforme o nível de análise. Temos, assim, funções pragmáticas,

¹ Dependendo da proposta teórica, pode-se falar não só em pragmática, semântica e morfossintaxe, mas também em discurso, que pode ou não ser entendido como a mesma coisa que pragmática; pode-se também tratar a morfologia e a sintaxe separadamente, bem como acrescentar-se a fonologia como nível mais baixo na hierarquia, como faz a GDF.

funções semânticas e funções sintáticas. Não nos deteremos no estudo dos fatores relativos à atribuição de funções pragmáticas porque, conforme a GDF, funções pragmáticas como Tópico e Foco são atribuídas no Nível Interpessoal da gramática, com base em informações essencialmente discursivas. Como se trata do primeiro nível de representação linguística, elas sofrem menos restrições que as funções semânticas e sintáticas. Por outro lado, informações desse primeiro nível, o Interpessoal, serão relevantes no estudo das funções semânticas e sintáticas.

3.2 Funções semânticas

As funções semânticas procuram captar certos aspectos das relações de significado entre os constituintes da frase. Como boa parte dos estudos sintático-semânticos modernos se fez sob a concepção, tácita ou explícita, de que as informações semânticas do verbo ou do predicado² determinam aspectos importantes da semântica dos demais elementos oracionais e da oração como um todo, o estabelecimento de tipologias de funções semânticas muito frequentemente se associa a uma tipologia de verbos, predicados ou estados-de-coisas.

Assim, a Tipologia de Verbos de Chafe, por exemplo, uma das primeiras propostas nesse sentido, parte desse pressuposto de que “a oração [...] é construída em torno de um elemento *predicativo*” geralmente “acompanhado de um ou mais elementos *nominais*” (CHAFE, 1979, p. 96, grifos no original). O verbo é um elemento central, e os nomes, elementos periféricos (CHAFE, 1979, p. 98). Assim, os verbos, que, conforme o autor, englobam uma das duas grandes áreas do universo conceitual humano (a outra é a dos nomes), designam Ações, Estados, Processos, podendo haver classes

² A noção de predicado com que trabalhamos não é a dos estudos tradicionais que bipartem a oração em um sujeito e um predicado. Ela tem origem nos estudos de dependência e valência, cujo conceito “se vincula à consideração da centralidade do verbo na frase” (NEVES, 2002b, p. 103). O predicado da maioria das frases é o verbo, podendo haver predicacões não-verbais, casos em que o predicado é um elemento de outra classe lexical, um nome, por exemplo.

mistas como a de Ação-Processo. Essa tipologia foi retomada, no Brasil, por Borba (1996), dentre outros autores.

Já Dik (1997a) propõe uma tipologia de Estados-de-Coisas (EC), em vez de uma tipologia de verbos, pois, argumenta, um mesmo predicado verbal pode ocorrer em predicacões que designam EC bem diferentes, sendo a semântica da predicacão determinada também pela semântica dos termos argumentais e não-argumentais aplicados ao predicado (DIK, 1997a, p. 106). De certo modo, trata-se de uma retomada de Vendler (1967, p. 99-106), que, baseado numa noção um tanto alargada de tempo, distingue, por exemplo, *run (correr)*, *run a mile (correr uma milha)* e *start/stop running (começar a / parar de correr)*, como pertencendo a três classes distintas, embora o lexema verbal nuclear seja o mesmo nos três casos.

Como sugerido acima, conforme a tipologia adotada, teremos uma gama de funções semânticas diferente. Vimos que Chafe considera serem quatro os tipos semânticos básicos de verbos: Ação, Processo, Estado e Ação-Processo. Essa distinção correlaciona-se a uma distribuição das funções semânticas básicas de Agente e Paciente. Estados e Processos têm associados a si um Paciente; Ações, um Agente; e Ações-Processos, um Agente e um Paciente. A postulação de funções semânticas outras é acompanhada por novas especificações dos tipos verbais.

Assim, certos Estados e Processos são especificados como Estados de Experiência e Processos de Experiência, admitindo-se, então, uma função semântica de Experimentador (CHAFE, 1979, p. 149-152). Além disso, alguns Estados, Processos e Ações-Processos são especificados como Benefactivos, introduzindo-se a função semântica de Beneficiário. Também parte dos Estados e Ações é especificada como Completável se o verbo implicar um argumento com a função semântica de Complemento, que, para Chafe “não especifica algo que está em um estado ou que muda de estado”, mas sim um conceito nominal cuja coexistência é implicada pelo verbo, como *jogo* é implicado por *jogar* e **Guerra e Paz**, como “matéria de leitura”, é implicado por *ler* (CHAFE, 1979, p. 162). Por fim, certos verbos de Estado são especificados como Locativos, havendo então a introdução da função semântica de Locativo.

Do mesmo modo, a tipologia de Dik, baseada em alguns parâmetros semânticos (dinamismo, controle, telicidade, momentaneidade e experiência), é correlacionada a um quadro de funções semânticas, havendo, conforme Dik (1997a, p. 105), uma correspondência parcial entre a tipologia de EC e a gama de funções semânticas admitidas pela gramática, de modo tal que, por exemplo, se possa vincular um esquema de predicação cujo argumento 1 seja Agente a um EC de Ação, e, por outro lado, se possa prever que um EC de Ação deve ter como argumento 1 um Agente. Dado haver predicados monovalentes, bivalentes e trivalentes, é preciso especificar, de acordo com o tipo semântico do predicado verbal e o tipo de EC, as funções semânticas possíveis para cada posição argumental.

Na figura 2 apresentamos uma correlação entre o tipo de EC e a função semântica desempenhada pelo argumento 1, conforme postula a GF.

Eventos [+ din]	Ações [+ con]	Atividade [- tel]	Agente
		Realização [+ tel]	
	Processos [- con]	Dinamismo [- tel]	Força/
		Mudança [+ tel]	Processado[Experienciador]
Situações [- din]	Posições [+ con]	Posicionador	
	Estados [- con]	Zero[Experienciador]	

Figura 2: Funções semânticas conforme o tipo de EC (DIK, 1997a)

Assim se definem essas funções semânticas:

- Agente é a entidade controladora de uma Ação: *João discursava para uma plateia entediada.*
- Força é a entidade não-controladora instigadora de um Processo, ocorrendo geralmente em esquemas de predicação de dois lugares em que o segundo argumento é Processado: *O vento derrubou o telhado.*

- Processado é a entidade que sofre um processo, podendo a função ser subespecificada como Processado-Experienciador, caso se trate de ser animado que sofre experiência sensório-psíquica. Temos, assim, em *O copo caiu* um simples Processado e em *Maria teve pesadelos toda a noite* um Processado-Experienciador.
- Posicionador é a entidade controladora de uma Posição: *João mora em Fortaleza*.
- Zero é a entidade primariamente envolvida em um Estado. Pode ser subespecificado como Zero-Experienciador. Temos, assim, Zero em *A ponte liga duas cidades importantes* e Zero-Experienciador em *João sabe matemática*.

Conforme Dik (1997a, p. 118-120), na posição A₂, podem ocorrer as funções semânticas de Meta[Experienciador], Recipiente[Experienciador], Locativo³, Direção, Fonte e Referência. Havendo A₃, podem ocorrer todas as funções passíveis de ocorrer como A₂, exceto a de Meta[Experienciador], que será o A₂. Essas outras funções podem ser definidas como segue:

- Meta é a entidade afetada ou efetuada por um Agente, Posicionador ou uma Força: *João resolveu os exercícios*, *O inimigo ocupou a cidade* (DIK, 1997a, p. 121, grifo nosso)⁴, *O vento derrubou o telhado*.
- Recipiente é a entidade para cuja posse se transfere algo: *O presidente acenou para o povo*.
- Locativo é o lugar onde algo se localiza: *João mora em Fortaleza*.
- Direção é a entidade para a qual algo se move: *João vai para a universidade*.
- Fonte é a entidade a partir da qual algo se move: *João saiu de casa*.

³ No original, "Location".

⁴ Cf. o exemplo original: "The enemy (Po) occupied the city (Go)".

- Referência é a entidade não-primariamente envolvida em uma relação, da qual se pode dizer que a relação ocorre em referência a ela: *O menino se parece com o pai* (DIK, 1997a, p. 121, grifo nosso)⁵.

Pelo que vimos até agora, parece que a noção de função semântica decorre da identificação de distinções essencialmente semânticas. Conforme propostas como as discutidas acima, apenas em um segundo momento pode-se fazer a correlação entre as funções semânticas e as funções sintáticas, por exemplo. Essa correlação, não raramente, vaza-se em termos como os de Fillmore (1968), para quem, se um dado evento envolve um Agente, a tendência é ele tornar-se Sujeito; se não, provavelmente será o Instrumento; se não houver Instrumento, o Objeto (semântico) será o Sujeito.

A proposta da GDF, que adotamos neste trabalho, distancia-se dessas concepções sobre as funções semânticas ao postular que as funções semânticas relevantes para uma língua são essencialmente aquelas que recebem, sistematicamente, algum tipo de codificação morfossintática. O pressuposto é que não faz sentido procurar distinções que a língua não faz. Assim, se não houver, em determinada língua, qualquer marca que diferencie Agente de Força, não faz sentido dizer, com base em diferenças puramente de significado, que se encontram essas duas funções semânticas nessa língua.

Dessa forma, em Hengeveld; Mackenzie (2008) todas as funções são reduzidas a apenas três funções semânticas, podendo-se fazer, conforme a gramática particular de cada língua, subespecificações. Trata-se, na verdade, de macrofunções, embora Hengeveld; Mackenzie (2008) não usem esse termo. Caracteriza-se como *Ator* toda entidades envolvidas em EC dinâmicos de modo ativo, incluindo-se aí as funções de Agente e Força discutidas acima, bem como, possivelmente, também a de Posicionador. A segunda função semântica admitida pela GDF é a de *Paciente*⁶, caracterizada por seu papel mais passivo nos EC. Essa macrofunção abrange o que Dik distingue como Processado, Meta, Zero e Referência. Por fim, funções como as de Recipiente, Locativo, Direção e Fonte são agrupadas sob a macrofunção *Locativo*.

⁵ Cf. o exemplo original: “The boy (Ø)resembles his father (Ref)”

⁶ Trata-se da tradução do inglês *Undergoer*. Em Hengeveld; Mackenzie (2009, p. 184), reconhecem os autores: “Damo-nos conta que essa tradução é restrita em face do sentido que Foley (2005) atribui ao ‘Undergoer’”.

Nessa nova proposta, várias modificações em relação à tipologia de Dik (1997a) chamam a atenção. Observemos que, sob a função de Paciente, agrupam-se funções que Dik (1997a) prefere distinguir, como Processado e Meta. Conforme o autor, nos exemplos (1-2) abaixo

(1) João moveu a pedra.

(2) A pedra moveu-se.⁷ (DIK, 1997a, p. 122)

“a pedra” tem funções semânticas distintas. Acrescenta o autor:

Isso é contrário ao que é feito em Fillmore (1968), em que ambas as ocorrências são rotuladas Objetivo, em Chafe (1970), em que ambos são denominados Paciente, e em Jackendoff (1972) e outros gramáticos transformacionais, em que ambas as ocorrências são identificadas como Tema (DIK, 1997a, p. 122)⁸.

Dik argumenta que, além de ser clara a distinção semântica entre as duas ocorrências de “a pedra”, faz-se necessário distinguir Meta de Processado porque, como veremos adiante, Meta é candidata à função sintática de Sujeito, ao passo que o simples Processado, diferentemente do Processado-Experienciador, não o é. Como veremos adiante, a GDF não trata as funções sintáticas como mapeamento de funções semânticas, de modo que distinções como a levantada por Dik não são adequadas para a postulação de distinções no nível semântico.

Parece-nos que a GDF, ao desconsiderar distinção tão cara à GF de Dik (1997a), procura ser coerente com sua abordagem *formalmente orientada da-função-para-a-forma*, de que tratamos no capítulo 2, segundo a qual as distinções interpessoais e representacionais devem ser, de algum modo, codificadas na morfossintaxe da língua. Assim, dada também a orientação tipológica da teoria, inicialmente se postulam apenas

⁷ Cf. os exemplos originais, com a numeração de Dik (1997a, p. 122):

49	a	John (Ag) moved the rock (Go)
	b	The rock (Proc) moved.

⁸ Cf. o original: “This is contrary to what is done in Fillmore (1968), where both occurrences were labeled Objective, in Chafe (1970), where both were termed Patient, and in Jackendoff (1972) and other transformational grammarians, where the two occurrences are identified as Theme”.

funções que, de algum modo, têm validade amplamente atestada nas línguas naturais, ficando as subdistinções a serem feitas dentro de cada função dependentes da gramática específica da língua sob análise.

É importante destacar que também a tipologia de funções semânticas da GDF se associa a uma outra, a dos esquemas de predicação. Conforme os autores, num primeiro momento, podem-se dividir os esquemas de predicação em quatro tipos: os que designam Propriedades, os de classificação, os de identificação e os de existência. Se o EC constitui uma Propriedade, temos que seus participantes desempenham nele diferentes funções semânticas. Se se trata de um EC de identificação ou classificação, os participantes no EC desempenham os mesmos papéis semânticos. Se, por fim, temos uma predicação de existência, não se pode dizer que os participantes do EC desempenhem qualquer função semântica.

Comparando ainda uma vez a tipologia de EC de Dik com a tipologia de esquemas de predicação de Hengeveld; Mackenzie (2008), observemos que a GDF considera também a relação entre os níveis de análise Interpessoal e Representacional, ao passo que a tipologia de EC de Dik é essencialmente semântica. Conforme Hengeveld; Mackenzie (2008), em EC designadores de Propriedades, temos que o subato de atribuição, no Nível Interpessoal, corresponde ao predicado no Representacional, havendo subatos de referência que podem ser representados, no nível Representacional, por diversas categorias semânticas. Os EC de classificação, por sua vez, instanciam pelas mesmas categorias semânticas subatos de atribuição e de referência. Já os EC de identificação representam atos discursivos em que há dois subatos de referência. Por fim, os EC de existência instanciam atos discursivos que contêm apenas um subato de referência. Notemos também que a tipologia de esquemas de predicação engloba tanto a predicação verbal (Propriedades) quanto a não-verbal (EC de classificação, identificação e existência, geralmente representados morfossintaticamente, em português, com verbo “de ligação”), ao passo que a tipologia de EC restringe-se aos predicados verbais.

Outra característica importante feita pela GDF diz respeito às categorias semânticas. Conforme os autores, se cabe às unidades do Nível Representacional

designar, na acepção de *designação* discutida em nosso capítulo 2, as distinções entre as unidades devem ser feitas conforme as categorias ontológicas que as unidades linguísticas designam. São categorias semânticas aquelas categorias ontológicas refletidas pela gramática da língua. Conforme os autores, são quatro as categorias semânticas básicas: Indivíduo, Propriedade, Estado-de-Coisas e Conteúdo Proposicional. A essas categorias básicas, adicionam-se as categorias de Lugar, Tempo, Episódio, Modo, Motivo e Quantidade.

A lista das categorias semânticas não é universal, de modo que, advertem os autores, para cada língua, é preciso verificar quais categorias são pertinentes.

No que concerne ao português, há necessidade de estudos que verifiquem quais das categorias propostas se lhe aplicam. Um dos critérios propostos pelos autores é a busca de formas gramaticalizadas para exprimir a noção semântica em questão (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 135). Assim, se a língua dispõe de proformas para tempo e espaço, como o português dispõe de *quando* e *onde*, as categorias podem ser pertinentes para a gramática da língua.

Devemos distinguir cuidadosamente categoria semântica de função semântica, observando que não há relação direta entre unidades de um tipo e unidades do outro. Assim, se temos as categorias semânticas de Tempo e Lugar, essas categorias são frequentemente subsumidas em uma mesma função semântica, a de Locativo. A justificativa é que “tempo é conceptualizado como envolvendo um construto imaginário espacial (linha) em que se pode pôr qualquer número de pontos ou de intervalos⁹” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 257). Notemos, além disso, que, na codificação linguística, expressões tanto de tempo quanto de lugar, em português, comumente constituem sintagmas encabeçados pela preposição “em”, quando se trata de pontos, ou “por”, quando se trata de intervalos. Essas preposições são o índice de que a morfossintaxe da língua trata essas noções como uma mesma função semântica. As distinções de sentido, nesse caso, ficam a cargo da capacidade de inferência do usuário.

⁹ Cf. o original: “time is conceptualized as involving an imaginary spatial construct (the line) on which any number of points or stretches can be placed”.

Em todo caso, demonstraremos, em nossa análise que algumas categorias semânticas podem influenciar na codificação da função semântica, isto é, uma unidade será codificada como de determinada função semântica não exatamente com base no esquema de predicação, como normalmente ocorre, mas com base na categoria semântica do item lexical.

3.3 Funções sintáticas

Duas são as maneiras mais difundidas entre os estudos gramaticais de se encarar a noção de função sintática nos estudos linguísticos. Há, por um lado, a concepção de que as funções sintáticas são estabelecidas com base em propriedades puramente formais das unidades linguísticas, sem a preocupação de verificar se essas propriedades correlacionam-se a unidades significativas de ordem pragmática ou semântica. De acordo com essa concepção, nas frases abaixo, temos que o constituinte destacado é considerado Sujeito com base na sua posição inicial, independentemente de sua carga semântica e/ou pragmática:

- (3) O cachorro estava doente.
- (4) O cachorro mordeu a mulher.
- (5) A mulher foi mordida pelo cachorro.

É também um critério formal o da concordância, pelo qual se diz que, por exemplo, o sujeito é o constituinte que concorda em número e pessoa com o verbo. Podem-se fazer descrições que utilizem mais de um critério formal, e é o que geralmente fazem as descrições de funções sintáticas baseadas exclusivamente na estrutura, como é a proposta de descrição das funções sintáticas do português de Perini (1995). Pela discussão empreendida até aqui, deve estar evidente que esse tipo de análise não oferece qualquer vantagem para uma compreensão da gramática sob uma

perspectiva funcionalista. A análise da forma só interessa se atrelada a uma análise da função.

Outra maneira de conceber as funções sintáticas trata-as como o mapeamento entre sintaxe, de um lado, e pragmática e/ou semântica, de outro. Essa é a concepção implícita na análise tradicional que, um tanto incoerente e confusamente, equipara sujeito a “ser que realiza a ação” ou “entidade sobre a qual se faz uma declaração”, mas, na identificação da referida função sintática, lança mão de critérios formais. Essa posição é também aceita de modo implícito ou explícito por muitas teorias linguísticas recentes.

Fillmore (1968), que já citamos, parece entender que as funções sintáticas existem para representar as funções semânticas, pelo menos em algum grau, ao postular uma hierarquia de acessibilidade de termos à função de sujeito, segundo a qual a tendência básica é que o sujeito coincida com o agente, caso haja um agente; caso não haja, o sujeito será o objeto semântico; caso não haja também essa segunda função, o sujeito será atribuído ao termo que exerce a função semântica de instrumento.

Chafe (1979), no que concerne à distribuição de informações velhas e novas na frase, entende haver “forte correlação entre informação velha nas estruturas semânticas [*sic*] e sujeito na estrutura superficial, pelo menos em línguas como o inglês” (CHAFE, 1979, p. 220). Entende o autor que os nomes não aparecem nas frases como agentes ou pacientes, por exemplo, mas como sujeito e objeto. Postula então o autor uma regra segundo a qual tende a tornar-se sujeito o nome que veicula informação velha na frase. (CHAFE, 1979, p. 249).

Também Givón (apud CAMACHO, 2002), entendendo a passivização como rearranjo morfossintático da frase pelo qual se altera o esquema de atribuição de funções sintáticas, parece conceber as funções sintáticas como mapeamento de noções semântico-pragmáticas, ao postular três domínios funcionais associados às construções de voz: (i) topicalidade, isto é, atribuição da função pragmática de tópico a um argumento não-agente; (ii) impessoalidade, ou seja, a demissão do agente na configuração sintática; e (iii) detransitividade, a diminuição da transitividade da

sentença passiva em relação à ativa. Givón acaba por equiparar sujeito a tópico, conceitos que, como veremos, tanto a GF quanto a GDF preferem distinguir.

Também recorrendo a noções semântico-discursivas, Lyons (1977) entende que, na falta de especificações outras (quer dizer, no caso de outras motivações não se sobressaírem), é muito mais natural uma frase como (6) do que (7)¹⁰.

(6) Um homem foi picado por uma abelha

(7) Uma abelha picou um homem.

Isso se justifica pelo que se tem chamado *caráter ego-antropocêntrico* da linguagem, pelo qual entidades com características humanas, em oposição às que não as têm, apresentam maior saliência cognitiva, de modo que, por uma questão de iconicidade da gramática, tendem a ter essa proeminência codificada morfossintaticamente. Nesse sentido, a frase (6) é considerada mais natural justamente porque confere perspectiva primária à entidade humana.

Temos assim alguns exemplos clássicos da concepção de que as funções sintáticas proveem o mapeamento entre estruturas semânticas e/ou pragmáticas, de um lado, e a estrutura morfossintática, de outro. Essa é a posição que tem prevalecido nos estudos linguísticos, tanto tradicionais como modernos (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2009, p. 185; PERINI, 2008, p. 105).

À primeira vista, se rejeitamos como incompatível com uma perspectiva funcionalista o tratamento puramente formal das funções sintáticas, poderíamos adotar essa outra posição, que, em princípio, parece almejar os mesmos objetivos de qualquer descrição funcionalista, qual seja, o de prover descrições da estrutura atreladas à semântica e à pragmática. Entretanto, essa maneira de trabalhar a sintaxe deixa-nos com dois problemas.

¹⁰ Cf. os exemplos originais (LYONS, 1977, p. 511):
A man was stung by a bee.
A bee stung a man.

O primeiro diz respeito às propriedades morfossintáticas das línguas que não podem ser correlacionadas a propriedades semântico-pragmáticas, isto é, às propriedades afuncionais que mencionamos no capítulo 2. Se tratarmos as funções sintáticas como mapeamento de outras funções, se só admitirmos na descrição funções sintáticas que tenham relação com funções de outros níveis, que faremos com as propriedades afuncionais da língua? Deixá-las de lado apenas porque são afuncionais não é uma solução adequada porque deixa fatos linguísticos de fora da descrição, que será, então, inapelavelmente incompleta, por mais que se minimize o peso das propriedades morfossintáticas afuncionais.

O segundo questiona a necessidade de operar com funções sintáticas que apenas refletem especificações semânticas e/ou pragmáticas. Conforme esse ponto de vista, é supérfluo postular funções sintáticas nesse caso. Elas apenas duplicam informação, do ponto de vista descritivo, não têm, em rigor, uma realidade linguística. Se a língua opta por codificar morfossintaticamente uma noção semântica, por que vamos tratar a configuração estrutural resultante como função sintática e não como função semântica?

A solução a que chegam Hengeveld; Mackenzie (2008) é a de que as funções sintáticas só são relevantes para uma língua se “as propriedades formais das unidades linguísticas não se reduzem às categorias pragmáticas e semânticas subjacentes” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2009, p. 185). A bem da verdade, essa posição remonta a Dik (1997a), e estudiosos de outras tendências chegaram a proposições semelhantes. Um exemplo de aplicação ao português de princípio um tanto semelhante, mas sob perspectiva teórica consideravelmente diferente, é Perini (2008), para quem “só se deve aceitar a descrição sintática (morfológica, fonológica) de um fato quando não for possível derivar esse fato de outros fatos, de maneira mais ou menos direta” (PERINI, 2008, p. 74). O autor se baseia na Hipótese da Sintaxe Simples, de Cullicover; Jackendoff (apud PERINI, 2008, p. 74), segundo a qual “a teoria sintática mais explicativa é a que atribui o mínimo de estrutura necessário para mediar entre a fonologia e o significado”. Nesse sentido, também Pontes intui a questão ao questionar:

Uma das noções empregadas pelos lingüistas e que é mal entendida ou absolutamente sem definição, é tópico. Fala-se, em geral, que o sujeito é

tópico da S[entença], mas sem definir o que isso significa. [...] historicamente as noções de tópico e sujeito se confundem. Tanto um quanto outro parecem corresponder àquilo ou àquele de quem se declara alguma coisa”. Sendo assim, qual a necessidade de dois termos, se as definições são iguais? (PONTES, 1986, p. 177).

Dik (1997a) assevera que atribuição de funções sintáticas aos termos da predicação não pode ser reduzida a uma correlação com funções semânticas nem com funções pragmáticas. O autor, então, admite a noção de perspectivização (ou orientação da perspectiva) como categoria funcional a que se deve creditar a atribuição de funções sintáticas, que são definidas em termos formais, tais como a marcação morfológica de caso e a concordância, dentre outros.

Conforme vimos, o Estado-de-Coisas é uma codificação linguística que o falante faz de algum evento, real ou imaginário. Os eventos geralmente envolvem certo número de participantes (referidos pelos termos) dos quais um será tomado como perspectiva para a apresentação do EC. Conforme DIK (1997a, p. 251-2), tal representação linguística é como uma fotografia. Imagine-se um conflito entre policiais e manifestantes. Pode-se fotografá-lo sob a perspectiva dos policiais ou dos manifestantes, e cada fotografia contará uma história diferente. Assim, em (8-9), a escolha do sujeito é presidida pela necessidade, que é também uma opção semântica, de apresentar o evento a partir de um dos dois pontos de vista relevantes.

(8) Os policiais retiraram os manifestantes da plataforma.

(9) Os manifestantes foram retirados da plataforma pelos policiais¹¹.

Só se pode dizer, portanto, que a atribuição de funções sintáticas serve à perspectivização do EC quando a língua oferece ao falante meios alternativos de designar um mesmo EC. Entende a GF que uma oração ativa e sua contraparte passiva exprimem um mesmo EC. Ambas são alternativas que partem de uma mesma

¹¹ Cf. os exemplos originais, com a numeração de Dik (1997a, p. 252):

8.
 - a. The police removed the demonstrators from the platform.
 - b. The demonstrators were removed from the platform by the police.

predicação nuclear¹². Não se concebe, portanto, uma dessas construções como básica, mas é adequado, conforme a GF, falar-se numa perspectiva básica a ser assumida pelo EC. Tal perspectiva básica é especificada na estrutura de predicado, e uma série de motivações funcionais concorre para o afastamento dessa perspectiva. Não discutiremos aqui em pormenor os fatores envolvidos na atribuição de funções sintáticas conforme a GF, mas devemos mencionar como fatores de acessibilidade de um termo à função sintática de sujeito, conforme a teoria, hierarquias de funções semânticas¹³ e de empatia¹⁴ (também chamada de pessoalidade/animacidade), de modo que, quanto mais alto um termo estiver nessas hierarquias, mais forte é sua candidatura à perspectiva primária, isto é, à função de sujeito.

Deve estar claro que a noção de função sintática com que a GF trabalha é consideravelmente diferente daquela encontrada na gramática tradicional e em outras teorias linguísticas. É que a GF confere peso ao funcional, ao que o sistema apresenta ao falante como opção. Assim, só é relevante a atribuição da função sintática de Sujeito em uma língua se nela se observar uma oposição regular entre orações ativas e passivas. Em outras palavras, é preciso que termos com diferentes funções semânticas possam ocorrer como Sujeito. A atribuição da função sintática de Objeto, do mesmo modo, só será relevante em condições semelhantes, em que haja uma oposição regular entre construções em que termos com diferentes papéis semânticos podem exercer a função de Objeto. Trata-se da construção denominada *dative-shift*, que ocorre em inglês, por exemplo, mas não em português.

De acordo com Dik (1997a, p. 248), varia conforme as línguas a relevância das funções sintáticas de Sujeito e Objeto. Em algumas línguas, verificam-se ambas as funções; em outras, apenas uma delas; e ainda existem aquelas indiferentes à atribuição

¹² Conforme Dik (1997), obtém-se uma predicação nuclear, que designa um Estado-de-Coisas, pela aplicação de termos argumentais a um predicado.

¹³ Hierarquia de Funções Semânticas (DIK, 1997a, p. 266):
Agente > Meta > Recipiente > Beneficiário > Instrumento > Locativo > Temporal

¹⁴ Hierarquia de Empatia
[P1, P2] > P3 humano > animado > força inanimada > inanimado
P1 e P2 representam, respectivamente, a primeira e a segunda pessoas do discurso, o *eu* e o *tu*.

dessas funções sintáticas. O português, conforme os critérios discutidos acima, parece-nos uma língua em que a atribuição de Sujeito é funcional (segundo a noção de perspectiva), mas não a de Objeto.

Acreditamos que a diferença maior entre Dik (1997a) e Hengeveld; Mackenzie (2008) deve-se a haver, nestes, uma sistematização mais profunda, em que vemos com relativa clareza o lugar de cada função na teoria gramatical. Os autores recorrem à noção de alinhamento para descrever o mapeamento entre propriedades pragmáticas e semânticas e propriedades morfossintáticas. Nesses casos, trata-se de alinhamento interpessoal e alinhamento representacional, respectivamente. Quando a organização morfossintática não reflete informações daqueles dois níveis de formulação linguística, temos um alinhamento morfossintático, e nesse caso as funções sintáticas podem ser relevantes, embora o alinhamento morfossintático não se reduza a tais funções.

Conforme Bakker; Siewierska (2007), a noção dikiana de perspectivização é, no mínimo, não-gramatical, podendo ser mesmo não-linguística. No primeiro caso, a perspectivização seria uma noção discursiva bem geral gramaticalizada por meio das funções sintáticas, mais ou menos do mesmo modo que as noções discursivas de topicalidade e focalidade se gramaticalizam, na oração, nas funções pragmáticas de Tópico e Foco. No segundo caso, tratar-se-ia de um reflexo de aspectos altamente abstratos da cognição humana. Lembramo-nos da concepção exposta em Mackenzie (2004, p. 180) segundo a qual certas “escolhas” linguísticas, como a de funções sintáticas, não são propriamente escolhas do falante, sendo, na verdade, ações automatizadas, o que é conhecido como “impenetrabilidade cognitiva”. Assim, a argumentação de Bakker; Siewierska (2007) leva ao descarte da noção de perspectivização.

Faz-se necessário esclarecer que, para a GDF, nos casos em que a morfossintaxe reflete noções semânticas como pessoa e animacidade, não convém postular a existência de funções sintáticas. Trata-se de alinhamento representacional por designação. Não é uma simples reforma da terminologia. Apresentamos, na figura 4 abaixo, um quadro-sumário em que comparamos a gama de funções gramaticais admitidas pela Gramática Funcional (Dik, 1997a) com a proposta da Gramática Discursivo-Funcional

(Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 317) referente ao mapeamento de funções gramaticais no Nível Morfossintático. Em cada coluna, temos, na primeira linha, a proposta da GDF, e, na segunda, a da GF. Os espaços em branco correspondem a fenômenos não abordados ou descartados por uma das propostas no tratamento das funções pragmáticas, semânticas e sintáticas. Vemos, assim, que a GDF considera uma gama bem maior de funções gramaticais, realizando distinções relevantes sob uma perspectiva tipológica.

GDF	Alinhamento interpessoal: funções pragmáticas (Tópico, Foco)	Alinhamento interpessoal: referência (definitude, especificidade)	Alinhamento representacional: funções semânticas (Ator, Paciente)	Alinhamento representacional: designação (animacidade, pessoalidade)		Alinhamento morfossintático: funções sintáticas (Sujeito, Objeto)
GF	Funções pragmáticas		Funções semânticas	Funções sintáticas: hierarquias de animacidade e pessoalidade	Funções sintáticas: hierarquia de funções semânticas	

Figura 3: Funções gramaticais na GDF e na GF

Temos agora uma noção clara de qual o lugar reservado às funções sintáticas (bem como às funções pragmáticas e semânticas) na gramática, sob a perspectiva da GDF. Sabemos que as funções sintáticas refletem propriedades afuncionais da estrutura linguística, mas ainda não tratamos especificamente dessas propriedades.

Nesse sentido, a noção de neutralização é um conceito-chave. Diz-se, por exemplo, que, numa língua, a função sintática de Sujeito é relevante se o argumento 1 receber uma marca morfossintática, independentemente de seu estatuto semântico-pragmático, desprezando, por assim dizer, distinções relevantes na língua de algum modo. Assim, nas frases (15-16), o constituinte “os manifestantes” têm as mesmas

propriedades morfossintáticas, em que pese o fato de as funções semânticas e pragmáticas não serem necessariamente as mesmas em ambos os casos.

(10) Os manifestantes destruíram uma banca de revistas.

(11) Os manifestantes caíram do caminhão.

Para os autores, essa maneira de conceber a codificação morfossintática levanta um problema relativo à razão de as línguas disporem de meios alternativos para a expressão de uma mesma categoria/função semântica ou pragmática, e, inversamente, disporem de apenas um meio para a expressão de domínios funcionais distintos. Uma resposta plausível, conforme eles, é que as razões pelas quais se elege o sujeito de uma frase determinada situam-se fora da gramática, no Componente Contextual, dizem respeito a cadeias coesivas, por exemplo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 331).

Fica a investigar-se, assim, a hipótese de que, sendo a escolha da função sintática uma “atribuição” do Componente Contextual, a passivização (isto é, a escolha do termo que deve exercer a função sintática de Sujeito) pode ocorrer simplesmente para manter-se, no texto, o paralelismo estrutural, como defendem Weiner e Labov (apud CAMACHO, 2002, p. 270). Assim, havendo uma construção sintática similar na frase precedente, grande seria a possibilidade de ocorrência de uma passiva. Analisando corpus de português falado, Camacho (2002, p. 270-1) verificou ser relativamente pequena a ocorrência de passivas após uma construção similar na frase precedente. Em todo caso, o linguista não descarta ser essa uma motivação atuante em situações determinadas.

IMPLEMENTAÇÃO DINÂMICA DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL, COMPETIÇÃO DE MOTIVAÇÕES E O TRATAMENTO DAS RESTRIÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES GRAMATICAIIS

4.1 Introdução

Neste capítulo, aprofundamos a discussão sobre os princípios teóricos da Gramática Discursivo-Funcional que podem contribuir com a descrição e análise de construções gramaticalmente desviantes, bem como travamos diálogo com outros aportes teóricos. Procuramos demonstrar, em 4.2, que o princípio da competição de motivações de DuBois (1985) fornece-nos hipóteses relativas aos mecanismos pelos quais construções desviantes surgem nos usos linguísticos. Ao final do capítulo (seção 4.3), sintetizamos as razões pelas quais nos parece que a GDF é um modelo adequado para o tratamento das restrições à atribuição de funções gramaticais aos constituintes do enunciado por sua compatibilidade com o princípio da competição de motivações.

4.2 A estrutura gramatical como resultado da competição de motivações

Nesta pesquisa, partimos da premissa de que motivações funcionais e afuncionais várias competem entre si pela expressão morfossintática. São motivações funcionais aquelas advindas dos níveis de representação Interpessoal e Representacional. São motivações afuncionais os padrões morfossintáticos (em rigor, também os fonológicos, que não consideramos neste trabalho) não correlacionáveis a estruturas interpessoais e representacionais. Para se compreender o poder desses fatores na moldagem da gramática, e, por conseguinte, em sua explicitação, no que estamos interessados, é preciso ter em mente dois fatos.

Em primeiro lugar, a motivação é uma questão de grau, e as correspondências entre forma e função são resolvidas de modos bem diferentes conforme a língua. À guisa de exemplo, veremos, em seção seguinte, que uma língua pode optar por codificar morfossintaticamente aspectos essencialmente semânticos, ou essencialmente pragmáticos, ou, ainda, pode apresentar algumas configurações estruturais não explicáveis senão em termos basicamente estruturais mesmo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Assim, pode haver aspectos da língua sem motivação externa (discursiva, cognitiva) aparente. Conforme Givón, assim como é falso o extremismo de que a língua é uma estrutura inteiramente arbitrária, é também falsa a concepção de que ela seja cem por cento icônica, motivada (GIVÓN, 1995, p. xvi). Também não se pode negar, ainda conforme esse autor, que fatores formais como constituência e hierarquia (sintática) desempenhem papéis na gramática (GIVÓN, 2001, p. xv).

Um segundo fato a se considerar, e com isso nos parece que a questão fica mais bem encaminhada, diz respeito ao princípio da competição de motivações.

Como vimos, postula a GDF que é tarefa do Nível Morfossintático mapear numa única estrutura informações funcionais diversas provenientes dos Níveis Interpessoal e Representacional. Há, pois, diferentes demandas que a codificação estrutural tem de refletir. De um lado, conforme Mackenzie (2004, p. 189), há pressões do Nível

Interpessoal para que as unidades recebam codificação estrutural tão logo sejam conceptualizadas e formuladas pragmaticamente. Aqui observamos algo como um princípio icônico do discurso. De outro lado, o Nível Representacional requer que a codificação estrutural represente de forma inequívoca as relações semânticas entre os termos e o predicado. Também aqui se pode dizer que opera um princípio icônico, dessa vez a serviço da representação semântica. Por fim, existem restrições do próprio Nível Morfossintático específicos de cada língua, a que a estrutura deve obedecer.

De acordo com Levelt¹ (apud MACKENZIE, 2004, p. 188), temos, no processo de codificação gramatical, algo como uma “resolução de equações simultâneas”. Para o autor, itens lexicais determinados impõem restrições várias aos ambientes onde ocorrem, de modo que a estrutura sintática “deve satisfazer simultaneamente a todas essas restrições”. Para o autor, inadequações poderiam ocorrer porque

o Codificador Gramatical, responsável pelo acesso aos lemas, [...] acessaria um lema em vez de outro não apenas em relação ao conceito a ser expresso, mas também levando em consideração a morfologia designada à palavra anterior, ao padrão de entonação da frase em andamento, a próxima intenção que o falante acabou de formular e assim por diante (LEVELT² apud ILIOVITZ, 2001, p. 28)³.

Essa é também, em linhas gerais, a posição defendida por DuBois (1985, p. 360), para quem “é em grande parte a necessidade de resolver de modo consistente a competição entre diversas motivações externas que leva em primeiro lugar à existência – como uma estrutura fixa – de uma gramática”⁴. Temos, assim, que a estrutura morfossintática é algo como um “bem limitado” (DUBOIS, 1985, p. 354), pelo qual competem diversos domínios funcionais e afuncionais.

¹ LEVELT, Willem J. M. Producing spoken language: a blueprint of the speaker. In: BROWN, Collin; HARGOOT, Peter (eds.). **The neurocognition of language**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 83-122.

² LEVELT, Willem J. M. **Speaking**: from intention to articulation. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1989.

³ O lema seria, nas palavras de Iliovitz (2001, p. 26), “a parte não-fonológica da informação de um item lexical”. Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 6-7), o Codificador Gramatical de Levelt corresponde aproximadamente ao Componente Gramatical do modelo de interação verbal em que se insere a GDF.

⁴ Cf. o original: “it is largely the need to consistently resolve the competition between diverse external motivations that leads in the first place to the existence – as a fixed structure – of a grammar itself.”

Não é nova a intuição de que desvios podem ser motivados por uma competição de motivações. Conforme Fromkin (1988, p. 119), já Hipócrates, no século 4 a.C., sugeria que certos erros são devidos ao fato de que um pensamento pode ocorrer ao falante antes que um pensamento anterior tenha sido expresso, de modo a indevida antecipação de uma palavra ou expressão na estrutura da frase. Isso resulta em lapsos fonológicos ou morfológicos, por exemplo, em que uma palavra recebe fonemas, sílabas ou morfemas alheios à palavra efetivamente expressa naquele momento, mas integrantes da que o falante tem em mente.

Essas concepções sobre o funcionamento da gramática explicam, a nosso ver, que haja construções inadequadas ou desviantes nos usos linguísticos. Pode ocorrer que, em situações de interação determinadas, produza-se, devido à necessidade de se satisfazer uma motivação específica, uma construção inaceitável, por não atender a outras motivações também relevantes naquele evento comunicativo. Eventualmente, pois, o resultado dessa competição pode ser disfuncional, e, nesse sentido, pode ser considerado inadequado.

Assim, examinemos alguns fatos relativos à atribuição de funções sintáticas em português sob essa perspectiva. Vimos, no capítulo 3, que, para Dik, funções sintáticas são identificadas por critérios formais: caso morfossintático, ordem vocabular e concordância verbal. Esses três expedientes são verificados em português como índice de função sintática, o que observamos, respectivamente, em (1-3).

- (1) a. Sabíamos que [ele] a beijara com paixão.
b. Sabíamos que ela [o] beijara com paixão.
- (2) a. João beijou Maria.
b. Maria beijou João.
- (3) a. Agrediram os caminhoneiros o policial.
b. Agrediu os caminhoneiros o policial.

Dado que a marcação de caso é restrita a umas poucas formas pronominais e que a concordância de número praticamente não é atestada no vernáculo da maioria dos brasileiros, temos que apenas a ordem deve ser muitas vezes chamada a expressar simultaneamente distinções semânticas e pragmáticas, podendo haver, em certas

circunstâncias, uma “competição acirrada” ou tensa por esse bem limitado. Justamente essas são as circunstâncias que podem resultar em enunciados anômalos.

Conforme concebe a GDF, as operações de *formulação* e *codificação* não se dão em sequência temporal de modo discreto, quer dizer, não se concebe que a operação de formulação tenha início apenas quando a intenção comunicativa esteja inteiramente formada e todas as unidades conceituais que se lhe associam estejam disponíveis. Do mesmo modo, a codificação não se inicia apenas quando as operações de formulação tenham sido concluídas. Se a gramática trabalhasse dessa forma, argumentam Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 24), a produção linguística ocorreria de modo consideravelmente lento. Assim, entendem os autores que os níveis de representação (Interpessoal, Representacional, Morfosintático e Fonológico), que simulam etapas da produção linguística, trabalham com informações parciais advindas dos níveis superiores. Assim, tão logo categorias pragmáticas de nível superior tenham sido definidas no Nível Interpessoal, inicia-se o processo de determinação de categorias semânticas, se for o caso, e a subsequente codificação, mesmo que especificações pragmáticas relativas ao restante do enunciado estejam ainda por ocorrer. Esse é o princípio chamado *depth-first* (que poderíamos traduzir livremente como *profundidade em primeiro lugar* ou *profundidade antes de mais nada*), de acordo com o qual as unidades linguísticas buscam o necessário mapeamento nos níveis inferiores antes mesmo de estarem resolvidos todos os aspectos de sua relação com outras unidades de mesmo nível (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 24). Nas palavras de Bakker Siewierska,

Dentre dois elementos contíguos quaisquer a serem expressos, em qualquer nível sintático ou morfológico, o elemento mais à esquerda será completamente expandido até suas formas terminais antes que o mais à direita seja considerado [...]. Uma implicação disso é que apenas uma fração de toda a informação necessária para a produção de uma elocução estará disponível a cada momento (BAKKER; SIEWIERSKA, 2004, p. 331)⁵.

⁵ Cf. o original: “of any two contiguous elements to be expressed, at whatever syntactic or morphological level, the leftmost one will be completely expanded up to its terminal forms before the rightmost one is

Na figura 4, temos uma esquematização de como os níveis atuariam na representação de uma sequência em que houvesse representação nos quatro níveis.

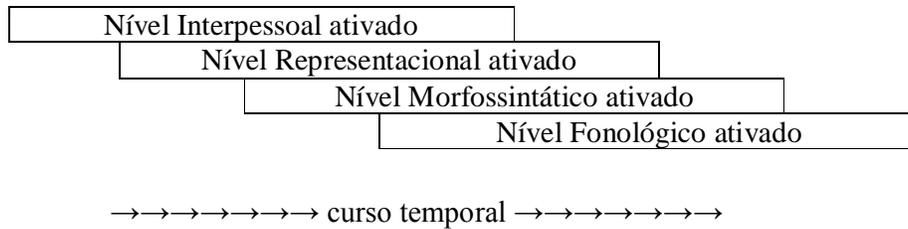


Figura 4: Implementação dinâmica da GDF (adaptada de HENGEVELD, 2004b)⁶

4.3 A GDF e o tratamento das inadequações pelo princípio da competição de motivações

De acordo com essas concepções sobre a implementação dinâmica da GDF, parece-nos que pode haver inadequações devido ao fato de que certos aspectos do ato discursivo recebem codificação antes de as representações interpessoal e representacional terem sido inteiramente especificadas.

Optamos, assim, pelo esteio teórico da GDF tendo em vista o aparato que ela nos fornece para estudarmos a oração levando em consideração de maneira sistemática as unidades linguísticas maiores em que ela se insere, por meio da inter-relação entre os vários níveis de representação e pela interação entre o Componente Gramatical e os componentes não-gramaticais.

considered [...]. an implication of this is that only a fraction of the complete information which is necessary for the production of the whole utterance will be available at any one time”.

⁶ Na figura original, constam apenas os Níveis Interpessoal, Representacional e Estrutural. Como vimos, porém, a versão atual da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, dentre vários outros trabalhos) considera a existência não de *um* Nível Estrutural, mas de *dois* níveis de codificação, o Morfossintático e o Fonológico.

De modo geral, nossa opção pela Gramática Discursivo-Funcional para o estudo das restrições à atribuição de funções gramaticais aos termos da predicação pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

- ◆ Ao compreender a gramática como parte de um modelo de interação verbal, a GDF permite-nos dar conta dos fatores cognitivos, interacionais e textuais que têm impacto nos aspectos gramaticais da predicação, por meio das operações de formulação e codificação;
- ◆ A teoria parece-nos particularmente vocacionada para o tratamento da convergência de motivações na estrutura morfossintática, ao postular que esta é sensível tanto a demandas pragmáticas e/ou semânticas, como a padrões estruturais relativamente autônomos.
- ◆ Temos, por fim, como tratar coerentemente os vários fatores envolvidos na codificação morfossintática pela noção de alinhamento, diferenciando como funções gramaticais distintas o que outras propostas tratam como amálgama de propriedades subsumidas de uma função única. Isso porque, se a GF já distinguia funções pragmáticas, semânticas e sintáticas entre si, a GDF aprofunda as distinções reconhecendo que ora a codificação morfossintática é sensível a propriedades semânticas de designação (e, nesse caso, não temos propriamente funções sintáticas, nem funções semânticas), ora a codificação morfossintática neutraliza distinções entre noções semântico-pragmáticas atuantes na língua (e, nesse caso, temos funções sintáticas).

**ESTUDO DAS RESTRIÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES
GRAMATICAS AOS TERMOS DA PREDICAÇÃO EM
REDAÇÕES ESCOLARES – METODOLOGIA**

*[...] uma correlação fraca é mesmo assim uma coisa diferente de
correlação absolutamente nenhuma: ela é certamente
objeto de ciência e um objeto importante
(MOLES, 1995, p. 16)*

O funcionalismo em Linguística propõe-se investigar os usos da linguagem. Para tanto, serve-se, em suas descrições e análises, de dados reais de fala e/ou escrita, devidamente contextualizados. Procura-se, assim, correlacionar regularidades estruturais, de um lado, a propósitos comunicativos, padrões de interação social e processos cognitivos, de outro. A própria concepção de que tais correlações podem e devem ser feitas assenta-se em observações criteriosas dos processos linguísticos em uso. Dessa forma, as generalizações com que se trabalha podem ser comprovadas empiricamente. O funcionalismo, pois, e, por conseguinte, esta pesquisa, com base numa concepção de ciência empírica tal como descrita, por exemplo, em Givón (1995, p. 18), adotam, em diferentes etapas e procedimentos, como *métodos científicos de abordagem* o *indutivo*, o *dedutivo* e o *abduutivo*.

Quanto aos *métodos de procedimento*, esta pesquisa segue metodologia que se constitui, de um modo geral, dos seguintes procedimentos:

1. Constituição e delimitação de um banco de textos escolares;

2. Constituição de um *corpus* de ocorrências compreendendo as inadequações identificadas pelo pesquisador, segundo um critério de ordem empírica, intuitiva; e
3. Descrição e análise das ocorrências.

A primeira questão a ser discutida é a da opção por trabalhar com redações escolares. Não significa isso que concebamos esse texto como particularmente favorecedor do fenômeno. Apenas nos parece que, dada a relevância da redação no contexto escolar e social, já que bom desempenho em provas de redação implica aprovação em vestibulares e outros concursos públicos, cumpre investigar em que medida desvios não previstos pelas gramáticas tradicionais, mas possivelmente sentidos como tais por usuários da língua, dentre os quais os corretores, são efetivamente desvios de um ponto de vista linguístico.

Optamos por um *corpus* de análise constituído por dados linguísticos reais em que se observasse a violação dos padrões gramaticais em questão, dada a hipótese de que essas violações efetivamente ocorriam no comportamento linguístico de usuários comuns da língua. Partimos da concepção, exposta em Iliovitz (2001, p. 26), de que

Erros ocorrem na produção linguística justamente porque fazem parte da língua e da relação do sujeito com ela. Revelam-se sob condições não-aleatórias, obedecem a determinados princípios.

Um fator especialmente relevante nesse sentido é o da frequência com que as violações pudessem ocorrer. Vimos, então, que, conforme Levelt; Bock (apud ILIOVITZ, 2001, p. 18), “[...] mesmo os lapsos mais familiares são surpreendentemente raros”.

O tipo de erro ou desvio mais comum, para Fromkin (1988, p. 134), é aquele envolvendo a malformação sintática de sentenças. São casos em que não se aplica uma regra onde ela seria obrigatória ou aplica-se uma regra onde ela não deveria ser aplicada. De fato, a julgar pela exemplificação da autora, de tendência rigorosamente formalista, trata-se de fenômenos relativamente frequentes; todavia, como não estamos

interessados na malformação puramente estrutural, que não se correlaciona a princípios funcionais, temos que o tipo de inadequação sintática (conforme a concepção funcionalista de sintaxe) que buscamos é relativamente raro.

Estivemos, pois, sempre conscientes de que, qualquer que fosse a metodologia empregada, os dados obtidos seriam sempre em pequena quantidade, o que restringe nossa capacidade de generalização. Acreditamos, todavia, que as análises, ainda que em certa medida especulativas, pois dizem respeito a ocorrências pouco frequentes ou singulares, podem revelar aspectos importantes sobre as forças atuantes na gramática, sobre os conflitos dos quais a gramática emerge.

Procuramos, assim, obter textos de alunos concludentes do Ensino Médio, isto é, do terceiro ano, na suposição de que, nessa etapa da vida escolar, o aluno já domina regularmente a norma padrão em sua modalidade escrita, possuindo um repertório mínimo de construções gramaticais e de vocabulário. Como trabalharíamos com restrições à atribuição de funções semânticas, parecia-nos de grande importância que os dados contivessem certa riqueza lexical. Também se fazia necessário que as construções sintáticas fossem minimamente desenvolvidas, dado nosso objetivo de estudar a atribuição de funções sintáticas, para o que contribuiria enormemente a presença, nos dados, de construções de voz variadas, por exemplo.

Embora esta pesquisa de modo algum se proponha avaliar questões de ensino, justifica-se a opção por usar redações escolares também pelo fato de que a escola brasileira, pelo menos no nível das instruções oficiais, propõe-se ensinar aspectos da construção do enunciado que interessam de perto a nossa pesquisa, como o da construção da predicação, ainda que os documentos oficiais não empreguem esse termo. Isso se observa no seguinte trecho dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* para as séries finais do Ensino Fundamental, em que aparece como um dos objetivos do ensino desenvolver a “capacidade de projetar, a partir do elemento lexical (sobretudo verbos) a estrutura complexa associada a seu sentido, bem como os traços de sentido que atribuem aos elementos (sujeito, complemento) que preenchem essa estrutura” (BRASIL, 1997, p. 63). Nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* para o Ensino Médio, não há referências a esses aspectos.

Os textos foram coletados entre alunos da Escola de Ensino Médio Mariano Martins, da rede estadual, situada à Avenida Senador Fernandes Távora, s/n, no bairro Henrique Jorge, em Fortaleza.

Solicitamos aos alunos que redigissem um texto conforme proposta de produção textual (cf. “Apêndice”). Nossa preocupação básica, nesse momento, era que os textos fossem efetivamente produzidos pelos alunos, pelo que estivemos presentes durante toda a escrita das redações, sem interferir na produção. Nessa etapa da pesquisa, obtivemos 130 textos. Recorremos, ainda, a um banco de redações disponíveis na internet, o do Universo Online (UOL)¹. Daí retiramos 60 textos, de modo que, no total, foram examinadas 190 redações. Nos “Anexos” deste trabalho, reproduzimos apenas as redações de que retiramos as ocorrências analisadas nos capítulos 6 e 7.

Procedemos, então, a uma primeira identificação dos enunciados que parecessem pouco aceitáveis e/ou incoerentes (na medida em que a incoerência parecesse devida a algum fator gramatical, de ordem pragmática, semântica ou morfossintática, que tenha impacto na construção do enunciado). Nessa primeira aproximação dos dados, não realizamos propriamente a análise. Tínhamos consciência de que, após exame das ocorrências, poderíamos mesmo chegar à conclusão de que alguns enunciados, à primeira vista inadequados, não o eram de fato.

Passamos assim à análise, em que cada enunciado do corpus é investigado quanto à satisfação das seguintes demandas funcionais:

- ◆ Atribuição de funções pragmáticas e retóricas. Parece-nos que o fato de determinado constituinte representar, nos Níveis Representacional ou Morfossintático, unidade linguística a que se atribuiu, no Nível Interpessoal, determinada função pragmática, como Tópico, ou retórica, como Orientação, pode constituir motivação discursiva para a ocorrência de estruturas sintáticas em que o referido constituinte passa a exercer função sintática ou semântica

¹ Os textos do Banco de Redações do Universo Online foram obtidos no *website* <http://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes>.

incompatível com a estrutura de predicado. Como a codificação pode se fazer sem que todas as especificações semânticas do enunciado tenham sido concluídas, pode dar-se o caso de a codificação da função pragmática ou retórica ser incompatível com as especificações formais requeridas pelo esquema de predicação selecionado.

- ◆ Traços de subcategorização semântica dos itens lexicais. Procuramos investigar se a atribuição de função semântica ou sintática pode ser perturbada por propriedades semânticas dos itens lexicais selecionados como núcleo dos termos.

- ◆ Manutenção de paralelismo estrutural. Acreditamos que a presença de determinada estrutura sintática no contexto precedente imediato, ou o uso de estrutura que será repetida a seguir pode constituir motivação estrutural para a atribuição de função sintática a termo que viola as restrições semânticas ou formais associadas à estrutura de predicação.

Após isso, procuramos cruzar os dados, visando a verificar se a não-satisfação de alguma demanda poderia, de algum modo, ser atribuída a uma pressão de natureza também funcional, ou não, para que o enunciado satisfizesse a alguma outra demanda.

ESTUDO DAS RESTRIÇÕES À ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES GRAMATICAIS AOS TERMOS DA PREDICAÇÃO EM REDAÇÕES ESCOLARES – ANÁLISE

6.1 Introdução

Neste capítulo, descrevemos e analisamos algumas ocorrências de inadequações na atribuição de funções semânticas e sintáticas encontradas no *corpus*. Trata-se de análise essencialmente qualitativa, de modo que não nos preocupamos aqui com quantificação dos dados.

As ocorrências são classificadas quanto à natureza da inadequação, bem como quanto a sua motivação. A *natureza* do desvio diz respeito ao nível de análise linguística (Interpessoal, Representacional, Morfosintático) a que pertence a demanda funcional ou afuncional não satisfeita. A *motivação* da inadequação diz respeito ao nível a que pertence a demanda (novamente, funcional ou afuncional) que, sob a perspectiva de uma competição de motivações, foi preferida, resultando em ocorrência inadequada em algum grau.

Assim, as duas seções seguintes, 6.2 e 6.3, apresentam os desvios conforme sua natureza. Dentro de cada seção, as ocorrências são apresentadas conforme a motivação da inadequação. Passamos, então, na seção 6.4, à discussão dos limites da hipótese sobre a competição de motivações, apresentando alguns casos em que a atribuição de funções sintáticas e semânticas é de algum modo perturbada sem que se possa atribuir

essa perturbação a uma competição de motivações. Por fim, a seção 6.5 traz uma síntese do capítulo.

Os exemplos apresentados neste capítulo foram selecionados como representativos de cada categoria de análise, dentre um total de 29 ocorrências encontradas nas 190 redações do banco de textos. As ocorrências não apresentadas aqui constituem casos em que o desvio não pôde ser atribuído à competição de motivações. Trata-se de 8 casos de violação às restrições de seleção, 5 de não-preenchimento da função sintática de sujeito e 2 de seleção inadequada de preposição como introdutora de complemento.

6.2 Desvios de natureza semântica

Num breve trabalho de 1957, Camara Jr. (2004) analisa textos escolares interessado em observar tendências de mudança linguística por trás dos erros. A concepção de erro com que trabalha o autor é a da escola, normativa, portanto. O interesse que esse trabalho tem para nós encontra-se na discussão sobre atribuição da função sintática de sujeito a constituintes com traços semânticos de locativo, por exemplo.

Constata o autor uma “tendência a transformar em complemento circunstancial um sujeito que designa lugar” (CAMARA JR., 2004, p. 89), fenômeno que é exemplificado com a frase “Na fazenda onde reside João, é muito bonito” (CAMARA JR., 2004, p. 95, grifo no original). Para o autor, trata-se do mesmo “mecanismo de associações mentais” que explica o fato de verdadeiros locativos serem sentidos como sujeitos, o que se observa em “nas duas margens crescem relva abundante” (CAMARA JR., 2004, p. 94), em que o verbo concorda com o locativo anteposto e não com o sujeito posposto. A diferença é que, no primeiro caso, “o lugar, que também devia ser o sujeito gramatical, adquire a forma de complemento de lugar” (CAMARA JR., 2004, p.

94), ao passo que, no segundo exemplo, o lugar não deveria ser sujeito gramatical, tanto que é preposicionado, mas é, de algum modo, sentido como tal, donde a concordância.

Camara Jr. apresenta o problema como tendência *de mudança linguística*, o que faz com que o fenômeno em questão, conforme entendemos, não possa ser visto como uma simples infração a uma prescrição da gramática escolar, já que, segundo nosso parecer, os casos nominalmente proscritos por essa norma são, na verdade, construções amplamente atestadas na fala e/ou escrita de determinadas comunidades linguísticas em determinados tipos de situações comunicativas.

Exemplos como os de Camara Jr. constituem casos que analisamos como violação de padrões morfossintáticos relativos à marcação da função sintática, violação essa que atribuímos a uma codificação indevida de noções semânticas, ou seja, a estrutura morfossintática codifica uma noção semântica que, de acordo com os padrões morfossintáticos normalmente aplicados ao esquema de predicação em questão, não deveria ser codificada, interditando-se dessa forma a atribuição da função sintática. Como vimos no capítulo 3 (seção 3.3), as funções sintáticas constituem casos de neutralização de noções semânticas e/ou pragmáticas. Não se atribuem, portanto, funções sintáticas a constituintes cujas propriedades morfossintáticas refletem informações interpessoais e/ou representacionais. Assim, se a estrutura se alinha com aspectos representacionais, por que deveríamos postular funções sintáticas, um elo intermediário supérfluo? O fato é que, em esquemas de predicação codificados com verbo de cópula, como no exemplo de Camara Jr e nos que apresentaremos a seguir, o argumento único deve aparecer como *sujeito*, como função sintática cujas propriedades formais (a posição na sentença, a marcação de caso, se se tratar de pronome pessoal, bem como o controle da concordância) refletem uma organização própria do Nível Morfossintático.

Nos casos analisados a seguir, a motivação nos parece essencialmente semântica. Explica-se a codificação indevida da função semântica pela categoria semântica do termo. Em outras palavras, nos esquemas de predicação, o constituinte não exerce de fato a função semântica de Locativo, entretanto, dado o item lexical designar a categoria semântica de Lugar, o termo é codificado como se cumprisse o referido papel

semântico. No capítulo 3 (seção 3.2), discutimos a diferença entre categoria semântica e função semântica, sendo a primeira uma propriedade semântica do item lexical “em estado de dicionário”, por assim dizer, ao passo que a função é relacional, depende do esquema de predicação em que se insere, das propriedades valenciais do predicado ao qual se liga. Ressaltamos igualmente que não existe correspondência exata entre uma e outra. A GDF distingue as categorias semânticas de Lugar (*Location*) e Tempo, mas entende que, quando se trata de função, tempo é conceptualizado como espaço, de modo que essas noções são subsumidas numa mesma função semântica de Locativo.

Os desvios condicionados pela categoria semântica do termo podem ocorrer em esquemas de predicação de um lugar, conforme observamos nas ocorrências (1) e (2), retiradas de nosso *corpus* de análise:

- (1) ...e nesse dia foi muito produtivo, interessante e muito ruim apenas para um lado, e muito celebrativo para o escritor que os conta, que no caso sou eu (Redação 9).
- (2) E assim vai até a Avenida Carneiro de Mendonça em sua última parada foi perto do trilho (Redação 9).

Interessa observar, em (1), que “dia” pertence efetivamente à categoria semântica Tempo. Não se trata, é importante frisar ainda uma vez, da *função*, do papel, mas *categoria* semântica. Em (2), “última parada” *pode* ser descrito como pertencente à categoria semântica Lugar. Acreditamos que, nesses casos, o esperado seria, respectivamente, “... e esse dia foi muito produtivo...” e “E assim vai até a Avenida Carneiro de Mendonça. Sua última parada foi perto do trilho”. Nesses casos, a preposição é o elemento linguístico considerado inadequado. Ela codifica a função semântica de Locativo em constituintes que, em primeiro lugar, não exercem tal função semântica no esquema de predicação, e, em segundo, não são normalmente marcados quanto a propriedades semânticas.

O exame desses e de outros dados apresentados mais adiante sugere que as categorias semânticas como Lugar e Tempo podem condicionar a expressão

morfofossintática da função semântica de Locativo, ainda que o termo não exerça tal função semântica.

Como já observado, em português, para a codificação, no Nível Morfofossintático, da função semântica de Lugar, normalmente se tem o concurso de uma preposição como “em”, que é o que verificamos nas ocorrências (1) e (2). A inadequação, nesse caso, deve-se ao fato de que os padrões morfofossintáticos do português preveem a codificação de uma função sintática de sujeito para o argumento único de esquemas de predicação que se constroem com verbo de cópula, de modo que o constituinte não deveria ser preposicionado.

Temos, assim, uma interferência do Representacional sobre o Morfofossintático, com prevalência do primeiro. As ocorrências (1) e (2), portanto, são casos em que o esquema de predicação deve ser morfofossintaticamente codificado em uma estrutura com sujeito, não havendo, nas frases analisadas, termo que satisfaça plenamente essa exigência.

Outra evidência de que a codificação da função semântica por vezes se dá mais com base na categoria semântica do termo do que no esquema de predicação nos é dada pela ocorrência (3) a seguir, também retirada de nosso *corpus* de análise.

- (3) Quando chegou a noite deste maravilhoso domingo, resolvi fazer um novo convite à elas para que nos fossemos a beira mar no dia seguinte a noite, e ao chegarmos lá não encontramos nenhum deles, pois nos tíamos ido com a intenção de vê-los novamente, então ficamos lá passeando e trocando idéias, *assim foram os dias em que ficarão marcados para sempre em minha memória*¹ (Redação 7).

Nesse exemplo, o pronome “que” exerce a função de sujeito na oração subordinada. Assim, não deveria ser precedido de preposição. O esperado seria “assim foram os dias que ficarão marcados...”, sem a preposição “em”. Observamos, mais uma vez, que a categoria semântica de “dias” parece forçar a codificação do termo como se o

¹ Na reprodução das ocorrências, mantivemos a grafia encontrada nas redações, mesmo quando há desacordo com a ortografia oficial. O mesmo procedimento foi adotado quanto à pontuação.

esquema de predicação previsse uma função semântica de Locativo. A ocorrência é particularmente estranha porque a tendência do português brasileiro em uso é a supressão das preposições que antecedem orações relativas. A ocorrência em (3), portanto, talvez possa ser considerada um caso de hipercorreção: temos a aplicação de um padrão onde ele não deveria ser aplicado. Rotular o fenômeno dessa maneira, porém, não o explica em termos linguísticos, não o relaciona a princípios gramaticais atuantes na língua, como procuramos fazer ao creditá-lo à tensão entre os aspectos semânticos e os morfossintáticos da gramática.

Os dados analisados indicam que essa tendência à codificação de funções semânticas divorciada do esquema de predicação é particularmente forte com o item lexical “dia”, pois outras duas ocorrências de nosso *corpus*, envolvendo o mesmo item lexical, identificadas abaixo como (4) e (5), podem ser explicadas pelo mesmo princípio. Não foram encontradas no *corpus* ocorrências envolvendo outros itens lexicais, no que concerne a Tempo. Somente exame de *corpora* mais abrangentes poderia demonstrar se outros itens do mesmo campo semântico de Lugar e Tempo, bem como de outros campos semânticos, associam-se a fenômenos semelhantes.

(4) Eu nunca esquecerei *no dia que eu fui para um chou* (Redação 4).

(5) Eu nunca me esqueci *num racha que eu fui com meus amigos*
(Redação 3).

Conforme as lições das gramáticas tradicionais, o verbo “esquecer”, quando não-pronominal (4), constrói-se com objeto direto, isto é, grupo nominal não precedido de preposição. Já quando se trata da forma pronominal “esquecer-se” (5), o verbo exige objeto indireto e rege a preposição “de”. No português efetivamente em uso, parece haver inobservância dessas regras apenas quanto à distinção entre a forma pronominal e a não-pronominal do verbo. Usa-se indistintamente o objeto indireto tanto com a forma pronominal quanto com a não-pronominal. Em todo caso, costuma ser observada a regência com a preposição “de”. As ocorrências apresentadas em (4) e (5), dessa forma, afiguram-se bastante afastadas do padrão usual em português, e uma explicação para

esse uso pode ser a influência da categoria semântica de Tempo associada ao item lexical “dia”.

6.3. Desvios de natureza morfossintática

6.3.1 Desvios pragmaticamente motivados

Diversos estudos linguísticos, tanto de tendência formalista quanto de tendência funcionalista, têm-se dedicado às chamadas construções de tópico, ora também chamadas de *deslocamento à esquerda* ou *topicalização*. Nesta pesquisa, defendemos que pelo menos algumas dessas construções, sobretudo entre aquelas em que pode haver confusão entre o chamado *tópico* e o sujeito gramatical da oração, podem ser descritas e analisadas sob a perspectiva da competição de motivações.

Os exemplos encontrados são motivados pragmaticamente, mas a natureza da inadequação é de ordem essencialmente formal, morfossintática, como vemos em (6):

- (6) *Viver em uma sociedade conservadora não há nada de errado*, o erro se dá no julgamento temerário e no preconceito enrustidos (Redação 11).

Nesse caso, temos a topicalização² de “viver em uma sociedade conservadora”. A frase, em “ordem direta”, poderia ser “Não há nada de errado em viver em uma sociedade conservadora”. Notemos a “perda” da preposição. A colocação de um constituinte não-preposicionado em início de sentença pode implicar (e/ou pressupor) a

² Entendemos *topicalização* como a incidência do domínio da topicalidade sobre um constituinte, fenômeno frequentemente associado à posição inicial ou pré-verbal do constituinte. Como explicitaremos adiante, tanto a GF quanto a GDF interditam operações de movimentação de constituintes. Assim, a chamada “ordem direta” não é considerada básica, mas apenas uma ordenação alternativa, mesmo que mais frequente.

interpretação desse constituinte não só como Tópico, mas também como sujeito. O constituinte não-preposicionado é candidato ótimo à função de sujeito. O problema é que, nesse caso, o esquema de predicação não seleciona argumento a codificar-se como sujeito. Essa é a inadequação morfossintática a que nos referimos.

Admitindo que a gramática se vale de dispositivos formais para expressar especificações funcionais, no exemplo em questão, alguns aspectos formais devem ser considerados: a posição na sentença do constituinte “viver em uma sociedade conservadora”, a referida supressão da preposição e, embora neste trabalho estejamos considerando pouco o Nível Fonológico, o contorno melódico do enunciado.

Sobre a ordenação de constituintes, cabe trazer à discussão algumas considerações de Pezatti; Camacho (1996) sobre ordem de constituintes na Gramática Funcional de Dik (1989). Pela discussão até aqui empreendida, elas nos parecem compatíveis com a GDF. Conforme os autores, no que concerne à determinação da ordem dos constituintes na frase, há forças “interagindo entre si com certo grau de tensão”. Dentre essas forças, existe a “preferência por manter constituintes com a mesma especificação funcional invariavelmente na mesma posição estrutural”. Ainda segundo os autores, esse princípio é operacionalizado pelo estabelecimento de padrões para a atribuição de posições estruturais a unidades com um estatuto funcional dado. Um desses padrões é o de que constituintes com função tópica tendem a ocupar posição inicial no enunciado.

Os autores discutem também exemplos como (7), de Decat, observando que a posição pré-verbal, em português, associada à função sintática de sujeito, é, na verdade, a marca formal mais evidente de que um constituinte é o sujeito da oração. No exemplo, o constituinte “minhas gavetas” é Tópico e, como tal, é posicionado no início do enunciado, de modo que ele é interpretado também como sujeito, até por desencadear a concordância verbal.

(7) Minhas gavetas não cabem mais nada (DECAT apud PEZATTI; CAMACHO, 1996)

Assim como “Viver em uma sociedade conservadora não há nada errado” pode ser reescrito como “Não há nada de errado em viver em uma sociedade conservadora”, a frase “Minhas gavetas não cabem mais nada” pode ser reescrita como “Não cabe mais nada em minhas gavetas”. Trata-se, em ambos os casos, da atribuição da função de Tópico a um constituinte, especificação pragmática codificada pelo posicionamento pré-verbal do constituinte, de modo que ele é reanalisado como sujeito.

Pezatti; Camacho (1996) mesmo evitam falar em topicalização como um processo pelo qual um constituinte é movido de uma posição considerada básica para outra, mais marcada. Isso porque, desde o início, a Gramática Funcional, seguida pelos autores, interdita movimentos desse tipo. Conforme Pezatti; Camacho (1996), as regras de ordenação dos constituintes

designam uma posição a constituintes que não teriam ainda um lugar e, assim, adicionam o traço de ordenação a estruturas subjacentes não ordenadas. O impedimento de regras de movimento tem uma importante consequência: uma vez que tenha sido atribuída uma posição a um constituinte, ele não pode ser movido para qualquer outra na seqüência. Isso significa que todas as diferenças, tradicionalmente descritas em termos de reordenação, inversão, permuta, posposição etc. devem ser tratadas como colocações alternativas que são sensíveis, por sua vez, a diferenças na estrutura subjacente da oração.

Nesta pesquisa, também tratamos o posicionamento inicial de “viver em uma sociedade conservadora” como simples colocação alternativa. O que está envolvido, porém, não é apenas a existência de uma regra que atribui uma posição determinada a itens com determinada carga funcional, mas o fato de que essa regra atua de tal modo que há uma tensão entre ela e outras regras, o que pode resultar em construções em algum grau desviantes.

Uma das regras, baseada no fato de que, na representação semântica, o constituinte “viver em uma sociedade conservadora” é termo não-argumental de um esquema de predicação existencial cujo único argumento é “nada errado”, manifesta-se na tendência de o constituinte ocorrer preposicionado, dada sua função semântica. Outra

regra, de ordem pragmática, designa ao constituinte a posição inicial na oração e suprime-lhe a preposição.

É possível que a construção apresentada em (6) e reproduzida abaixo como (8) seja analisada como uma das construções de tópico e comentário apresentadas, por exemplo, em Pontes (1986), de que é exemplo a frase (9).

(8) *Viver em uma sociedade conservadora não há nada de errado*, o erro se dá no julgamento temerário e no preconceito enrustidos (Redação 11).

(9) Essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira (PONTES, 1986, p. 15).

Desse modo, o constituinte “viver em uma sociedade conservadora” não pode ser interpretado como sujeito porque se localiza fora da oração. A oração é “não há nada de errado”, e constitui um comentário ao tópico “viver em uma sociedade conservadora”, que não lhe integra a estrutura, deve ser analisado à parte, se se quiser analisá-lo. Dizemos “se se quiser analisá-lo” porque, conforme lições mais tradicionais, essas estruturas constituem anacolutos, e essa é toda a análise que se costuma fazer nessa perspectiva.

A Gramática Funcional acomoda essas construções sob a denominação genérica de constituintes extraoracionais, que “não podem ser analisados nem como orações nem como fragmentos de orações” (DIK, 1997b, p. 379). O tipo de constituinte extraoracional que ocorre em (9) é o chamado Tema, cuja função é instaurar, pela introdução de um referente, um universo discursivo a respeito do qual a oração trará alguma informação pertinente. Esse tipo de constituinte é tipicamente separado da oração por uma pausa, que pode indicar hesitação da parte do falante, pois este “frequentemente produz um Tema antes de ter formado uma ideia clara do tipo de oração que irá produzir” (DIK, 1997b, p. 393).

Na Gramática Discursivo-Funcional, esse tipo de constituinte é tratado como um ato discursivo à parte. Assim, tanto a oração quanto o constituinte extraoracional, nos

termos de Dik, são unidades gramaticais correlatas a atos discursivos distintos dentro do mesmo movimento, unidade linguística de ordem interacional de que tratamos no capítulo 2.

Há, porém, uma diferença marcante entre (9), de um lado, em que efetivamente temos um ato discursivo subsidiário com função retórica de Orientação e um ato discursivo nuclear representado pela oração, e, de outro, a ocorrência (8). É que no primeiro há uma pausa após o ato discursivo subsidiário, representada pela vírgula. Em (8), no entanto, é perfeitamente concebível que não haja semelhante pausa: por isso é que o autor da redação provavelmente não empregou vírgula.

Trata-se do que Dik (1997b, p. 403) denomina Tema Integrado, resultado de um processo em que o constituinte extraoracional se gramaticaliza, constituindo uma unidade prosódica com a oração, de que passa a fazer parte. Esse fenômeno foi estudado no português brasileiro contemporâneo, sob orientação da GDF, por Vendrame (2009), que denominou o item gramaticalizado como Ato Discursivo Subsidiário Integrado.

A possível ausência de pausa entre “viver em uma sociedade conservadora” e “não há nada de errado” pode ser indício de que o primeiro constituinte constitui parte da oração. Parece-nos, porém, haver uma restrição à ocorrência desse tipo de constituinte em posição pré-verbal em orações construídas a partir de esquema de predicação existencial com verbos como “haver”, que não reservam posições estruturais pré-verbais para constituintes não-preposicionados.

6.3.2 Desvios semanticamente motivados

Vimos já que a posição teórica da Gramática Discursivo-Funcional, no que concerne às funções sintáticas, é a de que tais funções não são igualmente relevantes para todas as línguas, havendo aquelas que absolutamente não apresentam funções

sintáticas. O português, pelo que vimos discutindo até aqui, deve apresentar pelo menos a função sintática de Sujeito, pois nessa posição argumental unidades de funções semânticas várias se neutralizam sob uma mesma configuração morfossintática. Basta lembrar que o português apresenta a oposição entre voz ativa e voz passiva, pela qual se neutralizam oposições semânticas entre Ator e Paciente. Importa verificar, nesse caso, as características formais associadas à função sintática de sujeito, tais como a posição e o controle da concordância verbal. Cabe lembrar, ainda, que o sujeito é um elemento essencialmente nominal, sendo excepcional sua ocorrência com preposição.

A GDF também prevê que as representações semânticas dos Atos Discursivos podem apresentar núcleos ausentes para determinadas categorias. Constituem núcleos ausentes posições argumentais não preenchidas por itens lexicais que demandam, no Nível Morfossintático, expressão através de proformas ou expedientes semelhantes, inclusive a anáfora zero. Nesse sentido, pode haver inadequação se o Nível Morfossintático não indicar a existência do núcleo ausente. É essa a interpretação que damos para a ocorrência (10):

- (10) Com essa modulação da infra-estrutura do transporte coletivo é certo que a demanda no uso das rodovias diminuiria e a degradação também, *com isso facilitaria* para começarmos a pensar no condutor de caminhões, motos, ônibus e veículos (Redação 12).

Temos aí um esquema de predicação dinâmica, em que há mudança de estado, sendo o elemento central a forma verbal “facilitaria”. Trata-se de um predicado de dois lugares, em que o primeiro argumento é semanticamente caracterizado como Ator, conforme tipologia de funções semânticas da GDF. No Nível Morfossintático, esse argumento deve expressar-se como sujeito.

No enunciado em questão, qual seria o sujeito de “facilitaria”? Parece-nos que a única unidade ali presente candidata à função é “com isso”. Do ponto de vista semântico, apenas o anafórico poderia representar, no Nível Morfossintático, a unidade semântica que, no Nível Representacional, preenche o primeiro argumento de “facilitar”. Se entendemos que o sujeito é apenas “isso”, porém, resta a preposição, que

fica, por assim dizer, solta, sem função. Segundo essa interpretação, o esperado seria “isso facilitaria...”. Resta explicar, no entanto, o que fez com que essa preposição fosse colocada aí.

A preposição, a nosso ver, pode explicar-se pelo fato de que, talvez, no Nível Representacional mesmo, a unidade não seja colocada como argumental. Sendo não-argumental, ela deve ter sua função semântica (que poderia ser a de Modo, conforme tipologia da GDF) marcada pela preposição. O argumento 1 da forma verbal “facilitaria”, nesse caso, teria um núcleo ausente. Isso significa que a referida posição argumental não é lexicalmente preenchida. Como não há, efetivamente, material morfosintático que represente essa ausência, resta-nos verificar se não é esse um caso de anáfora zero. Vemos, então, que não se trata de elipse, por conseguinte não há anáfora zero, pois não há, no contexto precedente, elemento que satisfaça semântica e estruturalmente a exigência valencial de “facilitaria”. Dessa forma, resta-nos a impressão de que, literalmente, falta alguma coisa nessa frase.

Dá-se, pois, a inadequação, no Nível Morfosintático, pelo fato de que uma estrutura semântica com um verbo dinâmico de dois lugares (pelo menos), em que o primeiro argumento tem núcleo ausente, deve, de algum modo, indicar, na codificação estrutural, essa ausência de núcleo semântico, para o que bastaria um clítico como “se”: “com isso se facilitaria”, ou, mais escorreitamente, embora se trate de forma menos corrente, “com isso, facilitar-se-ia”.

Pezatti; Camacho (1996), tratando da “perda progressiva do parâmetro sujeito nulo” no português brasileiro, apresentam exemplos em que um pronome não-referencial ocupa a posição de sujeito, “em construções que parecem substituir os casos tradicionais de indeterminação de sujeito”. São casos como (11) e (12) abaixo, parafraseáveis, segundo os autores, como (13) e (14), respectivamente:

(11) *eu* posso representar graficamente

(12) *tu* sente(s) a pimenta, o gosto da pimenta

(13) pode-se representar graficamente

(14) sente-se a pimenta

(PEZATTI; CAMACHO, 1996, grifos no original)

Conforme os autores, frases como (11) e (12) são usadas para escamotear o agente, do mesmo modo que (13) e (14), estas consideradas as formas-padrão de passiva sintética. A tendência no uso de construções como (11) e (12), para os autores, deve-se ao fato de que os clíticos são cada vez menos usados no português brasileiro, eles estariam desaparecendo. Esse tipo de ocorrência evidencia, portanto, para além da perda do sujeito nulo, “um fenômeno mais abrangente no PB que é o desaparecimento dos clíticos, conforme observado também em Kato & Tarallo (1986)”.

Nosso exemplo parece-nos sugerir que a recusa da língua, por assim dizer, por enunciados sem sujeito pode fazer também com que elementos com papel semântico eventualmente bem definido sejam levados a interpretar-se como sujeito.

Vale comentar uma diferença entre (1) e (2), de um lado, reproduzidos abaixo como (15) e (16), em que apareciam sujeitos indevidamente preposicionados, e a ocorrência (10) que discutimos nesta seção, de outro, reproduzida abaixo como (17), em que também há um suposto sujeito preposicionado.

- (15) *...e nesse dia foi muito produtivo, interessante e muito ruim apenas para um lado, e muito celebrativo para o escritor que os conta, que no caso sou eu (Redação 9).*
- (16) *E assim vai até a Avenida Carneiro de Mendonça em sua ultima parada foi perto do trilho (Redação 9).*
- (17) *Com essa modulação da infra-estrutura do transporte coletivo é certo que a demanda no uso das rodovias diminuiria e a degradação também, com isso facilitaria para começarmos a pensar no condutor de caminhões, motos, ônibus e veículos (Redação 12).*

Ocorre que, nos dois primeiros casos, temos um termo argumental indevidamente codificado como não-argumental para o esquema de predicação em que ocorre. Já no último exemplo, temos um termo não-argumental, representado morfossintaticamente pelo pronome “isso”, que, exercendo a função semântica de Modo, é codificado como não-argumental: “com isso”. Esse termo, porém, ocorre em um esquema de predicação cujo primeiro argumento não se encontra satisfeito nem no

Nível Morfossintático, pelo que o termo não-argumental é “forçado” a ocupar o lugar do argumento a codificar-se como sujeito, isto é, em “com isso facilitaria”, o “com isso” pode ter sido sentido como sujeito, embora não o seja efetivamente.

6.3.3 Desvios estruturalmente motivados

Gramáticas tradicionais de língua portuguesa dedicam considerável espaço à discussão da chamada *regência*, pelo que entendem a seleção de preposições apropriadas para a introdução de complementos verbais e nominais. Conforme essa perspectiva, cada verbo, ou melhor, cada acepção verbal, rege uma preposição específica (ou um conjunto limitado delas), de modo um tanto ou quanto arbitrário. Gramáticas normativas e escolares simplesmente listam os verbos com as respectivas preposições.

Com relação à arbitrariedade, cabe distinguir cuidadosamente a arbitrariedade da língua e a dos gramáticos. Assim, é preciso reconhecer que, de fato, os verbos e os nomes selecionam preposições específicas para introduzir seus complementos. As preposições exigidas, muitas vezes, não têm relação visível, pelo menos de um ponto de vista sincrônico, com os aspectos pragmático-semânticos da língua, são afuncionais, conforme noção de afuncionalidade discutida no capítulo 2 (seção 2.3). O uso de uma preposição diferente da especificada não pode ser interpretado senão como violação à morfossintaxe da língua, que é, nesse caso, arbitrária. Nossas ocorrências (4) e (5), reproduzidas abaixo como (18) e (19), constituem casos de violação à arbitrariedade da língua. Na seção 6.2, atribuímos esses desvios a motivações semânticas.

(18) Eu nunca esquecerei no dia que eu fui para um chou (Redação 4)

(19) Eu nunca me esqueci num racha que eu fui com meus amigos (Redação 3).

Seria arbitrariedade do gramático a prescrição de que, na frase (18), por se tratar de forma verbal não-pronominal (esquecer), não se deve usar a preposição “de”, numa construção como “Eu nunca esquecerei do dia...”, pois a preposição deve ser restrita à forma verbal pronominal (esquecer-se). Esse segundo tipo de violação não tem interesse para esta pesquisa.

A ocorrência (20) abaixo, por outro lado, constitui, segundo nosso parecer, exemplo claro, na medida do possível, de violação aos reais (não aos pretensamente ideais) padrões morfossintáticos da língua.

- (20) No dia 25 de setembro desse ano uma sexta-feira tive outra grande alegria na escola outra menina linda *ficou interessada comigo* (Redação 5).

Esse parece ser um caso de violação a uma restrição morfossintática da língua, já que é uma regra formal aquela que institui a preposição “em” como a mais adequada para o contexto, pois é exigida por “interesse” e seus cognatos. O esperado, portanto, seria “outra menina linda ficou interessada *em* mim”. Sem desconsiderarmos a possibilidade de uma interferência da semântica, de que também trataremos, uma análise da redação como um todo sugere haver, pelo menos em parte, uma motivação estrutural para o desvio.

Entendemos como inadequação estruturalmente motivada aquela que se conforma a um padrão morfossintático sem considerar as injunções pragmáticas e semânticas advindas dos níveis de formulação gramatical. Tal é o caso de construções que seguem fórmulas relativamente fixas (pré-fabricadas) na memória linguística do usuário, quando as demandas interpessoais e representacionais requerem uma estrutura mais transparente.

Pode dar-se também o caso de um padrão morfossintático ser selecionado a fim de se manter um paralelismo estrutural com enunciados ou partes de enunciados vizinhos. Nesse caso, entendemos que o Componente Contextual do modelo de interação verbal armazena padrões morfossintáticos e os reutiliza em enunciados

posteriores. A inadequação se dá quando tal padrão não satisfaz à pragmática, à semântica ou à própria morfossintaxe do enunciado que “herda” o padrão. É precisamente o que ocorre em nosso exemplo (20). Veremos que esse enunciado, de fato, procurou conformar-se a uma estrutura já utilizada, o que pode ter contribuído para a seleção inadequada da preposição. Observemos, em (21), o primeiro parágrafo da redação:

(21) No dia 18 de agosto desse ano uma terça-feira tive uma grande alegria em saber que a garota mais “linda” do colégio queria ficar comigo. Eu fiquei assustado por saber isso não acreditei nisso. Saimos para a praça conversamos e ficamos foi um dia muito feliz para mim entre muitos garoto ela mim escolheu foi bom de mais espero que agente fique mais e mais.

No dia 25 de setembro desse ano uma sexta-feira tive outra grande alegria na escola outra menina linda *ficou interessada comigo* (Redação 5).

Tanto o primeiro quanto o segundo parágrafo iniciam-se praticamente da mesma forma: “No dia 18 de agosto desse ano uma terça-feira tive uma grande alegria” e “No dia 25 de setembro desse ano uma sexta-feira tive outra grande alegria”. Em ambas as frases se usa o mesmo verbo, “ficar”. Não se trata, a bem da verdade, do “mesmo” verbo. Em “ficar interessada”, temos um verbo cujo sentido e cujo padrão de complementação parece bem descrito por Borba nos seguintes termos: “Com sujeito **paciente** expresso por nome e com predicativo, significa *tornar-se: o céu ficou roxo [...]; Nosso Senhor faça você ficar bom*” (BORBA, 1990, p. 757, grifos no original). Já a acepção de “ficar” “ficar comigo” não consta em Borba (1990), mas não nos parece absurdo descrevê-lo como verbo que seleciona, como complemento, um nome precedido da preposição “com”, sendo o papel semântico do termo o que Borba (1996) denomina *comitativo*, “sempre um afetado, mas [que] pode ainda ter traços como *atividade e causa: Lina saiu com o noivo*” (BORBA, 1996, p. 31). Fica evidente, assim, que apenas com essa segunda acepção o verbo seleciona complemento preposicionado. Na primeira acepção, que é a da ocorrência (20), a preposição deveria ser selecionada não pelo verbo, mas por “interessada”.

Como dissemos acima, pode ter havido também influência semântica na seleção da preposição, dado o papel semântico comitativo do termo.

O mesmo princípio de que a busca por manter um paralelismo estrutural pode resultar em construções inadequadas pode ser observada na ocorrência em (22) a seguir, retirada de nosso *corpus*.

- (22) Depois algum tempo eu mudei de escola ficamos distante mas sempre tinha uma oportunidade pra me ve-lô eu ficava muito feliz quando encontrava-o hoje ele é uma pessoa maravilhosa uma pessoa *em quem eu posso contar em todas as horas, uma pessoa em quem eu confio*, por mais que nos não tivéssemos juntos ele é um grande amigo (Redação 8).

Há aí duas orações relativas, cada uma inserida em um sintagma nominal que tem como núcleo o nome “pessoa”: (i) “uma pessoa em quem eu posso contar em todas as horas” e (ii) “uma pessoa em quem eu confio”. Ambas as orações relativas são, como podemos notar, introduzidas pela proposição “em”.

De acordo com as prescrições da gramática tradicional, as orações relativas devem construir-se de tal forma que a regência do termo a que se subordina o pronome relativo, na oração subordinada, seja satisfeita.

Na segunda oração, tal exigência é satisfeita, pois o relativo subordina-se ao verbo “confiar”, que efetivamente rege a preposição “em”: confia-se *em* algo ou *em* alguma pessoa. No primeiro caso, porém, o relativo subordina-se a “contar”, que não rege a preposição “em”, mas “com”: conta-se *com* algo ou *com* alguém. Essa não nos parece uma posição prescritivista, pois soa realmente estranho à morfossintaxe do português brasileiro a construção “contar *em* alguém” ou “contar *em* alguma coisa”. Desse modo, o esperado seria “uma pessoa *com* quem eu posso contar” ou mesmo “uma pessoa *com* a qual eu posso contar”.

Além da motivação estrutural, esses desvios são considerados de natureza essencialmente morfossintática, pois o uso indevido de preposição não leva o enunciado

a não ter reconhecidas suas representações semânticas e pragmáticas. O ouvinte estranha a seleção das preposições, o arranjo morfossintático, mas, a nosso ver, é capaz de recuperar as informações pragmático-semânticas relevantes. Elas permanecem relativamente intactas, por assim dizer, o ouvinte recupera a conteúdo informações relativas às funções semânticas e pragmáticas e às relações de dependência, de modo que a inadequação é basicamente no nível da codificação morfossintática.

6.4 Desvios não atribuíveis à competição de motivações

Uma hipótese básica desta pesquisa é a de que a competição de motivações funcionais e afuncionais pode explicar a ocorrência de inadequações na construção do enunciado. Nem todas as inadequações, porém, podem ser assim explicadas. Dessa forma, torna-se objetivo deste trabalho demarcar o poder explicativo da hipótese, para o que se faz necessário apontar os casos aos quais ela não se aplica.

6.4.1 Ausência de núcleo predicador

Vimos, no capítulo 2, que a Gramática Discursivo-Funcional se propõe estudar o ato discursivo, compreendendo que, em eventos reais de interação, de uso da língua, a oração não é a única unidade linguística que cumpre propósitos comunicativos. A oração é apenas uma das alternativas disponíveis ao usuário para a expressão de atos discursivos. O falante pode utilizar-se de frases nominais, holófrases (“Parabéns!”, “Meus pêsames!”, “Um café”, este último como resposta a uma pergunta do tipo “O que a senhora deseja?”), frases interjetivas, por exemplo, que não são consideradas pela

GDF formas elípticas de estruturas oracionais subjacentes, mas construções linguísticas plenamente realizadas.

Dessa forma, a GDF nos convida a repensar noções como as de frase ou oração truncada, comuns tanto em estudos tradicionais como na linguística moderna. A expressão “Um café”, acima, deve ser analisada gramaticalmente da forma como ocorre, e não como se alguns constituintes houvessem sido apagados e, na análise, tivéssemos de recuperá-los, postulando uma estrutura como “Eu desejo um café”.

De todo modo, parece haver casos em que estruturas claramente dependentes de um predicado verbal são encontradas soltas. Não tratamos aqui de construções que, embora tenham a forma de uma oração subordinada, “De nenhum modo [...] podem ser explicadas pela elipse da oração nuclear, somente para seguir a reza tradicional que ensina que as adverbiais ocorrem apenas funcionando numa principal” (NEVES, 2006, p. 236). Desse fenômeno, reproduzimos um exemplo dado por Neves:

- (23) Quer dizer o... senhor pergunte para o Delegado. *Se fosse por mim...*
Eu tenho coração de manteiga (NEVES, 2006, p. 236, grifo no original).

Construções como “Se fosse por mim...”, no exemplo acima, podem ser perfeitamente compreendidas como cumpridoras de atos discursivos. Os casos que nos parecem efetivamente de construções truncadas são aqueles que parecem ter não apenas uma função pragmática, mas uma função semântica, as quais não podem ser devidamente atribuídas a esses termos porque não se vinculam a nenhum predicado.

Na ocorrência em (24), constatamos a impossibilidade de se atribuir função semântica e sintática aos termos devido à ausência de núcleo verbal.

- (24) Para mim a história de conhecer pessoalmente alguém que eu só havia conversado pela internet e que nem se passava pela minha mente que pudesse estar tão próximo a mim (Redação 1).

Em (24), temos um longo sintagma nominal que nem é uma frase nominal nem integra um esquema de predicação. O núcleo desse sintagma é “história”, termo ao qual se subordina, direta ou indiretamente tudo o mais na “frase”. Nem ele sozinho cumpre um ato discursivo nem integra um como subato de referência. Após a expressão “para mim”, índice lexical de evidencialidade, espera-se uma oração completa. Pode ocorrer um sintagma simples, mas apenas em contextos específicos. Uma construção como “Para mim, a banana” só faz sentido se for uma resposta a uma pergunta do tipo “Qual o alimento mais rico em potássio, dentre os consumidos pelo brasileiro comum?”. Nesse caso, sim, teríamos, em “Para mim, a banana”, um ato discursivo completo, constituído apenas por um subato de referência, cujo núcleo, “banana”, é inserido lexicalmente no Nível Representacional, onde também se dá a operação de modificação lexical pela expressão evidencial “para mim”.

Quanto a (24), porém, o contexto não supre informações que permitam ao falante reconstruir a estratégia argumentativa do falante ao usar a construção. Senão, vejamos a redação na íntegra, em (25).

- (25) É incrível como certos acontecimentos podem mudar a vida de uma pessoa. Digo isso por experiência própria pois já passei por momentos que realmente mudaram minha vida, mas teve um em especial que mudou por completo meu modo de ser e de agir diante de algumas coisas da vida.

Bom tudo começou quando comecei a usar as ferramentas da internet como msn e orkut, mas meu foco principal está ligado ao famoso e problemático orkut, porque foi graças a ele que eu conheci a pessoa mais chata e legal da minha vida (pelo menos até agora): meu namorado. Tudo começou quando eu o adicionei em meu orkut por engano, percebi o erro algum tempo depois mas já era tarde. Tudo bem, a partir daí começamos a nos comunicar através do msn e nos tornamos amigos, mas até ai nem passava pela minha cabeça que um dia iríamos chegar onde estamos agora.

Para mim a história de conhecer pessoalmente alguém que eu só havia conversado pela internet e que nem se passava pela minha mente que pudesse estar tão próximo a mim. Depois de algum tempo resolvi conhecer aquele rapaz tão simpático, então marcamos um encontro e no dia tive uma surpresa: nos tínhamos muitos amigos em comum, estudávamos na mesma

escola, turno e série, menos na mesma sala, pouco mais de três meses depois começamos a “namorar” de brincadeira, mas o que era pra ser um passatempo se tornou algo sério e especial. Hoje não me arrependo de o ter conhecido ele que tão legal para mim. Por isso agradeço à Deus todos os dias por ele ter colocado alguém tão especial em minha vida (Redação 1).

Vemos aí que a construção não é uma frase nominal que possa ser entendida como uma unidade linguística em que se suprimiram informações recuperáveis no contexto linguístico imediato. Praticamente a mesma análise se aplica à ocorrência (26) abaixo:

- (26) Particularmente a minha vida, apesar de ser considerada curta pois só tenho 16 anos para mim idade não significa muito (Redação 2).

Há também um sintagma nominal (“a minha vida”), uma construção adverbial (“apesar de ser considerada curta”), à qual se articula uma oração que, em termos tradicionais, poderíamos chamar de coordenada explicativa (“pois só tenho 16 anos”). Falta, porém, um núcleo predicador que tome “a minha vida” como argumento e a construção adverbial como modificador.

Já em (27), temos um caso mais complexo, que à primeira vista parece ser uma articulação de orações. Vejamos:

- (27) Quando, ao recordar o acontecido, já estávamos no ônibus que nos levaria ao local e nesse momento, combinamos que eu desceria no local certo enquanto ela daria a volta, passaria em casa e faria todo o trajeto mais uma vez a fim de me encontrar (Redação 6).

Temos aí, de um ponto de vista constituencial, “quando [...] já estávamos no ônibus que nos levaria ao local”, que se articula a “nesse momento, combinamos que eu desceria no local certo enquanto ela daria a volta, passaria em casa e faria todo o trajeto mais uma vez a fim de me encontrar”. O constituinte “quando [...] já estávamos no ônibus que nos levaria ao local”, na verdade, poderia inserir-se perfeitamente no esquema de predicação da oração a seguir, como termo não-argumental. Tanto é assim que todo o seu conteúdo semântico, incluindo seu papel temático, é retomado por “nesse

momento”. Se efetuarmos a substituição e necessárias adequações, temos uma frase como (28) abaixo, em que os constituintes suprimidos aparecem tachados.

- (28) Quando, ao recordar o acontecido, já estávamos no ônibus que nos levaria ao local, ~~e nesse momento~~ combinamos que eu desceria no local certo enquanto ela daria a volta, passaria em casa e faria todo o trajeto mais uma vez a fim de me encontrar.

A comparação entre a ocorrência (27) de nosso *corpus* e a reescritura que propomos em (28) deixa evidente que uma aparente oração adverbial não pode articular-se (em termos tradicionais, trata-se de uma *coordenação aditiva*) com uma oração completa. A aparente oração adverbial fica solta, não se insere em qualquer esquema de predicação, não sendo possível, portanto, atribuir-lhe função sintática ou semântica.

Além de compreender os desvios sob o ponto de vista descritivo, interessa, ainda, procurar compreender com algum detalhamento como se deu o processo que resultou na construção inadequada. Vimos já que, conforme Baker; Siewierska (2004), o modelo da Gramática Discursivo-Funcional deve implementar-se de modo dinâmico. Isso significa compreender que as operações de formulação e codificação não se dão em sequência temporal de modo discreto, quer dizer, não se concebe que a operação de codificação tenha início apenas quando a intenção comunicativa esteja inteiramente formada e todas as etapas da formulação tenham sido concluídas. Entendem os autores, na verdade, que os níveis trabalham com informações parciais advindas dos níveis superiores, de modo que, tão logo categorias pragmáticas de nível superior tenham sido definidas no Nível Interpessoal, inicia-se o processo de determinação de categorias semânticas, se for o caso, e a subsequente codificação, ainda que especificações gramaticais de quaisquer níveis relativas a outras partes do enunciado estejam ainda por ocorrer. É o princípio *depth-first*, que discutimos no capítulo 2 (seção 2.5) e que, conforme lá dissemos também, pode resultar em construções inadequadas pelo fato de a codificação ocorrer antes de todas as informações pragmático-semânticas terem sido especificadas.

Possivelmente, as inadequações devem-se ao fato de os constituintes terem sido submetidos à codificação morfossintática antes da seleção do esquema de predicação. Reforça-se, assim, o princípio teórico, caro à GDF, de que a constituição dos enunciados não tem início com a seleção de um esquema de predicado, mas com intenções comunicativas e conceptualizações relativas a eventos extralinguísticos. Nos três casos analisados acima, temos constituintes que evocam dados da realidade extralinguística, os quais recebem expressão linguística como termos oracionais, sem que as unidades linguísticas se insiram em moldes oracionais correspondentes.

6.4.2 Restrições de seleção

Dado o objetivo básico desta pesquisa de averiguar as restrições à atribuição de funções sintáticas e semânticas, cabe aqui discutir a questão das restrições de seleção porque nos parece que uma inobservância a uma restrição seletional pode constituir uma interdição à atribuição de papel semântico ao termo em questão.

Pela discussão até aqui empreendida, deve estar razoavelmente claro que o componente representacional da GDF assenta-se essencialmente num léxico e em relações funcionais entre os itens desse léxico, configuradas nos *moldes*, sendo que sobre os itens lexicais incidem *operadores gramaticais*, conforme discutimos no capítulo 2. É no léxico que se encontra o material linguístico elementar para a formação semântica dos enunciados. As relações funcionais que se podem estabelecer entre os itens lexicais são previstas nas *estruturas de predicação*, que especificam as informações relevantes para a construção das representações semânticas dos enunciados.

Dentre tais informações, interessam-nos por ora aquelas concernentes à valência qualitativa do predicado. De acordo com Dik (1997a, p. 79), que segue toda uma tradição de estudo da valência verbal, especifica-se aí o tipo de termos que podem

preencher as posições argumentais em conformidade com as funções semânticas previstas na estrutura de predicado, bem como as restrições de seleção a eles impostas. A informação referente às funções semânticas constitui o que se costuma chamar *valência semântico-funcional* do predicado, ao passo que as informações relativas às restrições de seleção constituem, segundo terminologia corrente entre estudiosos das valências, sua *valência semântico-referencial*.

Dik (1997a, p. 94) admite que, nos usos linguísticos, possam ocorrer violações às restrições de seleção impostas pelos predicados. Os desvios podem acarretar sentidos inusitados, pretendidos ou não, e por vezes interessantes para os propósitos comunicativos do falante. Nesse caso, afirma o autor (DIK, 1997a, p. 95), regras especiais de interpretação semântica são requeridas: para que uma frase construída a partir de uma predicação em que há violação das restrições de seleção impostas pelo predicado faça sentido, é preciso ou manter o sentido básico do predicado e reinterpretar o dos termos ou manter o sentido básico dos termos e reinterpretar o do predicado.

Perguntamo-nos, porém, se não poderia haver violações às restrições de seleção que constituíssem inadequações, por tornarem o enunciado confuso, por perturbar a atribuição e, por conseguinte, o adequado reconhecimento por parte do ouvinte das funções sintáticas e semânticas.

Antes do contato com os dados, portanto de modo puramente teórico e especulativo, pareceu-nos, inicialmente, possível que, mesmo o falante conhecendo as restrições de seleção impostas pelo predicado, algumas pressões de natureza gramatical poderiam fazer com que o elemento selecionado para ocupar determinada posição na frase violasse as restrições de seleção do predicado. Poderia configurar esse tipo de pressão discursiva, por exemplo, a atribuição de função sintática a termo que viola as restrições de seleção do esquema de predicado motivada pela presença de determinada estrutura sintática no contexto precedente ou subsequente imediato, a fim de preservar-se um paralelismo estrutural. Também a manutenção de continuidade tópica poderia ser fator para que um termo fosse colocado como tópico e, pela associação entre essa função pragmática e a de sujeito, consequentemente fosse levado a assumir a função de sujeito de esquema de predicação ainda não selecionado, podendo assim haver violação

das restrições de seleção desse esquema. Nesses casos, o conhecimento linguístico do falante provavelmente lhe permitiria detectar a incompatibilidade, se de alguma maneira refletir sobre sua própria fala. Não encontramos dados que confirmassem essas hipóteses, mas, do ponto de vista teórico, elas ainda nos parecem dignas de investigação.

Os casos encontrados de violação às restrições de seleção, que de fato resultam em enunciados com certo grau de estranheza, parecem dever-se a uma simples concepção falha do usuário quanto ao significado que a comunidade linguística atribui aos itens lexicais. Ele entende, parece, que as escolhas lexicais feitas são perfeitamente compatíveis entre si. É o que vemos nos exemplos abaixo:

- (29) Em uma sociedade que não apresenta perplexidade alguma diante de relacionamentos descartáveis, é fato que a opção de manter a virgindade até o casamento é considerada conservadora. *A confusão cometida* é clara; o aumento do acesso à informação está longe de ser diretamente proporcional à responsabilidade é à consciência do jovem (Redação 13).
- (30) Junto a uma cultura que não julga mais a separação, a banalização do sexo tem trazido problemas estatisticamente comprovados como *o aumento da gravidez na adolescência, da disseminação das DSTs e das crianças* que nascem sem um planejamento prévio e acabam nas ruas (Redação 13).

A pergunta a que o trecho destacado (29) nos leva é “pode-se *cometer* uma confusão?”. Parece que o verbo “cometer” designa um evento completo, acabado, sendo que esse traço semântico não se encontra em “confusão”. Já em (30), temos que “das crianças...” parece ser um complemento nominal (em termos tradicionais), que tanto pode ser de “aumento” como de “disseminação”. O problema é que parece estranho falar-se em “aumento das crianças...” ou em “disseminação das crianças...”.

6.5 Síntese

Procuramos, neste capítulo, descrever e analisar as inadequações encontradas em nosso corpus. Classificamos as inadequações quanto à natureza e à motivação da inadequação. Em princípio, se trabalharmos apenas com os níveis pragmático, semântico e morfossintático, tanto para a natureza quanto para a motivação das inadequações, poderemos ter vários tipos de inadequação. Logicamente, são possíveis nove tipos de inadequações, isto é, de natureza semântica com motivação pragmática, de natureza semântica com motivação semântica, e assim por diante. A análise do *corpus*, porém, apresentou apenas quatro dos tipos logicamente possíveis, como vemos na figura 5:

Natureza \ Motivação	Pragmática	Semântica	Morfossintática
Pragmática			X
Semântica		X	X
Estrutural			X

Figura 5: Tipos de inadequação conforme sua natureza e motivação

Temos, assim, dentre as inadequações de natureza semântica, apenas desvios semanticamente motivados. Já entre as inadequações de natureza morfossintática, encontramos desvios de motivação pragmática, semântica e morfossintática. Encontramos ainda desvios que não pudemos atribuir à competição de motivações; procuramos, de todo modo, descrevê-los e explicá-los, na medida do possível, conforme o arcabouço teórico da GDF. Esses desvios dizem respeito à ausência de núcleo predicador e à violação às restrições de seleção semântica.

O TRATAMENTO LINGUÍSTICO DAS INADEQUAÇÕES E AS NOÇÕES DE “CERTO” E “ERRADO”

7.1 Introdução

Como temos falado bastante em inadequações, apontando, dentre enunciados efetivamente produzidos por falantes do português, casos que consideramos inadequados, neste capítulo, discutimos com algum vagar a noção de inadequação com que trabalhamos, procurando distingui-la de noções como a de erro (ou “erro”), tão presentes no contexto escolar brasileiro. A discussão é pertinente, sobretudo, pelo fato de trabalharmos com redações escolares, um tipo de produção linguística dos mais avaliados na escola brasileira.

7.2 O certo e o errado, a adequação e a aceitabilidade

Para essa discussão, que é, afinal, sobre o que interessa e o que não interessa a nossa pesquisa, convém consultar as reflexões de Neves (2002) em torno de algumas “dicotomias sobre desempenho linguístico” (p. 155), como as de *certo vs. errado* e *descrição vs. prescrição*. Conforme a autora,

certo e **errado** são conceitos impossíveis de estabelecer, a não ser em campos legislados, como a ortografia, ou em questões que tocam a própria

gramaticalidade, isto é, em referência a seqüências que escapam à gramática da língua, seqüências nunca ocorrentes em produções lingüísticas de falante nativo, por menos letrado que ele seja (NEVES, 2002, p. 156, grifos no original).

O conceito de erro, assim, não fica excluído dos estudos lingüísticos, mas restringe-se à gramática entendida como competência lingüística, talvez. Nesse sentido, vimos, em nossa Introdução, que se deve ao gerativismo clássico a proposição, nos estudos lingüísticos modernos, de um conceito de gramaticalidade que reconhece como bem formadas algumas seqüências que as gramáticas tradicionais consideram erradas. Frise-se, igualmente, que já os estruturalistas reconheciam a muitas formas proscritas pela tradição normativa legitimidade perante o sistema lingüístico. Assim, quando diziam que estavam elaborando gramáticas de línguas particulares, era sempre necessário reclamar o direito de usar o rótulo *gramática* para os estudos descritivos, tão arraigada entre o leigo e mesmo entre alguns estudiosos estava a concepção de gramática como manual de regras de bom uso da língua.

Talvez não fosse exagero reiterar que os estudos lingüísticos modernos, na verdade, reconhecem como gramaticais praticamente *todas* as seqüências nominalmente proscritas pela tradição normativa, já que essa tradição, via de regra, proscree formas e construções de uso amplamente atestado em segmentos sociais determinados. Em toda a nossa discussão, procuramos mostrar que não estávamos interessados nos “erros” que tanto incomodam os defensores da tradição normativa. Assim, consideramos inadequado o uso da preposição “em” na ocorrência (4) do capítulo anterior, reproduzida abaixo como (31). Não interessaria de modo algum a nossa pesquisa, porém, uma frase como (32), em que é usada a preposição “de” inadequadamente, sob o ponto de vista tradicional, mas não sob a perspectiva que assumimos, da lingüística descritiva.

(31) Eu nunca esquecerei no dia que eu fui para um chou (Redação 4).

(32) Eu nunca esquecerei do dia que eu fui para um show.

Também consideramos inadequada a ocorrência em (3) do capítulo anterior, reproduzida abaixo como (33), mas não veríamos, como aliás não vimos, inadequação alguma no fato de, em (24), também do capítulo anterior, que reproduzimos abaixo como (34), não ter sido usada a preposição “com” antes da primeira oração relativa, conforme ensinam as lições tradicionais, de modo a obtermos uma construção como “alguém com quem eu só havia conversado pela internet”.

(33) ...assim foram os dias *em* que ficarão marcados para sempre em minha memória (Redação 7).

(34) Para mim a história de conhecer pessoalmente *alguém que eu só havia conversado pela internet* e que nem se passava pela minha mente que pudesse estar tão próximo a mim (Redação 1).

Chomsky foi talvez o primeiro a distinguir, na linguística moderna, os conceitos de *gramaticalidade*, *aceitabilidade* e *interpretabilidade*. A gramaticalidade é uma noção abstrata, de difícil formulação, conforme o linguista, e liga-se à competência para produzir e interpretar frases conforme a gramática internalizada. Já a aceitabilidade vincula-se ao desempenho, e podem-se realizar testes para mensurá-la. Conforme Chomsky (1975), a gramaticalidade é apenas um dos vários fatores que concorrem para a aceitabilidade de uma frase. Frases construídas conforme a gramática da língua podem ter baixa aceitabilidade devido a fatores como limitação da memória, como seria o caso de frases com múltiplos encaixamentos de orações relativas, por exemplo, que, embora gramaticais, teriam baixo grau de aceitabilidade. Por outro lado, ainda que no geral as frases aceitáveis sejam também gramaticais, construções com algum desvio quanto à gramaticalidade podem ser interpretáveis, pelo que terão graus igualmente variáveis de aceitabilidade, a depender do contexto.

Não interessa à teoria linguística preconizada por Chomsky a investigação das estratégias interpretativas levadas a cabo, em situações reais de interação, diante de frases gramaticalmente desviantes. Os desvios são atribuídos a fatores extralinguísticos pertinentes ao desempenho, tais como “limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse” (CHOMSKY, 1975, p. 83). Não obstante, o autor aventava a

possibilidade de que o processo se dê por analogia com frases bem formadas da língua e distinga níveis de aceitabilidade conforme o tipo de regra violado.

A distinção entre gramaticalidade e aceitabilidade foi também discutida por autores de tendência bem diversa, e cujos posicionamentos teóricos são bem mais afins aos nossos, como Beaugrande e Dressler, por exemplo, para quem igualmente a gramaticalidade é um determinante parcial da aceitabilidade (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1994, p. 130). Naturalmente, quando falam em gramaticalidade, os autores referem-se a uma propriedade da frase, ao passo que, para eles, aceitabilidade é uma propriedade do texto. Começam os autores, na verdade, com uma distinção entre as *noções centradas no texto*, no material textual, como as de coesão e coerência, e *noções centradas no usuário*, como aceitabilidade e intencionalidade (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1994, p. 7). Parece-nos que, do mesmo modo, no âmbito do enunciado mesmo, é interessante fazer essa distinção entre o que é centrado na unidade linguística em si, em suas propriedades sistêmicas, e o que é centrado nos usuários.

Assim, o que em nossa pesquisa entendemos como inadequações afasta-se não só do conceito tradicional de erro, como também da noção de gramaticalidade peculiar aos estudos linguísticos de base formalista, precisamente na medida em que estes fazem abstração dos usos linguísticos, que são o que nos interessa de perto.

Pensemos nas construções analisadas acima que, segundo nossa análise, violam padrões morfossintáticos de seleção de preposições, como as ocorrências reproduzidas abaixo como (35-38):

- (35) ...e *nesse* dia foi muito produtivo, interessante e muito ruim apenas para um lado, e muito celebrativo para o escritor que os conta, que no caso sou eu (Redação 9)
- (36) ...assim foram os dias *em* que ficarão marcados para sempre em minha memória (Redação 9)
- (37) Eu nunca me esqueci *num* racha que eu fui com meus amigos (Redação 3).

- (38) No dia 25 de setembro desse ano uma sexta-feira tive outra grande alegria na escola outra menina linda ficou interessada *comigo* (Redação 5).

Acreditamos que essas não são construções que só estranha quem está a par das regrinhas. A estranheza das construções com que trabalhamos aqui, segundo nosso parecer, pode ser sentida pelo usuário comum da língua, ainda que, parafraseando Pontes (1986, p. 171-172), sempre alguém possa considerar construções desse tipo muito naturais¹. Pode-se, porém, questionar se essas construções não são apenas estranhas, incomuns, se são, sob algum ponto de vista, erros. O professor de português bem poderia ver-se com essa dificuldade, já que essas ocorrências não são (pelo menos ainda) fortes candidatas a figurar em listas de construções desabonadas em livros didáticos ou manuais de regrinhas. Nesse sentido, em discussão sobre a concepção de erro linguístico no contexto escolar, assevera Barbosa que

Problemas descritivos [...] não são o que comumente trazem os alunos: perguntam se *está certo*. Para efetuarmos uma ponderação avaliativa do tipo *certo e errado*, precisamos ter consciência dos *saberes* envolvidos nas respostas possíveis. Não adiantará responder que está errado e mostrar a regra em uma gramática tradicional qualquer, se o aluno pode encontrar uma outra gramática que apresente o problema tratado diferentemente. Tampouco adianta fincar pé numa regra que vá completamente contra o uso consagrado (BARBOSA, 2007, p. 37, grifos no original).

Propõe o autor que, para que possamos nos pronunciar sobre a correção de determinada forma, devemos considerar: (i) o saber referente às normas usuais na sociedade, (ii) os saberes descritivos/prescritivos das gramáticas tradicionais e (iii) os saberes relativos às pesquisas linguísticas modernas. Como já discutimos bastante sobre o ponto de vista prescritivo, atenhamo-nos um pouco nos dois outros *saberes gramaticais*.

¹ Discutindo casos de coordenação de orações sob certo ponto de vista estranhas, pondera Pontes (1986, p. 171-172): “De toda maneira, esses dados são sempre difíceis de trabalhar, porque sempre alguém pode achar muito naturais as ocorrências coordenadas”.

Em nossa pesquisa, conforme expomos na metodologia, os dados do *corpus* foram selecionados conforme critério de ordem empírica, segundo o qual o pesquisador usa sua intuição de falante nativo para distinguir os usos possivelmente inadequados. Assim, temos dificuldade para conceber um registro linguístico em que formas como as encontradas em (35-38) sejam abonadas pelo uso. Por se tratar de problemas bastante localizados, que se resumem ao uso de uma preposição onde ela, segundo procuramos demonstrar, não poderia ser utilizada, essas inadequações podem, por assim dizer, perder-se no texto, passar quase, quando não de todo, despercebidas. Diferente é o caso das ocorrências que reproduzimos abaixo como (39-40), em que o leitor precisa realizar um verdadeiro “contorcionismo” cognitivo para seguir sua estrutura sintática e acaba, afinal, com a impressão (que, segundo procuramos comprovar, não é mera impressão) de que “falta alguma coisa”.

- (39) Para mim a história de conhecer pessoalmente alguém que eu só havia conversado pela internet e que nem se passava pela minha mente que pudesse estar tão próximo a mim (Redação 1)
- (40) Quando, ao recordar o acontecido, já estávamos no ônibus que nos levaria ao local e nesse momento, combinamos que eu desceria no local certo enquanto ela daria a volta, passaria em casa e faria todo o trajeto mais uma vez a fim de me encontrar (Redação 6)

Há também aqueles enunciados que aqui analisamos como inadequados quanto a alguma demanda funcional, mas que parecem ter maior grau de aceitabilidade devido, possivelmente, ao fato de que a inadequação é motivada por uma tendência do enunciado a enquadrar-se em um padrão que, se não é o dominante na língua, não é também totalmente anômalo. Esse é o caso de nossa ocorrência (6) do capítulo anterior, reproduzida abaixo como (41).

- (41) *Viver em uma sociedade conservadora não há nada de errado*, o erro se dá no julgamento temerário e no preconceito enrustidos (Redação 11).

Conforme sugestão de Pontes (1986), o português tende, em alguns aspectos, para a adoção de uma estrutura de tópico-comentário em vez da de sujeito-predicado. A

autora cita Li; Thompson, que atestam serem comuns em algumas línguas frases como “Aquele campo o arroz é bom” e “aquelas árvores os troncos são altos”. Não nos parece absurda a tese da autora, dada a frequência com que ocorrem, no português oral contemporâneo, frases como “Aquele menina, ela não é daqui”. O enunciado (11), portanto, parece ter grau bem menor de inadequação e alto grau de aceitabilidade, se desconsiderarmos, naturalmente, os pruridos normativos.

7.3 Síntese

Neste capítulo, procuramos discutir em que medida os enunciados com que trabalhamos podem realmente ser considerados inadequados. Como dissemos em nossa Introdução, consideramos, neste trabalho, que as inadequações dizem respeito à não-satisfação de demandas funcionais ou afuncionais, sem que isso signifique que o enunciado como um todo é inadequado para o evento de comunicação para o qual foi produzido. É de se esperar, porém, que a não-satisfação de uma demanda funcional comprometa em algum grau a aceitabilidade do enunciado. Desvios como a ausência de núcleo predicador em construções que por si sós não cumprem atos discursivos comprometem a aceitabilidade, a nosso ver, mais do que inadequações localizadas, como a seleção inadequada do instrumento gramatical preposição, seja por motivação semântica, seja por motivação estrutural. Mais aceitáveis ainda são as inadequações que, de algum modo, enquadram-se em padrões estruturais emergentes na língua, como os que têm semelhança com movimentos em que o primeiro ato discursivo é subsidiário com função retórica de orientação em relação ao ato discursivo nuclear.

CONCLUSÃO

Com esta pesquisa, procuramos demonstrar que são atestadas, nos usos linguísticos, construções desviantes em relação aos padrões mais ou menos fixos da gramática e que pelo menos parte desses desvios ou inadequações pode ser subsumida de princípios bem gerais que envolvem a própria dinâmica das regras gramaticais, na relação entre os diversos domínios funcionais, pragmáticos e semânticos, a que serve a morfossintaxe, ela própria constrangida por princípios relativamente autônomos e de aplicação muitas vezes tendendo para o categórico.

Os princípios teóricos gerais que embasam a pesquisa foram discutidos no capítulo 2. Nele, apresentamos a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, sistematizada em Hengeveld; Mackenzie (2008), e procuramos mostrar que o modelo é particularmente aparelhado para o tratamento da convergência de motivações na estrutura morfossintática. Tomamos de Dubois (1987) o princípio de que a gramática é como é devido não apenas a haver pressões funcionais atuando sobre ela, mas ao fato de que as pressões constituem motivações que competem entre si por um *bem limitado* que é a estrutura morfossintática.

Como nossa hipótese de pesquisa básica era a de que as inadequações, na medida em que pudessem ser correlacionadas a princípios gramaticais, eram resultado de conflitos mal resolvidos entre as demandas pragmáticas, semânticas e morfossintáticas, a teoria da Gramática Discursivo-Funcional mostrou-se bastante adequada para a descrição e análise dos desvios na construção do enunciado.

Entendemos que algumas inadequações podem ser entendidas como uma falha na atribuição de funções gramaticais às unidades linguísticas constituintes do

enunciado, em qualquer dos níveis de análise. Propusemo-nos, então, investigar quais os fatores que restringem a possibilidade de se atribuírem tais funções.

Após exame de 190 redações, constituímos um *corpus* com as ocorrências que, por um critério de ordem empírica, intuitiva, nos pareceram de algum modo inadequadas.

No capítulo 6, descrevemos e analisamos essas ocorrências. Realizamos análise eminentemente qualitativa, em que procuramos compreender em que consistia a inadequação, apresentando-a conforme os expedientes descritivos propostos pela GDF. Procuramos, ainda, sob a perspectiva da competição de motivações, investigar qual a motivação para o desvio, isto é, qual demanda funcional fora preferida de modo a que outra ficasse insatisfeita.

Chegamos, assim, a uma classificação dos desvios conforme a natureza e a motivação do desvio. Encontramos, dentre as inadequações de natureza semântica, apenas desvios semanticamente motivados. Eles dizem respeito à codificação indevida de função semântica, condicionada por traços semânticos categoriais dos itens lexicais envolvidos, de modo que parece haver uma tendência a que termos preenchidos lexicalmente com itens lexicais designativos de lugar acabam sendo codificados como se a função semântica do termo fosse de Lugar. Já entre as inadequações de natureza morfossintática, encontramos desvios de motivações pragmática, semântica e morfossintática. Eles dizem respeito ora ao estatuto retórico-pragmático do constituinte, ora a sua função semântica, ora à semelhança estrutural do termo com outras unidades contíguas.

Embora análises de outros *corpora* possam chegar a resultados diferentes, parece-nos que, do fato de que não encontramos exemplos de todos os tipos de inadequação logicamente possíveis conforme a classificação por natureza e motivação, pode-se depreender que a língua não parece propensa a admitir indistintamente todos os tipos logicamente possíveis de inadequações.

Há, em princípio e conforme sugerem os dados encontrados, poucos constrangimentos à atribuição de funções pragmáticas, já que, entre as funções gramaticais, elas são as primeiras a serem atribuídas, com base em informação puramente discursiva. Assim, ocorrem, em nosso *corpus*, inadequações pragmaticamente motivadas, mas não de natureza pragmática. Pode haver problemas é na codificação da função pragmática, mas mesmo esse tipo de problema deve ser relativamente menos frequente, já que, conforme a implementação dinâmica da GDF, também a codificação dessas funções deve ocorrer primeiro. A codificação das demais funções é que vem depois, devendo, portanto, conformar-se ao que já está posto, codificado.

Também é digno de nota que os desvios estruturalmente motivados são apenas de natureza morfossintática, o que sugere que a estrutura não tende a afetar as representações semânticas e pragmáticas, quer dizer, problemas de codificação não tendem a alterar as relações funcionais de ordem pragmática e semântica, ainda que possam dificultar o reconhecimento dessas relações.

Encontramos ainda desvios não atribuíveis, segundo nossa análise, à competição de motivações. Nesse caso, procuramos descrevê-los e explicá-los, na medida do possível, conforme o arcabouço teórico da GDF. Esses desvios dizem respeito à ausência de núcleo predicador e à violação às restrições de seleção semântica. Nessa análise, vimos que alguns desvios podem ser devidos ao fato de que a codificação do constituinte se deu antes da seleção do esquema de predicação, de modo a reforçar a posição defendida pela GDF de que a produção linguística não tem início com a seleção de um esquema de predicado, mas com informações discursivas.

Temos consciência de que, devido à pequena quantidade de ocorrências analisadas, as análises poderão parecer, algumas vezes, apenas especulativas. Todavia, cremos que mesmo assim o trabalho apresenta as questões de um modo relativamente consequente, e essa é uma parte importante do fazer científico, a de saber formular as questões, a de enxergar o que é relevante como problema, o que vale a pena investigar. Estudos envolvendo outros domínios funcionais, bem como análises quantitativas, são

ainda necessários para uma compreensão das forças atuantes na língua por trás dos usos gramaticalmente desviantes.

Ao procurarmos discutir a gramaticalidade e a aceitabilidade das ocorrências analisadas, no capítulo 7, procuramos sempre deixar claro que compreendíamos inadequação como a não-satisfação de uma demanda funcional, o que não implicaria necessariamente a inadequação do enunciado como um todo para os propósitos comunicativos do falante, ainda que a inadequação frequentemente comprometa a aceitabilidade do enunciado, pois, de outro modo, não se trataria de inadequação.

Como dissemos na Introdução, esta pesquisa procura contribuir, sobretudo, com a descrição e análise do português em uso. Seus resultados talvez possam contribuir, ainda, com questões conexas ao ensino de língua materna e à correção de textos escolares, pois procuramos aqui oferecer um tratamento linguístico a problemas que talvez o professor de português enfrente comumente, sem saber, porém, como compreender os dados linguísticos que tem em mão, na produção textual de seus alunos. Não oferecemos aqui, naturalmente, guias, nem dizemos como deve ele proceder. Acreditamos, porém, que as análises aqui propostas podem lançar luz sobre os usos inusitados, incomuns, ou verdadeiramente inadequados, com os quais vez por outra depara quem se põe a refletir sobre a língua em uso.

REFERÊNCIAS

- BAKKER, D.; SIEWIERSKA, A. Towards a speaker model of Functional Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Org.). **A new architecture for Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 325-364.
- _____. The implementation of grammatical functions in Functional Discourse Grammar. **Alfa**, São Paulo, n. 51, v. 2, 2007.
- BARBOSA, A. G. Saberes gramaticais na escola. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (Org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.
- BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to text linguistics**. 7. ed. New York: Longman, 1994.
- BORBA, F. S. **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Unesp, 1990.
- _____. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.
- CAMACHO, R. G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. v. I: desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp; Fapesp, 1996, p. 215-233.
- _____. Estrutura argumental e funções semânticas. **Alfa**, São Paulo, v. 43, p. 145-170, 1999.
- _____. Construções passiva e impessoal: distinções semânticas. **Alfa**, São Paulo, v. 44, p. 215-233, 2000.
- _____. Construções de voz. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). **Gramática do português falado**. v. VIII: estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 227-309.
- CAMARA JR., J. M.. Erros escolares como sintoma de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro. In: _____. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CHAFE, W. L. **Significado e estrutura lingüística**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Arménio Amado, 1975.

DELANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. **Language**, Baltimore, v. 57, n. 3, p. 626-657, 1981.

DIK, S. **The theory of Functional Grammar**. Part I: The structure of the clause. Ed. por Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. **The theory of Functional Grammar**. Part II: Complex and derived constructions. Ed. por Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

DUBOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Org.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1985.

FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Org.). **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

FROMKIN, V. A. Grammatical aspects of speech errors. In: NEWMAYER, F. J. **Linguistics: the Cambridge survey**. v. II: Linguistic theory: extensions and implications. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 117-138.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

_____. **Syntax: an introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

HATTNER, M. M. D.; HENGEVELD, K. Advances in Functional Discourse Grammar: introduction. **Alfa**, São Paulo, n. 51, v. 2, 2007.

HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (Org.). **A new architecture for Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 1-21.

_____; MACKENZIE, J. L. Interpersonal Functions, Representational Categories, and Syntactic Templates in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (orgs.). **Studies in Functional Discourse Grammar**. Bern: Peter Lang, 2005, p. 9-28.

_____; _____. **Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

_____; _____. Alinhamento interpessoal, representacional e morfossintático na Gramática Discursivo-Funcional. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 25, v. 1, 2009, p. 181-208.

ILIOVITZ, E. R. **Uma análise prosódica dos lapsos da língua**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LEHMANN, C. Participant roles, thematic roles and syntactic functions. In: TSUNODA, T.; KAGEYAMA, T. (Org.). **Voice and grammatical relations: Festschrift for Masayoshi Shibatani**. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

LUCENA, I. L. Estrutura argumental e perspectiva em anúncios publicitários. In: NOGUEIRA, M. T. (Org.). **Estudos lingüísticos de orientação funcionalista**. Fortaleza: GEF; Edições UFC, 2007.

LYONS, J. **Semantics**. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar and language production. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (orgs.). **A new architecture for Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 179-196.

MOLES, A. **As ciências do impreciso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2002a.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002b.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008.

PEZATTI, E.; CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, n. 12, v. 2, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000200002>. Acesso em: 10 abr. 2010.

PONTES, E. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática; Brasília: Fundação Pró-Memória – Instituto Nacional do Livro, 1986.

SILVERSTEIN, M. Hierarchy of features and ergativity. In: DIXON, R. M. W. (org.). **Grammatical categories in Australian languages**. Canberra, Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976, p. 112-171.

VENDLER, Z. **Linguistics in philosophy**. New York: Cornell University Press, 1967.

VENDRAME, V. Integration of Subsidiary Discourse Acts in Brazilian Portuguese. **Web Papers in Functional Discourse Grammar**, Amsterdam, n. 82, 2009.

APÊNDICE**Proposta de produção textual**

Deve haver fatos que marcaram a sua vida, que você não esquece por mais que o tempo passe. Procure lembrar-se de um desses acontecimentos e relate-o de forma bem espontânea, mas em linguagem formal, em um texto de, no mínimo, 30 linhas. Procure escrever como se estivesse contando a história a um amigo que não soubesse nada a respeito, que não conhecesse as pessoas envolvidas nem os lugares onde os fatos ocorrem. Você pode falar de uma festa, uma viagem, um acidente, por exemplo. Você pode, ainda, escolher uma das seguintes frases para começar o seu relato:

“Eu nunca vi uma coisa tão engraçada (ou triste, surpreendente, revoltante).”

“Foi a coisa mais linda que alguém já fez por mim.”

Redações 1 a 9 (E.E.M. Mariano Martins, 3º ano do Ensino Médio, várias turmas)**Redação 1**

É incrível como certos acontecimentos podem mudar a vida de uma pessoa. Digo isso por experiência própria pois já passei por momentos que realmente mudaram minha vida, mas teve um em especial que mudou por completo meu modo de ser e de agir diante de algumas coisas da vida.

Bom tudo começou quando comecei a usar as ferramentas da internet como msn e orkut, mas meu foco principal está ligado ao famoso e problemático orkut, porque foi graças a ele que eu conheci a pessoa mais chata e legal da minha vida (pelo menos até agora): meu namorado. Tudo começou quando eu o adicionei em meu orkut por engano, percebi o erro algum tempo depois mas já era tarde. Tudo bem, a partir daí começamos a nos comunicar através do msn e nos tornamos amigos, mas até ai nem passava pela minha cabeça que um dia iríamos chegar onde estamos agora.

Para mim a história de conhecer pessoalmente alguém que eu só havia conversado pela internet e que nem se passava pela minha mente que pudesse estar tão próximo a mim. Depois de algum tempo resolvi conhecer aquele rapaz tão simpático, então marcamos um encontro e no dia tive uma surpresa: nos tínhamos muitos amigos em comum, estudávamos na mesma escola, turno e série, menos na mesma sala, pouco mais de três meses depois começamos a “namorar” de brincadeira, mas o que era pra ser

um passatempo se tornou algo sério e especial. Hoje não me arrependo de o ter conhecido ele que tão legal para mim. Por isso agradeço à Deus todos os dias por ele ter colocado alguém tão especial em minha vida.

Redação 2

Na vida acontecem fatos aos quais não podemos controlar, se bem que não seria má ideia se tivéssemos como prever o que o futuro reserva para cada ser. Particularmente a minha vida apesar de ser considerada curta pelos outros, pois só tenho 16 anos para mim idade não significa muito. Posso citar vários, mas vou resumir o mais recente.

Quando era mais nova a maioria das minhas férias ía passar na casa da minha avó, e em uma dessas vezes que eu fui para lá quando tinha por volta de uns 9 anos tinha uns meninos que morava por perto nós os conhecemos, eramos 6, eu, minha irmã, minha prima, um amigo que já conhecíamos e os dois meninos que conhecemos. Todas as vezes que nós íamos para lá nós nos juntávamos e com o tempo nos tornamos amigos.

O que não sabia era que um deles assim quando me conheceu passou a gostar de mim, só que ele não é o que podemos de uma pessoa muito comum. Os anos se passaram e nos aproximávamos. E sempre quando as férias se chegavam ao fim eu voltava pro local onde morava.

Em uma dessas idas e vindas “fiquei” com meu amigo ao voltar após alguns meses comecei a namorar com o rapaz que morava próximo a mim, passei 3 anos namorando com ele.

Sempre pensei que entre eu e meu amigo fosse algo de infância, talvez para mim tenha sido, para ele não foi durante 7 anos ele gostou de mim e não se relacionou serio

com ninguém, todos reparavam que ele tinha um carinho maior por mim mas não sabíamos a intensidade.

Esse ano eu terminei o meu relacionamento com meu namorado. E próximo de completar 8 anos de amizade ele me declarou todo o seu sentimento. Depois de muitos problemas e conturbações imagináveis estamos tentando e ainda não tá muito fácil.

Não é uma história romântica ou talvez seja, não estou olhando por esse ângulo é uma história da minha vida. Relacionar com pessoas não é nada fácil.

Redação 3

Eu nunca me esqueci num racha que eu fui com meus amigos. numa terça feira só não me lembro a data. quando foi sorteado os times já começaram a enrolar eles tavam entregando o numero do papel de acordo com a cara do jogador.

Os melhores pegavam os primeiros times e já começaram a jogar os jogadores ruins eram os ultimos. eu fiquei jogando no segundo time mas não tava jogando na linha era no gol.

Meu time ganhou quatro partidas no início e depois a gente perdeu meus amigos já cansado inventaram que tavam com sede e saíram para beber água. mas eles tavam lá fora da quadra secando os peneus das bicicletas dos outros jogadores. Corrir para olhar eles secando, tinha um lá que tava molhando os acentos das bicicletas rir muito.

Quando acabou o jogo todos pegaram as bicicletas com os peneus secos e as celas molhadas os donos ficaram bravos quase deu briga mais isso tudo não passou de uma brincadeira então todos foram para casa a pé comentando sobre o jogo.

Redação 4NO DIA QUE EU FUI PARA SHOW VENDE SALGADO

EU NUNCA ESQUECEREI NO DIA QUE EU FUI PARA UM CHOU. EU I MAIS TRÊS AMIGOS. BRUNO, JACKSON, EDEZIO,. CHEGANDO LAR NOS, MONTAMOS NOSSA BARRACA. PASSAR DO TEMPO VEIO UM SEGURANÇA DIZENDO QUE A JEINTI NÃO PODIA FICAR ALI. EINTÃO NOS FOMOS PROCURA OUTRO LOCAL, PARA MOTARMOS NOSSA BARRACA DI NOVO.

PASSAR DO TEMPO NOS. EU, BRUNO JACKSON, E EDEZIO ACHAMOS UM LUGAR PARA MONTAR NOSSA BARRACA, QUANDO PENSSAMOS QUE TAVA TUDO BEM, VEIO O DESEPERO, NINGUE TAVA COMPRANO O NOSSO SALGO.

QUANDO O SHOW ACABOU, COMEÇOU A SAIR MUITAS PESSOAS, DAÍ COMEÇAMOS A VENDER ATE DEMAIS. NOS PESAVAMOS QUE IA VENDER TUDO, O DESEPERO VEIO DENOVO. TODO MUNDO TAVA INDO EMBORA E NÓS ESTAVA COM 60 SALGADOS ENTÃO EU E MEUS TREIS COLEGAS SAIMOS NO MEIO DO POVO OLHA O SALGADO É SÓ 50\$ CENTAVOS!!! ENTÃO NÓS DESISTIMOS DE VENDER I AJEITAMOS AS COISAS PARA NOS IRMOS PARA O CARRO, AI O FRANELINHA QUERIA 5\$ REAIS , É NOS NÃO PODIA DAR PORQUE NOS JÁ TAVAMOS NO PREJUIZO, I O CARRO SÓ TAVA, PEGADO NO INPORÃO, DAI NOS TRÊS FOMOS EMPURRA O CARRO. ENTÃO FOMOS EMBORA COMEDO SALGADO.

MORAL DA HISTORIA SAIMOS NO PREJÚ. MAIS GANHAMOS ESPERIENCIA. I FIZEMOS TUDO PARA DEUS.

Redação 5

NO DIA 18 DE AGOSTO DESSE ANO UMA TERÇA-FEIRA TIVE UMA GRANDE ALEGRIA EM SABER QUE A GAROTA MAIS “LINDA” DO COLÉGIO QUERIA FICAR COMIGO. EU FIQUEI ASSUSTADO POR SABER ISSO NÃO ACREDITEI NISSO. SAÍMOS PARA A PRAÇA CONVERSAMOS E FICAMOS FOI UM DIA MUITO FELIZ PARA MIM ENTRE MUITOS GAROTO ELA MIM ESCOLHEU FOI BOM DE MAIS ESPERO QUE AGENTE FIQUE MAIS E MAIS.

NO DIA 25 DE SETEMBRO DESSE ANO UMA SEXTA-FEIRA TIVE OUTRA GRANDE ALEGRIA NA ESCOLA OUTRA MENINA LINDA FICOU INTERESSADA COMIGO. EU FUI LOGO APROXIMANDO DELA CONVERSEI COM UMA AMIGA DELA PARA AGENTE FICAR A NOITE NISSO MEU PAI TINHA FALADO QUE TINHA JOGO PARA MIM FIQUEI TRISTE PORQUE NÃO IA FICAR COM A GAROTA TORCI MUITO PARA NÃO TER GRAÇAS A DEUS NÃO TEVE AI FUI ATRAS DE LIGA PARA A AMIGA DELA PARA AGENTE FICAR ELA FALOU QUE IA E DEPOIS FOI SÓ ALEGRIA MAIS HOJE VOU TENTA ATRAS DE OUTRA GAROTA PORQUE “PARA A ALEGRIA O SORRISO, PARA O ERRO O PERDÃO, PARA O AMOR IMPOSSIVEL O TEMPO”

Redação 6

Aconteceu quando precisei tirar minha carteira de identidade; o que poderia ser muito simples, por pouco, não se tornou uma tragédia.

Se não tivéssemos esquecido, minha irmã e eu, a pasta com os documentos, tudo teria ocorrido naturalmente, porém, num desvio de atenção, a esquecemos sobre a mesa da sala. Quando, ao recordar o acontecido, já estávamos no ônibus que nos levaria ao local e nesse momento, combinamos que eu desceria no local certo enquanto ela daria a

volta, passaria em casa e faria todo o trajeto mais uma vez a fim de me encontrar. Bem como sabemos, há dias em que “levantamos com o pé esquerdo” e nada dá certo. E foi justamente o que aconteceu. Na pressa esqueci celular, chave, tudo. Ou seja, estava incomunicável e para minha mãe aquilo era, e continua sendo, a pior coisa que se pode acontecer a um ser humano. Em meus bolsos havia apenas a carteira de estudante e o dinheiro da passagem, o que já seria suficiente para voltar para casa sem maiores problemas, já que, apesar da pouca idade, sei me virar sozinha. Vale ressaltar que, naquele momento, naquele lugar, não havia um telefone público sequer, o que também me atrapalhou.

Resultado: minha mãe ficou desesperada quando recebeu a notícia de que minha irmã não me encontrara no local. Num ato de completo desespero, impaciência e preocupação, tratou logo de preocupar também ao meu pai, que estava trabalhando, minha tia e ainda por cima a polícia, através de um tio. Momentos depois, consegui encontrar minha irmã; ao voltar para casa, encontrei também com minha mãe, que estava totalmente debilitada, aos prantos em cima da cama, sem ter tido forças para ir trabalhar.

Ao final de tudo isso, conversamos e a fiz entender que já havia passado por situações tão, ou mais, complexas que essa e que consegui me sair bem em todas elas, pois ela própria havia me ensinado a me virar e vencer o mundo.

Redação 7

Um pleno dia de sábado à noite, fui na casa de uma amiga e ao chegar lá fiz um convite para que fôssemos à praia no domingo de manhã, então ela e sua irmã aceitaram o meu convite.

Ao chegarmos na praia, ficamos em uma barraca próximo o mar, e na outra barraca tinha quatro rapazes de Pernambuco tirando foto de nos três, e chegamos até conhecer eles, pois eram muito educados, mas o meu interesse eram outros.

No calçadão tinha dois rapazes muito bonitos e estavam trabalhando, mas estavam olhando para nossa barraca, então resolvi subir e tomar banho no chuveiro, para que eu olhasse de mais perto a beleza deles, após que eu desci eles sumiram por volta de duas horas.

Ao irmos embora então um deles resolveu me chamar e me pediu o meu número de celular, e assim trocamos os números, fiquei super feliz por conhecê-lo, mas ao chegarmos à parada de ônibus aviam mais dois rapazes passando ao lado, minha amiga resolveu chamá-los.

Na hora em que chegamos e pude ver o quanto eram bonitos e atraentes, pois eu ainda fiquei com um deles e minha outra amiga com o outro, eles tinham vindo apenas fazer uma prova para um concurso e então nos se despedimos.

Quando chegou a noite deste maravilhoso domingo, resolvi fazer um novo convite à elas para que nos fossemos a beira mar no dia seguinte a noite, e ao chegarmos lá não encontramos nenhum deles, pois nos tinham ido com a intenção de vê-los novamente, então ficamos lá passeando e trocando idéias, assim foram os dias em que ficarão marcados para sempre em minha memória.

Redação 8

Eu nunca pensei que isso pudesse acontecer na minha vida eu fazia a 6ª série quando eu conheci um garoto ele não era essas coisa toda mas uma excelente pessoa, um grande amigo ao passar do tempo ele começou a gostar de mim, todos os meus amigos sabiam menos eu até os professores, eu não percebia depois que foram me falar dele que só pensava em mim gostava muito de mim eu achava tudo uma besteira não ligava muito pra essas coisas não queria namorar tão cedo.

Mas durante alguns dias eu também percebi que eu estava gostando dele ficamos por alguns dias ou anos não me recordo muito, mas minhas amigas sempre falaram que

ele era muito apaixonado por mim, eu não estava nem ai pra ele nem ligava pra esses tipos de coisa, eu percebi que ele gostava de mim por que ele me disse que faria de tudo para ficar comigo. Ele me mandava cartas, ele realmente queria demonstrar que gostava muito de mim, depois desse vai e volta passaram 4 anos, quando ele faltava o colégio eu ficava muito triste por que já estava realmente gostando dele também, ele pensava até em casamento mas não era isso que eu queria, muitas vezes ele deixava de viajar para ficar comigo. Depois algum tempo eu mudei de escola ficamos distante mas sempre tinha uma oportunidade pra me ve-lô eu ficava muito feliz quando encontrava-o hoje ele é uma pessoa maravilhosa uma pessoa em quem eu posso contar em todas as horas, uma pessoa em quem eu confio, por mais que nos não tivéssemos juntos ele é um grande amigo. tudo isso foi a coisa mais linda que aconteceu na minha vida por mais que algumas pessoas ache tudo isso uma besteira mas eu nunca pensei que uma pessoa pudesse gostar tanto da outra.

Redação 9

ABALROAMENTO NA AVENIDA DA UNIVERSIDADE ENVOLVENDO UM ÔNIBUS E UM SEDAN

Pequeno, careca, com aproximadamente sete anos em experiência em carro grande e condutor do ônibus no último dia de junho de 2009, o Bezerra chegou na Rua Porto Alegre já com a porta de trás do coletivo aberta e com dez pessoas querendo sair da lotação, mas quinze ansiosos para entrar no veículo. E assim vai até a Avenida Carneiro de Mendonça em sua última parada foi perto do trilho. Quando dobra a esquerda na Avenida João Pessoa, sucessivamente esse guiador faz esse percurso todo ele vai para a faixa da esquerda onde não pega mais ninguém primeiro ele passa da primeira parada dessa Avenida e aumenta a velocidade, passa de frente ao colégio Salesiano Dom Lustosa e aumenta ainda mais a velocidade.

As pessoas que estão na parada dão sinal em conjunto, mas ele vê e finge que não vê e ainda assim dobra a velocidade fazendo com que o coletivo chegue a mais de 65, chegando as margens da Avenida da Universidade ouve-se de dentro do ônibus um sinal sonoro, é necessário parar pois um passageiro quer descer, mas infelizmente perto das paradas seletivas existe um enxame de fiscal esperando um deslize do condutor para marcar a ficha e mandar para a empresa.

Assim que os passageiros descem ele fecha a porta dianteira e começa a aumentar a velocidade, é quando de repente aparece um Sedan e toma a preferencial do ônibus fazendo com que todo aquele enxame de pessoas que estão dentro do ônibus coletivo voem para a frente e aquele ônibus novo de 2007 vai em colisão com o sedan levando ele bem pra pero do poste, infelizmente ninguém se feriu, mas aquela lotação e aquele Sedan se quebraram.

As pessoas com ferimentos leves saem do ônibus, os que estão atras batem com a cabeça na borboleta e levam uma dor de cabeça para casa. O fiscal, o condutor e o cobrador colocam todos os passageiros para os 3 ônibus que estavam atrás dele. Um é o 390, o outro 316, e o outro 360, todos eles ligando o bairro ao Centro ficando apenas 3 pessoas como testemunha e nesse dia foi muito produtivo, interessante e muito ruim apenas para um lado, e muito celebrativo para o escritor que os conta, que no caso sou eu.

Essa é uma das muitas histórias que aconteceram comigo, e para cada lugar de Fortaleza que você possa imaginar um amigo meu trabalha lá.

A história relatada aqui é verídica, aconteceu de verdade.

Redação 10 a 13 (Banco de Redações do Universo Online)

Redação 10

Amor e diferença de idade!

Desde a antiguidade, sempre existiram uniões entre casais com grande diferença de idade, até nos dias de hoje é muito visto.

Esses casos suscitam muitos comentários e atenções, pelo fato das pessoas pensarem que esta união é motivada por outros interesses (políticos, econômicos, fama, etc...), e não por amor. E que uma pessoa mais jovem não pode se apaixonar por uma pessoa mais velha ou vice versa.

Hoje, nos relacionamentos com diferença de idade, tanto heteros como homossexuais, esta cada vez mais normal, como podemos observar na mídia, ou até mesmo no nossodia-a-dia.

Podemos citar um caso do filme "Fatal", em que um homem (David) conhece uma jovem (Consuela), cerca de 30 anos mais jovem, e desperta nela uma obsessão sexual, torna-se obcecado pela beleza de Consuela, tomado por um ciúme doentio, gerando dúvidas sobre o sentimento dela, por ele ser mais velho que ela, revelando como pode transformar as pessoas. Mais tarde vendo como é possível ser feliz com diferença de idade, quando existe amor, vencendo todas as barreiras, como preconceito, vergonha, dúvidas, etc.

Amores com diferença de idade podem dar certo sim, desde que exista dialogo entre o casal, quando e existir amor verdadeiramente. Se for por interesses, o casal será infeliz, em todos os aspectos, e provavelmente um fim no relacionamento.

O casal deve agir com o coração, mas também com a razão, "para o amor não existe idade certa para amar".

Redação 11

Para o Amor não há idade.

Em meio a nossa sociedade moderna, existe um forte resquício do conservadorismo. Podemos presenciar e aceitar com certa naturalidade quase todo tipo de comportamento, como por exemplo, uma relação homossexual, casais não casados civilmente com relação marital, mães que por opção resolvem ter seus filhos solteiras, mas quando vemos um casal onde ele apresenta mais idade do que ela ou vice-versa, é muito comum existir um prejulgamento precipitado, cuja sentença, na maioria dos casos é uma só, apontando o referido casal como uma relação de interesse financeiro.

Viver em uma sociedade conservadora não há nada de errado, o erro se dá no julgamento temerário e no preconceito enrustidos. Tais sociedades ou pessoas que pré-julgam esquecem que toda forma de preconceito é ilegal e que o amor é um sentimento nobre, puro e livre.

É perfeitamente normal um casal de idade diferentes manter uma relação amorosa genuinamente baseada no amor, na paixão, na afeição, sem contudo, isso se constitua um problema para amar não existe predeterminação de tempo ou idade, onde precise estabelecer uma faixa etária.

E quando se ama sem discriminação e intensamente é possível encontrar amores com grandes diferenças de idade, vivendo sem se preocupar com tais diferenças, pois para o amor não há limite de idade.

Redação 12

A política do país é refletida nas rodovias

Ao invés de refletirmos sobre quais as leis, multas, punições e rodovias deveriam ser mudadas para diminuir esses índices de acidentes fatais ou não, lembre-se da cultura brasileira de transporte.

Estamos em uma época onde estão em destaques o "crescimento sustentável" e o "aquecimento global", entretanto, os líderes de nosso país acharam a solução para esses problemas mundiais que é a plantação de cana-de-açúcar e soja. Os leitores me perguntam "qual a relação da plantação de cana-de-açúcar e soja com acidentes de veículos?"; as plantações, ela é o combustível ao incentivo da indústria auto e automobilística, futuro ouro verde (contra-partida ao "ouro preto, petróleo). Falando em infra-estrutura, se por acaso o transporte de carga fosse sendo descentralizado das rodovias para rios e estradas de ferros, provavelmente diminuiria os incidentes com esse tipo de transporte. Outra opção a médio e longo prazo é o investimento em transportes coletivos como barcos e trens, poderíamos mudar o nome de "rodo-anéis" para hidro-anéis ou ferro-anéis, pois bacias hidrográficas possuímos e área nem precisamos citar. É de fundamental relevância citar o metro nas cidades, esse transporte com suas linhas tão escassas para os dias atuais, mas que transporta no subsolo ou superfície milhões de passageiros em São Paulo ou poderia ser em qualquer metrópole do Brasil

Com essa modulação da infra-estrutura do transporte coletivo é certo que a demanda no uso das rodovias diminuiria e a degradação também, com isso facilitaria para começarmos a pensar no condutor de caminhões, motos, ônibus e veículos, antes de punirmos esse condutor devemos educá-los para termos um resultado no futuro, avaliar e verificar se os métodos utilizados são adequados para habilitar um novo condutor. Testes de dependência de álcool devem ser feitos em um possível condutor, testes assistenciais como por exemplo: se esse pré-condutor é uma pessoa violenta sendo assim põe em risco à vida sua e de outras pessoas.

Enfim cabe a nós olharmos e opinarmos além do que nós é propostos, para seguirmos uma direção que tenha resultados positivos no futuro, e não apenas criamos soluções imediatas para problemas de décadas.

Redação 13

A geração da instantaneidade

Em uma sociedade que não apresenta perplexidade alguma diante de relacionamentos descartáveis, é fato que a opção de manter a virgindade até o casamento é considerada conservadora. A confusão cometida é clara: o aumento do acesso à informação está longe de ser diretamente proporcional à responsabilidade e à consciência do jovem.

A liberdade adquirida pela juventude ao longo dos anos faz parte de uma cultura instantânea, que traz consigo vontades e desejos sexuais que são tratados pelos jovens de forma indispensável e inconsequente - e com os quais os mesmos são incapazes de lidar.

Junto a uma cultura que não julga mais a separação, a banalização do sexo tem trazido problemas estatisticamente comprovados como o aumento da gravidez na adolescência, da disseminação das DSTs e das crianças que nascem sem um planejamento prévio e acabam nas ruas. A sexualidade inserida no contexto conjugal, por sua vez, é relativa; porém, é importante lembrar que o ser humano carrega as marcas deixadas por relacionamento anteriores por toda sua vida. Prova disso são os níveis crescentes de depressão e doenças psíquicas registradas pelas clínicas.

Não obstante, é hipocrisia exigir da juventude aquilo que a geração anterior não teve para dar o exemplo: responsabilidade. Por isso, a geração atual é a única que poderá reverter esse quadro; não ocorrerá tão cedo.